UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA

EVOLUÇÃO E DESEMPENHO DOS BANCOS DURANTE O PLANO REAL

Zaina Said El Hajj

Orientador: Prof. Dr. Lázaro Plácido Lisboa

SÃO PAULO
2005

Prof. Dr. Adolpho José Melfi
Reitor da Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Maria Tereza Leme Fleury
Diretora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Reinaldo Guerreiro
Chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária

Prof. Dr. Fábio Frezatti
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

ZAINA SAID EL HAJJ

EVOLUÇÃO E DESEMPENHO DOS BANCOS DURANTE O PLANO REAL

Tese apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, como requisito para a obtenção do título de doutora em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Lázaro Plácido Lisboa

SÃO PAULO

2005

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Seção de Publicações e Divulgação do SBD/FEA/USP

Hajj, Zaina Said El

Evolução e desempenho dos bancos durante o plano real /
Zaina Said El Hajj. – São Paulo, 2005.
170 p.

Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2005.
Bibliografia.

1. Contabilidade bancária 2. Sistema financeiro (Brasil) 3.
Consolidação e fusão das empresas 4. Análise fatorial 5. Avaliação
de desempenho I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Econo-
mia, Administração e Contabilidade. II. Título.

CDD – 657.8

Aos meus pais,
Said e Suhaila,
e ao meu irmão
Ali.

Em Nome de Deus, Clemente, Misericordioso.

Meus sinceros agradecimentos ao Prof. Dr. Lázaro Plácido Lisboa, que acreditou no meu trabalho e aceitou ser o orientador desta tese desde o início do projeto de pesquisa. Agradeço pela sua paciência, pelo seu coleguismo e pela liberdade, com que pude desenvolver meu plano de estudo, bem como pelos magníficos ensinamentos em projetos de pesquisa, trabalhos apresentados em congressos e, principalmente, pelo máximo cuidado e interesse dispensados neste estudo.

Ao Prof. Dr. Luiz Nelson Guedes de Carvalho, pelas preciosas contribuições e pela dedicação desde o início do projeto até a redação final da tese. Durante o programa de doutorado, aceitou ser colaborador na orientação e contribuiu para levantar o problema deste estudo e o caminho a ser adotado para uma solução possível. Forneceu sugestões e críticas, nem todas seguidas por mim, por minha conta e risco. No "9th World Congress of Accounting Educators", ensinou-me a explorar o saber científico. Com sua experiência no Banco Central, contribuiu para o aprimoramento deste estudo e cooperou para a realização de importantes entrevistas e para a revisão bibliográfica.

Aos importantes colaboradores:

Profa. Dra. Dalva Regina Ribeiro Barbosa, pela ajuda na elaboração e análise de dados;

Prof. Dr. Eliseu Martins, que considero o mais brilhante mestre em Contabilidade, meu eterno orientador. Desde sua extraordinária orientação na dissertação de mestrado, com seus valiosos conhecimentos e compromissos com a ética e a verdade, forneceu coragem e disciplina para desenvolver o campo árduo da pesquisa contábil. Contribuiu de forma significativa com os indicadores bancários de desempenho e delineou, com rigor, meu trabalho em uma tese;

Prof. Francisco da Silva Coelho, pelos esclarecimentos concedidos, bem como suas expressivas contribuições e revisões, que foram essenciais à análise dos resultados;

Prof. Dr. Gustavo Loyola, pelas ricas entrevistas e obras concedidas, sem dúvida, significativas para a compreensão sistêmica do Plano Real. Suas contribuições foram fundamentais para a revisão bibliográfica, no que diz respeito aos principais fatores normativos e técnicos do sistema financeiro e suas perspectivas para o setor bancário;

Prof. Dr. Iran Siqueira Lima, pela sua competência acadêmica e científica, pelo seu incentivo e sua contribuição com indicadores de desempenho bancários e com a elaboração de análises;

Prof. Dr. Luiz João Corrar, pela importante cooperação na elaboração e análise de dados para o tratamento empírico deste estudo;

Luiz Santos Silva, pela paciência e pelos valiosos ensinamentos, proporcionados por meio de sua experiência em base de dados e técnicas científicas;

Prof. Dr. Roberto Luis Troster, pelos ensinamentos sobre o mercado financeiro e concentração bancária, por me guiar e me encorajar a realizar o capítulo principal deste estudo e por sugerir inúmeras leituras relevantes; e

Prof. Sérgio Darcy da Silva Alves, pela gentileza em conceder duas entrevistas fartas em informações e dados históricos sobre o sistema financeiro, bem como pelo depoimento pessoal, repleto de conduta profissional a ser seguida.

Aos professores e secretárias do programa de doutorado em Controladoria e Contabilidade do Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (EAC/FEA/USP) pelo fornecimento de fontes de saber e orientações para o desenvolvimento da minha formação científica. Em especial, às secretárias Valéria, Maria Aparecida (Cida) e Cristina (Cris) e ao Prof. Dr. Fábio Frezatti, por compreenderem o momento pessoal mais difícil durante o desenvolvimento da tese.

Aos professores que marcaram, de forma distinta, minha formação acadêmica e científica:

Prof. Dr. Arioaldo dos Santos, por sua experiência em pesquisa contábil empírica, que delineou a árdua tarefa de elaborar adequadamente o banco de dados. Seus conhecimentos acadêmicos e de conduta foram valiosos para as minhas atividades científico-acadêmicas;

Prof. Dr. Armando Cateli, por ter sido o meu primeiro orientador no programa de mestrado e por me incentivar a lecionar;

Prof. Dr. Edson Luiz Riccio, por acreditar no meu projeto de docência e pesquisa, desde a época de graduação até a de pós-graduação no EAC/FEA/USP;

Prof. José Carlos Bezerra, pelos conhecimentos profissionais em auditoria e normas contábeis, exercidos na Comissão de Valores Mobiliários. Suas orientações foram sempre expressas com clareza e nortearam o caminho adotado neste estudo — legislação básica despertadora da configuração do setor bancário. Sua personalidade tranqüila foi valiosa para o meu aprimoramento pessoal, ético, profissional, acadêmico e científico;

Prof. Luiz Carlos Vaini, pela orientação e oportunidade de compartilhar seus conhecimentos em comissões de entidades contábeis;

Profa. Dra. Marina Mitiyo Yamamoto, por me proporcionar minhas primeiras atividades de professora, por meio do Programa de Aperfeiçoamento de Ensino da USP. Seus ensinamentos resultaram na minha formação acadêmica e no meu aprimoramento profissional por meio de estágio supervisionado de docência em atividades didáticas de graduação;

Prof. Dr. Natan Szuster, pelo estímulo para o tema *business combinations*, tratado na dissertação de mestrado. Mesmo ao término desse estudo, continuou me informando sobre as alterações das normas internacionais de Contabilidade e me fez gostar, cada vez mais, da Contabilidade;

Profa. Dra. Nena Geruza Cei, que me incentivou para a profissão contábil desde 1982. Foi a minha primeira professora de Contabilidade Geral durante o primeiro curso de graduação, em Administração de Empresas em Finanças, na FAAP e, novamente, durante o segundo curso de graduação em Ciências Contábeis, no EAC/FEA/USP;

Prof. Dr. Roberto Braga, por compartilhar seus conhecimentos sobre análise de balanços, durante o projeto Indicador da Saúde Econômico-Financeira das Empresas; e

Prof. Dr. Sérgio de Iudícibus, o "mestre dos mestres" em Contabilidade. Inicialmente, revisou o projeto de tese e me ensinou, por meio da disciplina Teoria Avançada da Contabilidade, suas experiências acadêmicas e de vida.

Às instituições de pesquisa e de incentivo à pesquisa:

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), pelo apoio inicial destinado à minha profissão de pesquisadora;

Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), pela minha primeira formação em ensino superior em Administração de Empresas, área de Finanças, e pela oportunidade que tive de realizar minha monografia;

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI), órgão de apoio institucional ao EAC/FEA/USP, pelo importante apoio em projetos de pesquisa contábil e pela luta constante em desenvolver, aprimorar e incentivar o cientificismo da Contabilidade;

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), notadamente o Departamento de Ciências Contábeis e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), pelo importante incentivo para desenvolver este estudo; e

Departamento de Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo, ao qual devo absolutamente tudo da minha formação científica e acadêmica em Contabilidade.

Aos colaboradores no levantamento de dados para a pesquisa empírica: Departamento de Gestão de Informações do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil, pelo banco de dados. As informações levantadas por André Maurício Dias, Clara Medeiros Rizel Santana, Rodrigo Fabiano Almeida e Walber Nicolau Costa foram absolutamente fundamentais para o desenvolvimento do capítulo empírico deste estudo, bem como ao Prof. Antônio Augusto Freire do Departamento de Normas do Banco Central do Brasil, pelos ensinamentos sobre o plano de contas de instituições financeiras.

Aos revisores, que colaboraram com a revisão textual com seus esforços e cuidados, de forma exemplar, dispensados à formatação e à uniformização tipográfica: Prof. Dr. Antonio Carlos Silva de Carvalho e, em especial, Gui, meu amigo Guilherme Cuchierato, pela inestimável consideração desde a minha dissertação de mestrado até esta tese. Meu muito obrigado pelos longos debates sobre o estudo e por sofrer, tanto quanto eu, nas fases mais complexas.

Ao Prof. Dr. Ademar de Azevedo Cardoso & Irene Rzezak, Profa. Dra. Alessandra Del Ré, Arnon Thalenberg & Profa. Sarita Papescu Thalenberg, Prof. Dr. José Damásio de Aquino & Profa. Cristina Higashi, Prof. Dr. Kaled Dechoum e Sérgio Paula & Profa. Maria Goreth Miranda Almeida Paula, pelo acompanhamento na solitária missão de pesquisar.

Aos meus amigos Beth, Carlos Augusto & Raquel, Carlos & Maria Thereza, Clóvis, Fabiana, Gisele, Guilherme & Carol, Heber & Paula, Hilda, João, Jorge & Adriana, Juliana, Larissa & Marcio, Marcus, Nahor, Renato, Sérgio, Tarik e Williams, pela nossa preciosa amizade.

Meus agradecimentos finais e não menos importantes são para a minha amada família: meus pais, Said e Suhaila; meus irmãos e cunhados Laila & Ismail Rajab, Saleh & Laila, Mohamad & Nouhad, Bachir & Cláudia, Fatima & Luís Carlos e Ali; meus sobrinhos (razão do meu viver) Samia, Said, Omar, Fatima, Thammiris, Soraya, Hannah, Munir e Lara (Laluxa); meu querido José Carlos Bezerra; meus tios Mustafa e Taghlobie, seus nove filhos e seus quatro netos; e minha carinhosa "tia" Helena Porfírio Silva Moraes. Minha gratidão pelo amor e dedicação, bem como pelas orações para executar de forma ética, imparcial e científica o ofício da pesquisa contábil.

Não sou nada.

Nunca serei nada.

Não posso querer ser nada.

À parte isso, tenho em mim
todos os sonhos do mundo (...).

Álvaro de Campos

RESUMO

Ao considerar o cenário atual, caracterizado pela globalização e internacionalização dos mercados, este estudo apresenta a evolução e o desempenho dos bancos, classificados em públicos, privados nacionais e estrangeiros, no Sistema Financeiro Nacional durante o Plano Real, desde 01/07/1994 a 31/12/2002. Trata-se, inicialmente, de um estudo descritivo setorial comparativo entre a participação desses três grupos de bancos e, principalmente, de um estudo empírico, por meio de análise fatorial, com indicadores contábeis dos bancos privados nacionais e dos bancos estrangeiros no país durante o período estudado. O Sistema Financeiro Nacional abordado é o relativo no período anterior à Reforma Bancária de 64 e, principalmente, ao vigente no Plano Real, com as medidas para reestruturação e fortalecimento do sistema financeiro, que contribuíram para as mudanças ocorridas no setor bancário. Destacam-se os Regimes Especiais, incluindo o RAET, o Fundo Garantidor de Crédito, o PROER, o PROES, os incentivos para as operações de reestruturação, fusões & aquisições, e a presença do capital estrangeiro no país. É analisada a evolução do número de bancos comerciais e múltiplos e de caixas econômicas em funcionamento antes do Plano Real (30/06/1994). Esses são classificados em três grupos: público, privado nacional e estrangeiro. Em seguida, são descritas as mudanças ocorridas referentes ao número de bancos desses grupos desde o início do Plano Real (01/07/1994) até 31/12/2002, com destaque para as privatizações e as transferências de controle. A pesquisa tem como propósito principal analisar os indicadores de desempenho bancário do setor privado nacional e do setor estrangeiro a fim de verificar a hipótese subjacente do estudo, ou seja, se há diferença entre as variáveis dos fatores que compõem os indicadores contábeis dos bancos privados nacionais e dos bancos estrangeiros durante o período entre 01/07/1994 a 31/12/2002. Assim, trata-se de um estudo empírico, realizado por meio de análise fatorial dos indicadores bancários, extraídos das Demonstrações Contábeis.

Palavras-chave: contabilidade bancária; sistema financeiro (Brasil); consolidação e fusão de empresas; análise fatorial; e avaliação de desempenho.

ABSTRACT

In view of the current market globalization and internationalization scenario, this study presents the evolution in the performance of banks, which are classified as public, Brazilian private and foreign private, in the National Financial System during the Real Plan, in the period from 07/01/1994 to 12/31/2002. Initially, a descriptive sectorial study compares the participation of these three groups of banks. Furthermore, an empirical study is carried out by means of factorial analysis, which uses accounting indicators from Brazilian private and foreign banks that were active in the country during the period under analysis. The National Financial System considered in this research refers to the period before the 1964 Bank Reform and, mainly, to the system in vigor during the Real Plan, and is characterized by its measures to restructure and strengthen the financial system, which contributed to the changes that occurred in the banking sector. Special attention is given to the Special Regimes, including the RAET (Temporary Special Administration Regime), the Credit Guarantee Fund, the PROER (Program of Incentives for the Restructuring and Strengthening of the National Financial System), the PROES (Program of Incentives for the Restructuring of the State Role in Banking Activity), the incentives for restructuring operations, mergers & acquisitions and the presence of foreign capital in Brazil. We analyze the evolution in the number of commercial and multiple banks and federal government savings banks that were active before the Real Plan (06/30/1994). These are classified in three groups: public, Brazilian private and foreign. Next, we describe the changes that occurred in the number of banks in each of these groups since the start of the Real Plan (07/01/1994) until 12/31/2002, especially privatizations and control transfers. The main aim of this study is to analyze the bank performance indicators in the Brazilian private and in the foreign sector, with a view to verifying the study premise, that is, whether there exists a difference between Brazilian private and foreign banks in the variables of factors that compose the accounting indicators during the period from 07/01/1994 to 12/31/2002. Therefore, an empirical study was carried out by means of the factorial analysis of banking indicators that were taken from the Financial Statements.

Key Words: Banking Accounting; Financial System (Brazil); mergers & acquisitions; factorial analysis; performance valuation.

SUMÁRIO

1	Introdução	7
1.1	Justificativas	8
1.2	Problema	9
1.3	Pressupostos Conceituais e Hipótese	11
1.4	Objetivos	12
1.5	Metodologia Geral	13
1.6	Estrutura do Estudo	14
2	Sistema Financeiro Nacional	16
2.1	Mercado Financeiro e Sistema Financeiro Nacional	16
2.2	Sistema Financeiro Nacional Antes da Reforma Bancária de 1964	19
2.3	Sistema Financeiro Nacional Após a Reforma de 64 e Até a Adoção do Plano Real ..	22
2.4	Sistema Financeiro Nacional e o Plano Real	26
2.4.1	Medidas para Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional	37
2.4.1.1	Cenário Local Bancário no Início do Plano Real	40
2.4.1.2	Regimes Especiais	45
2.4.1.3	Fundo Garantidor de Crédito	47
2.4.1.4	Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro ..	48
2.4.1.5	Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária ..	53
2.4.1.6	Incentivo para Fusões e Aquisições	57
2.4.1.7	Participação do Capital Estrangeiro	59
2.5	Considerações	63
3	Evolução do Número de Bancos	66
3.1	Metodologia da Pesquisa	67
3.2	Base de Dados	67
3.3	População e Amostra	70
3.4	Tratamento dos Dados	72
3.5	Resultado e Análise	73
3.5.1	Setor Público	76
3.5.2	Setor Privado Nacional	80
3.5.3	Setor Estrangeiro	83
3.6	Considerações	86
4	Desempenho dos Bancos Privados e Estrangeiros	87
4.1	Indicadores	88
4.2	Base de Dados	91
4.3	Tratamento Estatístico	93
4.4	Testes Iniciais	98
4.5	Análise Fatorial e Resultados	103
4.6	Contribuição	115
5	Conclusões	116
	Bibliografia	119
	Apêndice – Relação de Bancos	A
	Anexo I – Exposição de Motivos 311	I
	Anexo II – Programa Nacional de Desestatização	II
	Anexo III – Regimes Especiais em Bancos	VII
	Anexo IV – Decretos de Interesse do Governo Brasileiro	IX

LISTA DE SIGLAS

Bacen	–	Banco Central do Brasil
BIS	–	Banco de Compensações Internacionais
BNDES	–	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	–	Banco Nacional de Habitação
BOVMESB	–	Bolsa de Valores Minas-Espírito Santo-Brasília
BVPR	–	Bolsa de Valores do Paraná
BVRJ	–	Bolsa de Valores do Rio de Janeiro
CDB	–	Certificado de Depósito Bancário
CDI	–	Certificado de Depósito Interbancário
CETIP	–	Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos
CIP	–	Conselho Interministerial de Preços
CMN	–	Conselho Monetário Nacional
CND	–	Conselho Nacional de Desestatização
COFINS	–	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
COMIF	–	Comitê de Coordenação Gerencial das Instituições Financeiras Públicas Federais
CONEP	–	Comissão Nacional de Estímulo à Estabilização de Preços
COSIF	–	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
CPMF	–	Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira
CSLL	–	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CVM	–	Comissão de Valores Mobiliários
Defin/Bacen	–	Departamento de Gestão de Informações do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil
Defis/Bacen	–	Departamento de Fiscalização do Banco Central do Brasil
Denor/Bacen	–	Departamento de Normas do Banco Central do Brasil
Deorf/Bacen	–	Departamento de Organização do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil
Depep/Bacen	–	Departamento Econômico do Banco Central do Brasil
Despa/Bacen	–	Delegacia Regional de São Paulo do Banco Central do Brasil
Difis/Bacen	–	Diretoria de Fiscalização do Banco Central do Brasil
Dinor/Bacen	–	Diretoria de Normas do Banco Central do Brasil
Dirad/Bacen	–	Diretoria de Administração do Banco Central do Brasil
EM/MF	–	Exposição de Motivos do Ministro de Estado da Fazenda
EPGE/FGV	–	Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas
FCVS	–	Fundo de Compensação das Variações Salariais
FEBRABAN	–	Federação Brasileira das Associações de Bancos
FGV	–	Fundação Getúlio Vargas

FIPE	–	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FIPECAFI	–	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
FMI	–	Fundo Monetário Internacional
FND	–	Fundo Nacional de Desestatização
FUNDAP	–	Fundação do Desenvolvimento Administrativo
IF	–	Instituição Financeira
IFPE	–	Instituição Financeira Pública Estadual
IFPF	–	Instituição Financeira Pública Federal
IOF	–	Imposto sobre Operações Financeiras
IOSCO	–	Organização Internacional das Comissões de Valores (<i>International Organization of Securities Commissioners</i>)
IPC	–	Índice de Preços ao Consumidor
IPI	–	Imposto sobre Produtos Importados
IPMF	–	Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira
Mecir/Bacen	–	Departamento do Meio Circulante do Banco Central do Brasil
ONU	–	Organização das Nações Unidas
ORTN	–	Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional
PAEG	–	Plano de Ação Econômica do Governo
PIB	–	Produto Interno Bruto
PLA	–	Patrimônio Líquido Ajustado
PLE	–	Patrimônio Líquido Ajustado em valor compatível com o grau de risco das operações ativas
PND	–	Programa Nacional de Desestatização
PPA	–	Plano Plurianual
PRODASEN	–	Processamento de Dados do Senado Federal
PUC-SP	–	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RAET	–	Regime de Administração Especial Temporária
SELIC	–	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SFH	–	Sistema Financeiro de Habitação
SFN	–	Sistema Financeiro Nacional
SISBACEN	–	Sistema de Informações do Banco Central do Brasil
SPC	–	Secretaria de Previdência Complementar
SUSEP	–	Superintendência de Seguros Privados
UFIR	–	Unidade Fiscal de Referência
UFRJ	–	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNCTAD	–	Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (<i>United Nations Conference on Trade and Development</i>)
Unicad/Bacen	–	Informações sobre entidades de interesse do Banco Central do Brasil
URV	–	Unidade Real de Valor
USP	–	Universidade de São Paulo

LISTA DE SIGLAS RELATIVAS AO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

BC	–	Banco Comercial
BCE - Filial	–	Banco Comercial com Controle Estrangeiro, inclui Filial
BC-PE	–	Banco Comercial Público Estadual
BC-PF	–	Banco Comercial Público Federal
BC-PN	–	Banco Comercial Privado Nacional
BC-PN-CE	–	Banco Comercial Privado Nacional com Controle Estrangeiro
BD	–	Banco de Desenvolvimento
BI	–	Banco de Investimento
BM	–	Banco Múltiplo
BMN-CE	–	Banco Múltiplo Nacional com Controle Estrangeiro
BM-PE	–	Banco Múltiplo Público Estadual
BM-PF	–	Banco Múltiplo Público Federal
BM-PN	–	Banco Múltiplo Privado Nacional
BM-PN-PE	–	Banco Múltiplo Privado Nacional com Participação Estrangeira
CAM	–	Carteira de Arrendamento Mercantil
CC	–	Carteira Comercial
CCFI	–	Carteira de Crédito, Financiamento e Investimento
CCI	–	Carteira de Crédito Imobiliário
CD	–	Carteira de Desenvolvimento
CEE	–	Caixa Econômica Estadual
CEF	–	Caixa Econômica Federal
CFI	–	Crédito Financiamento e Investimento
CH	–	Companhia Hipotecária
CI	–	Carteira de Investimento
CI	–	Crédito Imobiliário
CL	–	Câmbio Livre
CPA	–	Compromisso de Pronto Acolhimento
OC	–	Operações Compromissadas
PAB	–	Posto de Atendimento Bancário
SAM	–	Sociedade de Arrendamento Mercantil - <i>Leasing</i>
SCC	–	Sociedade Corretora de Câmbio
SCCTVM	–	Sociedade Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários
SCFI	–	Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento
SCI	–	Sociedade de Crédito Imobiliário
SCTVM	–	Sociedade Corretora de Títulos e Valores Mobiliários
SDTVM	–	Sociedade Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS & QUADROS

Figura 1 – Principais órgãos reguladores do Sistema Financeiro Nacional.....	18
Figura 2 – Resoluções de crises bancárias durante o Plano Real.....	38
Figura 3 – Regimes Especiais.....	46
Figura 4 – Plano dos fatores dos bancos privados nacionais.....	114
Figura 5 – Plano dos fatores dos bancos estrangeiros.....	114
Gráfico 1 – Bancos em atividade em 30/06/1994 e 31/12/2002.....	73
Gráfico 2 – Evolução de bancos por setor e total.....	74
Gráfico 3 – Bancos públicos e caixa econômica.....	77
Gráfico 4 – Bancos privados nacionais.....	80
Gráfico 5 – Bancos estrangeiros.....	85
Gráfico 6 – Raízes latentes (<i>scree plot</i>).....	108
Quadro 1 – Sistema Financeiro Nacional.....	17
Quadro 2 – Bancos sob intervenção e ativos adquiridos com recursos do PROER.....	50
Quadro 3 – Setor, sigla & classificação por tipo de banco.....	72
Quadro 4 – Demonstrações contábeis do Banco Nossa Caixa.....	79
Quadro 5 – Fatores e seus componentes.....	113
Quadro 6 – Denominação e variáveis dos fatores.....	114

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Bancos em funcionamento em 31/12/1988.....	25
Tabela 2 – Padrões monetários no Brasil.....	29
Tabela 3 – Normas editadas relativas ao Sistema Financeiro Nacional.....	35
Tabela 4 – Normas revogadas relativas ao Sistema Financeiro Nacional.....	36
Tabela 5 – Empréstimos realizados no âmbito do PROER.....	51
Tabela 6 – Decretos e instituição financeira estrangeira por tipo de instituição.....	62
Tabela 7 – Quantidade de bancos e caixas econômicas.....	70
Tabela 8 – Dados amostrais.....	71
Tabela 9 – Bancos em funcionamento em 30/06/1994 e 31/12/2002.....	73
Tabela 10 – Evolução do número de bancos durante o Plano Real.....	75
Tabela 11 – Estatísticas do período estudado.....	97
Tabela 12 – Análise de fidedignidade das variáveis de conta.....	100
Tabela 13 – Resumo dos casos processados.....	101
Tabela 14 – Resumo das médias dos indicadores contábeis.....	101
Tabela 15 – Análise da variância.....	102
Tabela 16 – Matriz de correlação das variáveis dos bancos privados nacionais.....	104
Tabela 17 – Matriz de correlação das variáveis dos bancos estrangeiros.....	104
Tabela 18 – Testes KMO e Barlett.....	105
Tabela 19 – Variância comum (<i>Communality</i>).....	105
Tabela 20 – Total da variância explicada dos bancos privados nacionais.....	107
Tabela 21 – Total da variância explicada dos bancos estrangeiros.....	107
Tabela 22 – Matriz dos fatores.....	108
Tabela 23 – Matriz dos fatores com rotação.....	109
Tabela 24 – Matriz de transformação dos fatores.....	110
Tabela 25 – Matriz de coeficientes dos escores fatoriais.....	112
Tabela 26 – Matriz de covariância dos escores fatoriais dos bancos privados nacionais.....	112
Tabela 27 – Matriz de covariância dos escores fatoriais dos bancos estrangeiros.....	113

1 INTRODUÇÃO

"O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em lei complementar, ..." ¹

O aspecto mais importante da atuação dos bancos² em operação no Brasil reside na preocupação do governo em implementar um novo modelo de desenvolvimento, notadamente durante o Plano Real.

A abertura comercial, acelerada desde 1992, inseriu o país de forma irreversível no mercado global, caracterizado pela crescente competitividade. As Instituições Financeiras (IFs)³, a exemplo de outras empresas, também enfrentam acirrada competição interna e externa, cujas conseqüências observadas ao longo dos últimos anos foram a extinção de algumas entidades, ou ainda, fusões e aquisições por participantes arrojados.

Com o intuito de manter ou ampliar sua participação de mercado, as IFs promoveram mudanças, buscando adaptação efetiva ao novo cenário econômico, propiciado pelo Plano Real, reestruturando-se estrategicamente, tanto do ponto de vista organizacional quanto do ponto de vista tecnológico. Essas transformações visam também alcançar melhor aproveitamento dos recursos financeiros e atingir maior grau de eficiência.

De um lado, o maior desafio dos bancos é atingir a melhor forma de atender seus clientes, segundo sua missão, objetivos e interesses. Por outro lado, a grande luta dos órgãos de normatização, supervisão e fiscalização bancária é a de dar maior credibilidade ao sistema. Diante dessas aspirações, torna-se importante a evidenciação de informações contábeis, a fim de contribuir com indicadores que atendam aos seus diversos usuários.

¹ Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Capítulo IV, artigo 192, de 5 de outubro de 1988. Sobre regulamentação da lei complementar para o referido artigo, ver Brasil (1999a), Audiência Pública n. 0147/99 de 27/05/99, Comissão Especial – Sistema Financeiro Nacional debate no Congresso Nacional.

² Este estudo denomina "bancos" as instituições financeiras captadoras de depósitos à vista — bancos comerciais, bancos múltiplos e caixas econômicas —, e exclui as cooperativas de crédito. Portanto, não são considerados os bancos de investimentos, de desenvolvimento e cooperativos nesta pesquisa. Embora os bancos múltiplos não participem necessariamente do processo de criação de moeda, pois nem todos possuem carteira comercial, todos eles estão incluídos nesta pesquisa, inclusive aqueles que não possuem carteira comercial, cuja participação no grupamento é pequena.

³ Ver definição em: Brasil, Lei 4.595, Capítulo IV Das Instituições Financeiras, artigo 17, de 31 de dezembro de 1964. Sobre a falta de clareza na definição legal, ver: Saddi (1999, prefácio).

1.1 Justificativas

No ano de 2000, o Comitê de Coordenação Gerencial das Instituições Financeiras Públicas Federais (COMIF), órgão de representação da União como acionista controlador das Instituições Financeiras Públicas Federais (IFPFs), nos termos e para os fins do Decreto de 30 de novembro de 1993, criado no âmbito do Ministério da Fazenda, colocou em audiência pública o relatório de alternativas para a reorientação estratégica do conjunto das IFPFs⁴. Por ocasião das audiências públicas⁵, foi discutido o redesenho do SFN.

Quando se buscou uma literatura que abordasse o assunto, constatou-se que, relativamente à contabilidade bancária, há extrema escassez. Isso levou a uma pesquisa junto à Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI), que desenvolveu significativos trabalhos para o Banco Central do Brasil (Bacen)⁶; dentre esses, destaca-se o de indicadores que avaliam o desempenho das IFs.

Segundo Hendriksen (1991, p. 22) "a teoria da contabilidade tem sido definida como um conjunto coerente de princípios lógicos que [...] oferece uma melhor compreensão das práticas existentes a contadores, investidores, administradores e estudantes".

Diante desse quadro, vislumbrou-se a possibilidade de se utilizar a teoria contábil, a fim de analisar a evolução e o desempenho dos bancos, por meio de indicadores contábeis. Os bancos são classificados em três grupos: público, privado nacional e estrangeiro, no período entre 30/06/1994, véspera do início do Plano Real, a 31/12/2002. Essa data é considerada para fins de corte do Plano Real e foi estabelecida pelo fato de abranger uma fase política e econômica do país, pois, em 1994, Fernando Henrique Cardoso (FHC) era o Ministro da Fazenda e, em seguida, foi eleito Presidente da República (1995 - 1998) e reeleito (1999-2002); por isso, este estudo abrange o início da implementação do Plano Real, o primeiro e o segundo mandatos de FHC, denominados "era FHC". Ao longo do estudo, utiliza-se a expressão "período estudado" para tratar o intervalo de tempo entre 01/07/1994 e 31/12/2002.

⁴ Na época, constituídas pelo Banco do Brasil (BB), Banco da Amazônia (BASA), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Caixa Econômica Federal (CEF).

⁵ De acordo com: Brasil (2000a), Ministério da Fazenda: banco de dados para audiência pública do COMIF.

⁶ Este trabalho utiliza diversas siglas, listadas nas páginas x, xi e xii. Entretanto, o Banco Central do Brasil é siglado de Bacen em vez de BCB, bem como todas suas diretorias e seus departamentos são siglados em maiúscula/minúscula. Esse procedimento também é aplicado para as denominações dos bancos. Aplica-se também a letra s para o plural de todas as siglas utilizadas ao longo da tese.

Martins (1992a, p. 170) afirma que entender as demonstrações contábeis de um banco não é realmente algo tão simples quanto pode parecer à primeira vista. Essas instituições são obrigadas a seguir as regras e o plano de contas exigidos pelo Bacen. O grande problema é que o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF)⁷ possui estrutura e linguagem muito técnicas, herméticas, voltadas quase que exclusivamente para os que realmente dominam o mundo das IFs.

Dessa forma, um estudo empírico que procura desenvolver estudos em contabilidade bancária e, principalmente, avaliar o desempenho de bancos múltiplos⁸ e comerciais diante do plano de estabilização econômica, Plano Real, é oportuno e relevante para o SFN.

1.2 Problema

Tendo em vista a instituição do Plano Real em 01 de julho de 1994 e a configuração do setor bancário em 2002, a principal questão refere-se ao desempenho dos bancos privados nacionais e dos bancos estrangeiros, quando das medidas de saneamento adotadas e a conseqüente competitividade no mercado financeiro do país.

A questão que este estudo se propõe a verificar é:

existe diferença entre as variáveis dos fatores que compõem os indicadores contábeis dos bancos privados nacionais e os dos bancos estrangeiros no país, durante o período entre 30/06/1994 e 31/12/2002?

Para tanto, inicialmente, serão apresentados o SFN e as medidas de reestruturação e fortalecimento, adotadas durante o Plano Real. Torna-se necessário verificar os aspectos que propiciaram a reestruturação, o saneamento e o fortalecimento do sistema bancário.

⁷ O COSIF foi criado com a edição da Circular 1.273, em 29 de dezembro de 1987, com o objetivo de unificar os diversos planos contábeis existentes à época e uniformizar os procedimentos de registro e elaboração de demonstrações financeiras, o que veio a facilitar o acompanhamento, a análise, a avaliação do desempenho e o controle das instituições integrantes do SFN. Em setembro de 1988, o Conselho Monetário Nacional editou a Resolução 1.524, que cria o banco múltiplo. Essa modalidade de banco poderia operar no mínimo em duas e no máximo em cinco carteiras, dentre elas: comercial, investimento, crédito financiamento e investimento, arrendamento mercantil, câmbio, crédito imobiliário, e desenvolvimento. Apesar de ocupar o mesmo espaço físico, instalações e equipamentos, as instituições financeiras atuavam de forma jurídica distinta por carteira. Em 2002, o Bacen iniciou o desenvolvimento de um projeto de aprimoramento do COSIF.

⁸ Sobre avaliação do aspecto institucional dos bancos múltiplos, ver Lacerda (1993).

Em seguida, verificam-se a evolução e as principais alterações no sistema bancário relativas às privatizações, transferências de controle, aquisições, regimes especiais e extinções de bancos. Pretende-se averiguar a evolução do número de bancos em funcionamento no SFN, resultante das medidas de reestruturação e fortalecimento do SFN e das operações de reorganização societária. A análise residirá no tratamento descritivo e comparativo dos bancos, classificados em três setores — público, privado nacional e estrangeiro —, com o intuito de auxiliar na comparação de suas respectivas participações no SFN.

Finalmente, a questão do estudo residirá na análise setorial empírico-analítica dos componentes dos fatores de desempenho, extraídos do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado do Exercício, do conjunto de bancos privados nacionais e dos estrangeiros. A contribuição essencial é a análise fatorial dos indicadores contábeis, econômicos e financeiros de desempenho dos bancos privados nacionais e dos estrangeiros para as datas de 30/06/1994 a 31/12/2002.

São verificados quatro tipos de indicadores contábeis:

- 1) rentabilidade — mostrará a lucratividade;
- 2) solvência e liquidez — permitirão verificar a capacidade em cobrir suas obrigações;
- 3) participação das operações de crédito — possibilitará comprovar o nível das operações de crédito perante os clientes; e
- 4) eficiência — tornará possível investigar o índice de eficiência bancário.

Esses indicadores são utilizados a fim de conhecer o desempenho para determinada população — bancos privados nacionais e estrangeiros —, em determinado período, o de 30/06/1994 a 31/12/2002.

Com base no problema, a pesquisa será efetuada com o propósito de analisar se as medidas de reestruturação do SFN, adotadas pelo Governo Federal durante a implementação do Plano Real, propiciaram diferença entre os componentes fatoriais de desempenho dos bancos dos setores privado nacional e estrangeiro por meio de análise multivariada, especificamente, análise fatorial.

O item fundamental a ser examinado diz respeito à capacidade dessa nova configuração de institucionalidade monetária e financeira de promover desempenho do setor bancário.

Ressalta-se que os bancos oficiais prejudicam a disciplina do mercado, concorrendo no repasse da ordem de R\$ 1,113 bilhão para atingirem os objetivos propostos nos 365 programas para o período de 2000 a 2003, contemplados no Plano Plurianual (PPA)⁹ do Governo Federal, afetando as IFs privadas concorrentes; por isso, este estudo visa analisar a evolução dos bancos e destacar o desempenho dos bancos não públicos, i.e., privados nacionais e com controle estrangeiro¹⁰.

Assim, estudos de indicadores contábeis são fundamentais para uma adequada análise do desempenho bancário. Por esse motivo, foi necessário conhecer sistemas de avaliação de IFs desenvolvidos para o setor bancário, em especial as pesquisas promovidas pela FIPECAFI, por meio do Laboratório de Estudos e Pesquisa do Mercado Financeiro, coordenado pelo Prof. Dr. Iran Siqueira Lima e da Linha de Pesquisa de Avaliação Patrimonial, com coordenação do Prof. Dr. Eliseu Martins.

1.3 Pressupostos Conceituais e Hipótese

Os pressupostos conceituais subjacentes na execução empírica deste estudo são:

- as demonstrações contábeis representam a situação econômico-financeira dos bancos; e
- a atividade típica de um banco é a captação de depósitos e sua aplicação em operações de crédito por meio de empréstimos aos clientes.

Com base nesses pressupostos, a hipótese substantiva deste estudo é:

- Há diferença entre as variáveis (indicadores contábeis) dos fatores de desempenho — rentabilidade, solvência e liquidez, nível de operações de crédito e eficiência —, dos bancos privados nacionais e dos bancos estrangeiros no país, durante o período entre 30/06/1994 e 31/12/2002.

⁹ Os dispêndios globais estavam previstos para serem distribuídos da seguinte forma: R\$ 248,89 milhões, em 2000, R\$ 274,72 milhões, em 2001, R\$ 289,45 milhões, em 2002, e R\$ 300,27 milhões, em 2003 (Brasil, 2000b, p. 238).

¹⁰ Na Carta-Circular 2.345/93 (Bacen, 2002b), as instituições financeiras estrangeiras foram classificadas em três categorias, segundo o controle do capital: 1) bancos estrangeiros; 2) bancos com controle estrangeiro; e 3) banco com participação estrangeira. Nessa época, as instituições definidas como banco estrangeiro só podiam atuar no país sob forma de banco comercial, pois a entidade bancária múltipla era privativa dos bancos constituídos sob a legislação brasileira; por essa razão, vários bancos estrangeiros, que atuavam no país, constituíram subsidiária integral brasileira, como exemplo, o Lloyds, BankBoston e Citibank.

1.4 Objetivos

O objetivo principal do estudo é testar a hipótese, por meio de verificação empírica de acordo com a análise multivariada — análise fatorial —, a fim de revelar a existência de diferença entre as variáveis dos fatores, extraídas dos indicadores contábeis de rentabilidade, solvência e liquidez, nível de operações de crédito e eficiência, dos bancos privados nacionais e dos bancos estrangeiros no SFN, durante o período entre 01/07/1994 e 31/12/2002.

Para que o principal objetivo seja cumprido, serão observados alguns aspectos significativos no relacionamento entre as variáveis de desempenho e suas importâncias atribuídas por meio de fatores com a técnica de análise fatorial.

Além dessa principal missão, os objetivos complementares são:

- análise da legislação que permitiu a nova configuração do setor bancário;
- pesquisa sobre a evolução do número de bancos em funcionamento;
- definição e análise de indicadores contábeis e econômico-financeiros; e
- prognóstico contendo subsídios para futuros estudos.

Preliminarmente, a revisão da literatura sobre o SFN visa destacar os fatores determinantes das mudanças ocorridas no SFN durante o período estudado do Plano Real, notadamente, as medidas de reestruturação e fortalecimento, que acarretaram competitividade entre bancos privados nacionais e estrangeiros. Em seguida, este estudo irá verificar qual foi a evolução ou o número de bancos por setor e as principais alterações ocorridas entre os setores bancários. Por último, são apresentados os indicadores de desempenho contábeis utilizados para fins de análise fatorial durante o período entre 30/06/1994 e 31/12/2002¹¹, bem como o resultado e a análise.

Essas decomposições permitem conhecer a evolução do número de bancos em funcionamento por setor para, em seguida, analisar seus respectivos desempenhos durante o Plano Real e, por fim, testar a hipótese da tese.

¹¹ Essa data é considerada, para fins deste estudo, a data de corte durante o Plano Real, pois o desenvolvimento do Plano de Estabilização Econômica, o Real e o Programa Nacional de Desestatização continuam em vigor no governo subsequente, estabelecido em janeiro de 2003.

Este estudo se insere na linha "Mercados Financeiro, de Crédito e de Capitais" do programa de pós-graduação em Controladoria e Contabilidade do EAC/FEA/USP. Contribui por meio de uma pesquisa voltada para os aspectos conceituais e empíricos do mercado financeiro, e com a aplicação desses recursos sob a ótica dos respectivos desempenhos e evolução passados dos bancos múltiplos e comerciais.

O tema escolhido encontra-se na interseção das áreas de economia — macro e microeconomia, economia monetária, bancária e brasileira — finanças, contabilidade e controladoria.

1.5 Metodologia Geral

De acordo com Eco (1996, p. 21-2), um estudo é científico quando:

1) debruça-se sobre um *objeto reconhecível e definido de tal maneira que seja reconhecível igualmente pelos outros*; [...] 2) deve dizer do objeto *algo que ainda não foi dito* ou rever sob uma ótica diferente o que já se disse. [...] 3) *deve ser útil aos demais*. [...] 4) *deve fornecer elementos para a verificação e a contestação das hipóteses apresentadas* e, portanto, para uma continuidade pública.

Para atender a esses requisitos, este estudo discorrerá sobre os bancos múltiplos e comerciais e irá analisar sua evolução e desempenho de forma a revelar aspectos significativos, que cooperem com um prognóstico sob a ótica essencialmente técnica.

Segundo Cervo & Bervian (2002, p. 64), entende-se por trabalho científico original aquela pesquisa, de caráter inédito, que vise ampliar a fronteira do conhecimento, que busque estabelecer novas relações de causalidade para fatos e fenômenos conhecidos ou que apresente novas conquistas para o respectivo campo de conhecimento. Assim, neste estudo, desenvolve-se um trabalho original de pesquisa — fatores de desempenho bancário durante o período imediatamente antes (30/06/1994) e durante o Plano Real (01/07/1994 a 31/12/2002).

Conforme Rudio (1980, p. 10), "chama-se de 'realidade empírica' tudo que existe e pode ser conhecido através da experiência". Desse modo, a abordagem a ser utilizada no capítulo quatro é a empírico-analítica, em que se utilizam técnicas de coleta, tratamento e análise de dados quantitativos, sendo que a validação da prova científica será alcançada por meio da análise fatorial.

Em resumo, será utilizado inicialmente o método bibliográfico para a revisão da literatura, com o intuito de conhecer as contribuições científicas sobre análises contábeis de bancos, bem como recolher, selecionar, analisar e interpretar contribuições teóricas e empíricas existentes sobre o tema; posteriormente será utilizado o método descritivo, com o intuito de organizar, analisar e apresentar dados numéricos da população em estudo; em seguida, o método empírico-analítico, para revelar os aspectos de desempenho; no final, as conclusões serão extraídas por meio do método dedutivo, apresentando os fatores de desempenhos dos bancos privados nacionais e dos estrangeiros, bem como o estabelecimento de relações entre eles.

A principal fonte de dados para o desenvolvimento da pesquisa descritiva e empírico-analítica é o Bacen. Já o estudo da legislação e da regulamentação (Brasil, 2003), realizado por meio do Processamento de Dados do Senado Federal (PRODASEN), foi fundamental na revisão da literatura. Por isso, verificam-se a legislação e a regulamentação pertinentes antes da adoção do Plano Real, a fim de saber quais foram os principais dispositivos legais que acarretaram a configuração inicial do SFN (30/06/1994), bem como as principais normas que nortearam a configuração final do setor bancário (31/12/2002).

1.6 Estrutura do Estudo

O estudo está estruturado em cinco capítulos, que são apresentados resumidamente a seguir:

Capítulo 1) Introdução: neste capítulo, apresentam-se as justificativas, a caracterização do problema, o problema a ser verificado, os pressupostos conceituais intrínsecos e a hipótese subjacente a ser verificada, os objetivos do trabalho, a metodologia geral adotada e a estrutura do estudo;

Capítulo 2) Sistema Financeiro Nacional: aqui, destacam-se o mercado financeiro e a configuração do SFN atual, sua evolução antes e após a Reforma Bancária de 64 e, principalmente, durante a adoção do Plano Real, com destaque para as medidas de reestruturação e fortalecimento do SFN, adotadas durante o Plano Real, a presença do capital estrangeiro em bancos no país, e as considerações;

Capítulo 3) Evolução do Número de Bancos: neste capítulo, verifica-se a metodologia de trabalho para a pesquisa sobre a evolução do número de bancos públicos, privados nacionais com ou sem participação estrangeira e dos bancos com controle estrangeiro, incluindo filiais, em relação ao setor bancário total. Apresentam-se a base de dados, a população e a amostra, o tratamento dos dados, o resultado e a análise dos três setores bancários, e as considerações;

Capítulo 4) Desempenho dos Bancos Privados e Estrangeiros: aqui, apresentam-se uma breve revisão de indicadores de desempenho para IFs com os indicadores utilizados para fins de análise fatorial. Colabora-se a partir da concepção e do desenvolvimento de fatores de desempenho dos setores privado nacional e estrangeiro durante o Plano Real. Mostra-se, a base de dados, o tratamento estatístico, os testes iniciais, a análise fatorial e resultados, e destaca-se a contribuição principal do estudo com a validação ou não da hipótese — existe diferença entre os componentes dos fatores de desempenho (rentabilidade, solvência e liquidez, nível de operações de crédito e eficiência) dos bancos privados nacionais e dos bancos estrangeiros no país, durante o período entre 30/06/1994 e 31/12/2002; e

Capítulo 5) Conclusão: nesta parte, realizam-se as principais constatações do estudo, com base nos resultados apresentados no capítulo anterior e apresentam-se perspectivas para futuros estudos.

Por fim, apresentam-se a bibliografia, com as referências bibliográficas e as obras científicas pertinentes ao tema, bem como o apêndice com a relação de bancos para a realização do estudo e os anexos, que ilustram os principais documentos.

2 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

*"Um setor financeiro forte pode tanto dinamizar o processo econômico como servir para aprofundar as crises."*¹²

Ao longo das últimas décadas, verificou-se que o desenvolvimento financeiro¹³ exerceu uma atuação sobre o desenvolvimento econômico do país.

Pela importância do tema neste estudo e para os objetivos desta tese, não é necessário, nem adequado, detalhar os aspectos econômicos, políticos e sociais no Brasil. Importante é registrar as leis básicas que nortearam o desencadeamento da configuração atual do SFN, processo que pode ser compreendido em três fases:

1ª) um pouco antes da Lei 4.595/64 ou Lei da Reforma Bancária;

2ª) depois dessa Lei até a adoção do Plano Real; e

3ª) a partir do Plano Real, adotado em 1º de julho de 1994.

Para tanto, este capítulo tem como suporte um levantamento bibliográfico, uma coleta de dados junto ao Bacen e demais instituições normatizadoras integrantes do SFN, e contribuições de acadêmicos e participantes do mercado financeiro.

2.1 Mercado Financeiro e Sistema Financeiro Nacional

O SFN atual conforme apresentado no Quadro 1, pode ser definido como o conjunto de (a) instituições normatizadoras governamentais e (b) mercados financeiros, representados por instituições operativas, i.e., pelas IFs — (1) monetárias ou captadoras de depósitos à vista, foco deste estudo, (2) de crédito, (3) de capitais, (4) de câmbio, e (5) de seguro e previdência.

Sob a ótica sistêmica, o SFN pode ser compreendido por meio de dois subsistemas: operativo e normativo. O subsistema operativo é constituído por IFs que atuam e operam nos cinco mercados distintos do SFN, enquanto que o normativo visa normatizar, regular e fiscalizar o mercado financeiro.

¹² KEYNES, J. M. *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1982.

¹³ Ver Simonsen & Cisne (1989) e Pompeo (2003).

Quadro 1 – Sistema Financeiro Nacional.

SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL			
Órgãos de Regulação e Fiscalização		Instituições Financeiras Captadoras de Depósitos à Vista	Bancos Múltiplos com Carteira Comercial
Conselho Monetário Nacional	Banco Central do Brasil		Bancos Comerciais
			Caixas Econômicas
			Cooperativas de Crédito
		Demais Instituições Financeiras	Bancos Múltiplos sem Carteira Comercial
			Bancos de Investimento
			Bancos de Desenvolvimento
			Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento
			Sociedades de Crédito Imobiliário
			Companhias Hipotecárias
			Associações de Poupança e Empréstimo
			Agências de Fomento
			Sociedades de Crédito ao Microempreendedor
	Comissão de Valores Mobiliários	Outros Intermediários ou Auxiliares Financeiros	Bolsas de Mercadorias e de Futuros
			Bolsas de Valores
			Sociedades Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários
			Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários
			Sociedades de Arrendamento Mercantil
			Sociedades Corretoras de Câmbio
			Representações de Instituições Financeiras Estrangeiras
			Agentes Autônomos de Investimento
	Superintendência de Seguros Privados	Entidades Ligadas aos Sistemas de Previdência e Seguros	Entidades Fechadas de Previdência Privada
			Entidades Abertas de Previdência Privada
			Sociedades Seguradoras
			Sociedades de Capitalização
			Sociedades Administradoras de Seguro-Saúde
	Secretaria de Previdência Complementar	Administração de Recursos de Terceiros	Fundos Mútuos
			Clubes de Investimentos
			Carteiras de Investidores Estrangeiros
			Administradoras de Consórcio
		Sistemas de Liquidação e Custódia	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
			Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos
			Caixas de Liquidação e Custódia

Fonte: Banco Central do Brasil.

Adaptado para este estudo.

Obs.: As instituições financeiras destacadas em negrito são o foco deste estudo.

Em cada um dos cinco mercados financeiros — monetário, de crédito, de capitais, de câmbio e de seguro e previdência —, existe pelo menos um órgão de regulação e fiscalização governamental. São autarquias federais, integrantes do SFN e vinculadas ao Ministério da Fazenda, e, no caso do mercado de previdência complementar, ao Ministério da Previdência Social. Estas instituições são criadas e extintas por lei.

Hoje, figuram além do Bacen e do CMN, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e a Secretaria de Previdência Complementar (SPC), conforme a Figura 1.

Figura 1 – Principais Órgãos Reguladores do Sistema Financeiro Nacional.

Fonte: Sérgio Darcy S. Alves (2004b).

O CMN é um órgão deliberativo de cúpula, que formula a política monetária e cambial e normatiza o funcionamento do sistema financeiro. Sua permanência no SFN pode ser atribuída à falta de regulamentação do art. 192¹⁴ da Constituição da República Federativa do Brasil (Constituição Federal), de 5 de outubro de 1988. Conseqüentemente, não houve o sucedâneo ou uma entidade que pudesse substituir no todo ou em parte as funções inicialmente atribuídas a ele.

¹⁴ O art. 192 da Constituição de 1988 prevê o redesenho do SFN, a ser regulamentado em Lei Complementar. O referido artigo é alvo de polêmica. O inciso I refere-se às instituições bancárias, enquanto que o II, às não-bancárias (seguro, resseguro, previdência e capitalização, bem como o do órgão oficial fiscalizador). Dessa forma, foi prevista uma separação de instituições bancárias e não-bancárias, que constituiu um retrocesso em direção ao modelo de bancos especializados, previstos na Reforma Bancária de 64. Destaca-se que esse modelo não funcionou na prática.

O Bacen é o órgão de regulação e fiscalização do mercado monetário, de crédito e de câmbio, e atua também no mercado de capitais com a CVM. Portanto, age em todos os mercados, com exceção do mercado de seguro e previdência.

Uma vez configurado o SFN do ponto de vista sistêmico, pode-se definir o mercado financeiro como um conjunto de mecanismos voltados para a transferência de recursos entre os agentes econômicos. São efetuadas transações com títulos de prazos curto, médio, longo e, algumas vezes, indeterminado, a fim de realizar as intermediações financeiras que ocorrem na economia¹⁵.

Os mercados financeiros funcionam como sistemas-meio, cabendo-lhes, em essência, aproximar a oferta final da demanda final, transferindo recursos e organizando fluxos. Eles se destinam a bancar, financiar, investir e administrar recursos, sendo todas essas atividades sinônimos de intermediação¹⁶, pois visa: tornar próximo o agente deficitário do superavitário; desenvolver o mercado financeiro; promover o crescimento do PIB¹⁷; promover o desenvolvimento do país; e adequar os recursos financeiros quanto a prazos, volume, taxas de retorno, grau de risco etc.

Diante da importância da intermediação financeira, o SFN será apresentado brevemente antes e após a Lei 4.595/64 e, destacadamente, durante o período estudado do Plano Real, a fim de se compreender sua evolução e, principalmente, a sua configuração atual.

2.2 Sistema Financeiro Nacional Antes da Reforma Bancária de 1964

Para efeitos de uma breve introdução histórica do início do século XX, o país seguia rumo à democracia com todas as dificuldades peculiares. O Brasil completava o seu quarto centenário de existência, dos quais apenas 78 anos como nação independente e 11 anos como república. País ainda novo, mal saído da fase colonial, enfrentava vários problemas de natureza política, social, sanitária e econômica, dentre eles: falta de estrutura política efetivamente democrática,

¹⁵ Sobre mercado financeiro ver: Andrezo & Lima (2002), Assaf Neto (2001) e Fortuna (1994).

¹⁶ Ver Pompeo (2003, p. 23-8) sobre a natureza e a funcionalidade desenvolvimentista da intermediação financeira.

¹⁷ O Produto Interno Bruto é um indicador que expressa em um único número o nível de atividade em todos os setores da economia, isto é, a produção de todos os produtos e serviços finais de um país em um determinado período, tal como, ano, semestre, trimestre etc.

escassez de meios de comunicação e transporte, população escassa (17 milhões de habitantes) e pouco distribuída regionalmente¹⁸, analfabetismo generalizado, dentre muitos outros.

Do ponto de vista histórico, o Banco do Brasil (BB) serve de referência e, algumas vezes, confunde-se com a história financeira do país. Era o banco predominante da nação brasileira até o início de 1900. Hoje, ele continua a ter uma participação importante, apesar de diversas alterações em sua denominação. É o maior conglomerado do Brasil e a maior instituição financeira da América Latina¹⁹.

Antes da década de 40, não existia um sistema financeiro que pudesse ser classificado de nacional, pois não havia uma efetiva ocupação de todo o território nacional. O principal banco do mercado ainda era o BB e havia pouca necessidade da intermediação financeira, devido ao desenvolvimento incipiente e lento.

O fato mais relevante pré-Reforma Bancária de 64 refere-se à criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), em 2 de fevereiro de 1945, por meio do Decreto-lei 7.293. Essa foi a organização precursora do Bacen. Suas atribuições eram amplas e sua missão era a de exercer o controle do mercado monetário e preparar a organização de um banco central.

Malan (*apud* Campos, 2001, p. 663) aborda a criação e o desenvolvimento da SUMOC, denominada de embrião do Bacen.

O desenvolvimento do embrião foi lento e difícil. [...] na década de 40 a principal função da SUMOC foi a reorganização e regulamentação do sistema bancário, com algumas limitadas atribuições na área de câmbio, particularmente no tocante ao controle de capitais externos. Na década de 50, a SUMOC passou a focalizar o problema do controle da expansão monetária e creditícia, visando sobretudo disciplinar a expansão creditícia do Banco do Brasil. Essa função era dificultada pela quase inexistência dos mecanismos clássicos de controle — o redesconto, o compulsório e o *open market*. O primeiro não era controlado pela SUMOC; o segundo tinha efeito perverso, pois, sendo os depósitos feitos no Banco do Brasil, serviam para alimentar-lhe a expansão creditícia; e o *open market* só viria a funcionar na década de 60, quando, com a correção monetária dos títulos públicos, se criou um mercado voluntário para esses títulos.

¹⁸ De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2003), o Censo, realizado no ano de 2000, revela que a população brasileira era de 169.799.170 e continuava concentrada na região Sudeste.

¹⁹ Ver Banco do Brasil (2003) sobre a sua história.

Como consequência, o desenho do SFN foi alterado. O papel de autoridade monetária passou a ser desempenhado por três instituições: BB, SUMOC e Tesouro Nacional. Esse último era o órgão emissor de papel moeda.

No final da década de 50, o SFN era constituído por:

- a) Autoridades Monetárias — SUMOC, BB e Tesouro Nacional;
- b) Sistema Bancário Comercial;
- c) Bancos de Fomento — BNDES, BNB, BASA e Banco Oficial de Crédito Cooperativo;
- d) Caixas Econômicas Estaduais e Caixa Econômica Federal;
- e) Bolsas de Valores e Corretoras;
- f) Sociedades de Crédito e Financiamento; e
- g) Companhias de Seguro e Capitalização e Institutos de Previdência.

Mesmo com essa nova estrutura, o mercado financeiro caracterizou-se pela magnitude reduzida, pois se apoiava principalmente nas atividades dos bancos comerciais, isto é, em operações de curto prazo. Esse fato pode ser explicado devido às imposições legais que, junto com a inflação, condicionavam o SFN.

A Lei da Usura²⁰ (Decreto 22.626, de 7 de abril de 1933) tratava dos juros nos contratos e proibia o pagamento de juros nominais acima de 12% ao ano. E a Lei da Cláusula Ouro vedava quaisquer contratos em que figurasse o princípio da correção monetária — ou com correção pela variação cambial, ou expressos em divisas estrangeiras ou pelo preço do ouro —, isto é, estabeleceu que todos os contratos fossem feitos em moeda nacional corrente.

A restrição do teto para taxa de juros em 12% ao ano, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, permanece na Constituição de 1988, artigo 192, parágrafo 3º, que ainda carece de regulação em lei complementar²¹.

Somente no ano de 1964 foram concretizadas medidas para remodelar o SFN.

²⁰ Ela deixou de existir com a Lei 4.595/64, porém está prevista na Constituição Federal, Título VII Da Ordem Econômica e Financeira, Capítulo IV Do Sistema Financeiro Nacional, artigo 192, parágrafo 3º.

²¹ Em abril de 2003, o Congresso Nacional "decidiu" regulamentar em etapas ou blocos o referido artigo.

2.3 Sistema Financeiro Nacional Após a Reforma de 64 e Até a Adoção do Plano Real

Em 1964, quando do projeto de lei para a criação do Bacen, discutia-se (e ainda se discute) um modelo ideal de banco central: independente (ou não) ou do tipo misto. Porém, o que efetivamente ocorreu foi a criação de um banco central do tipo misto, pois havia efetiva vinculação com o BB e o próprio Governo Federal. A sua efetiva desvinculação do BB ocorreu somente em março de 1986.

Durante a implementação do Bacen, a Reforma Bancária de 1964 visava a especialização das IFs de acordo com o mercado financeiro de atuação: monetário, de crédito, de capitais, de câmbio e de seguros e previdência.

As reformas econômicas²², realizadas no período de 1964 a 1966, estabeleceram as bases para a recuperação da economia brasileira a partir de 1967. Dentre elas foram essenciais: a reforma bancária, a reforma do mercado de capitais, a reforma tributária e, principalmente, a instituição da correção monetária. Todas essas reformas já estavam delineadas no início da década de 60, entretanto, Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões realizam-nas entre 1964 e 1966, durante o Governo Castello Branco. Para melhor compreender em que condições ocorreram, Campos (2001, p. 568) relata:

O movimento de 64 tem de ser entendido como um processo detonado pela interação das condições internas com o contexto internacional da época. O quadro externo era o da Guerra Fria, que a União Soviética parecia estar ganhando: crescimento a taxas muito altas, prevendo ultrapassar a economia americana até o fim do Segundo Plano Setenal (1972); dianteira na tecnologia militar nos mísseis e nos satélites; guerrilhas "anti-imperialistas" em todo o Terceiro Mundo, com o apoio soviético, reduzindo à defensiva o bloco ocidental; e expansão geográfica que nada parecia poder deter com a ocupação por dentro da Tchecoslováquia em 48, o socialismo na China em 49, o empate da Coreia em 52, e o conflito do Vietnã, reiniciando-se depois da derrota francesa em 1954. Mais perto de nós, eletrizando as esquerdas latino-americanas, a vitória da Revolução em Cuba em 59. [...] Goulart, eleito por uma fração minoritária do eleitorado, e com apoio suspeito das lideranças sindicais "peleguistas", evidentemente não tinha mandato legítimo para promover mudanças radicais no país. Mas era isso o que se anunciava na campanha pelas "reformas de base" [...].

²² A Lei da Reforma Bancária, além de estabelecer o modelo de instituições especializadas, inspiradas no modelo estadunidense, serviu de base para a criação da CVM, por meio da Lei do Mercado de Capitais — Lei 4.786/65. Entre vários dispositivos, essa lei regulamentou as atividades das bolsas de valores, criou incentivos fiscais para a emissão e a aquisição de ações e debêntures e definiu as funções dos bancos de investimentos.

Diante desses aspectos, pode-se resumir o cenário com as seguintes características: significativa instabilidade econômica e política²³; inflação acelerada; dependência de ingresso de capitais externos; alta taxa de crescimento demográfico; e exaustão do modelo de substituição de importações.

Nesse cenário, a organização do SFN foi promovida no interior das reformas previstas pelo Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), entre 1964 e 1966. Porém, a medida mais significativa ocorreu antes da publicação desse plano, por meio da Lei 4.357, de 16 de julho de 1964, que dispunha sobre a reforma o imposto de renda e criava as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN).

Como consequência, originou-se o mecanismo de correção monetária. Com isso, o mercado de crédito e o financeiro em geral tomavam alento com a criação de títulos com remuneração real, sendo que seus valores eram reajustados com base na inflação. Outro efeito da aplicação da correção monetária foi notado com a elaboração e a divulgação das demonstrações contábeis. Os usuários das informações contábeis habituaram-se a fazer análises em termos nominais e reais.

Segundo Campos (2001, p. 641-2), foi através da correção monetária que se viabilizaram os cinco objetivos da reforma descritos no PAEG: obter recursos adicionais para a cobertura do déficit da União; aliviar a tributação sobre lucros ilusórios, meramente inflacionários²⁴;

²³ De 1956 a 1964 houve seis Presidentes da República — Nereu Ramos, Kubitschek, Jânio, Goulart, Ranieri Mazzilli e Castello Branco. Este exerceu o cargo em duas ocasiões nesse período. Acrescentam-se dois regimes políticos: presidencialista, até a renúncia de Jânio, parlamentarista, em 1962, e novamente presidencialista, de 1963 até hoje.

²⁴ Imposto inflacionário refere-se à parcela do poder aquisitivo da população que é apropriada pelo governo por meio da emissão de moeda para financiar seus gastos, gerando inflação. Pode-se definir como o ganho obtido pelo governo ao emitir mais dinheiro para financiar seus gastos. Esse aumento no volume de moeda em circulação pressiona a inflação. E, quanto maior a inflação, maior é a queda no poder aquisitivo da população. Assim, o "prejuízo" causado às pessoas pela alta da inflação é proporcional à receita obtida pelo governo ao emitir dinheiro; por isso, ele é comparado a um imposto. É o valor que o governo se apropria do público quando a inflação se dá por criação da moeda. Uma vez que o governo gasta mais do que arrecada, emite-se mais moeda; em consequência, aumenta o volume de moeda em circulação, sendo que uma das tendências é o aumento da inflação. Com o aumento de preços, o governo arrecada inclusive a parcela referente a esse aumento. Isso significa que, em vez de cobrar mais impostos dos contribuintes, o governo imprime moeda, criando mais inflação. O cálculo do imposto inflacionário, utilizado pelo Bacen, considera o efeito do IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna) sobre a base monetária (moeda em poder do público mais os depósitos à vista). Em 2002, o denominado imposto era cerca de US\$ 3 bilhões (Cruz, 2002, p. B 1).

desencorajar o atraso no pagamento de débitos fiscais; estimular a poupança individual; e criar um mercado voluntário para os títulos públicos²⁵.

Nos anos de 1965 e 1966, o Sistema Financeiro estava ainda em fase de readequação às novas normas vigentes. Esse aspecto, acrescido dos aspectos políticos decorrentes do golpe militar, pode explicar a escassa literatura durante esse período.

Em 1967, a denominada "estabilidade" da economia após a adoção do PAEG anima a classe média a realizar os sonhos de consumo, como a televisão, o carro novo e a casa própria, com ajuda do Banco Nacional de Habitação (BNH), criado em 1964.

Em consequência, o setor bancário cresceu por meio da intermediação financeira com a necessidade de financiamento. O banco com carteira comercial realizava operações de crédito de curto prazo por meio da captação de depósitos à vista. Os bancos de investimentos e os bancos de desenvolvimento efetuavam operações de crédito de longo prazo por meio de depósitos a prazo e de captações externas. A sociedade de crédito, financiamento e investimento operavam no crédito ao consumidor e em empréstimos pessoais por meio da captação de letras de câmbio. Por fim, as IFs do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) responderiam pelo financiamento habitacional, com base nos recursos obtidos por meio de depósitos de poupança e de letras imobiliárias. Contudo, na prática, o SFN, que se seguiu às reformas instituídas, foi bem menos segmentado do que a legislação indicava (Puga, 1999, p. 416).

O processo de expansão iniciado em 1967 alcança seu auge em 1973. A partir de 1974, tem início um processo de desaceleração econômica. A partir de 1981 ou no início da década de 80, houve um incremento da desaceleração e, como consequência, o período foi denominado "década perdida"²⁶. De modo geral, houve medidas econômicas que tentavam se ajustar às duas crises de petróleo (1973 e 1979) via inflação e endividamento crescente e/ou via necessidades sociais de consumo.

²⁵ A Lei 4.728/65, de Mercado de Capitais, possibilitou contratos de longo prazo por meio da correção monetária aplicada a títulos privados.

²⁶ O atual presidente do Bacen, Henrique Meireles, denominou a década de 80 como a "década de tentativas", durante Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, UNCTAD XI, especificamente no evento "Unctad Roundtable 'Restoring investor confidence through corporate transparency'", realizado em São Paulo, na sede da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), 14 jun. 2004.

O cenário bancário até 1950 era incipiente. Conforme a Tabela 1, nota-se que, desde 1900 até 1950, havia 60 bancos — 40 comerciais (BC); 9 com controle estrangeiro (BC-CE); e 11 públicos (BC-PBL). Já o ingresso de bancos não teve mudanças significativas de 1950 até 1988, salvo o crescimento dos bancos com controle estrangeiro e dos bancos públicos.

Tabela 1 – Bancos em Funcionamento em 31/12/1988.

Ano de Início	Por Tipo e Ano de Início de Funcionamento			
	BC	BC-CE	BC-PBL	Total
1900 a 1950	40	9	11	60
1951 a 1980	3	9	15	27
1981 a 1988	6	8	1	15
Total	49	26	29	102

Fonte: Banco Central do Brasil (2002e).

Antes da implementação do Plano Real, o país passava por um processo inflacionário significativo, que acarretou uma generalizada indexação de preços, salários e contratos. Para os bancos, esse cenário era favorável. Isso pode explicar a expansão do número de IFs nas décadas de 50 até 80.

O período de 1986 a 1991 foi repleto de medidas econômicas adotadas pelo Governo Federal. Foram implantados vários planos econômicos — Planos Cruzado I e II (1986), Plano Bresser (1987), Plano Verão (1989) e os Planos Collor I (1990) e II (1991) —, a fim de, principalmente, combater a inflação. Acrescentam-se inúmeros movimentos políticos ("Diretas Já" e *impeachment* entre outros), bem como os fatores econômicos (má distribuição de renda, 16 Ministros da Fazenda de 1967 a 1994)²⁷ e sociais (analfabetismo, mortalidade infantil, saúde etc.). Tudo isso associado ao clima de incertezas e desconfianças.

Diante desses complexos aspectos, pode-se considerar que a economia brasileira era significativamente instável até a implantação do Plano Real; todavia, torna-se necessário entender a natureza das últimas reformas, ou seja, sua evolução a partir do Plano Real, para compreender as mudanças no SFN atual.

²⁷ 1) Antônio Delfim Netto (03/1967 a 03/1974), 2) Mário Henrique Simonsen (03/1974 a 09/1979), 3) Karlos Heinz Rischbieter (03/1979 a 01/1980), 4) Ernane Galvêas (01/1980 a 03/1985), 5) Francisco Neves Dornelles (03/1985 a 08/1985), 6) Dilson Domingos Funaro (08/1985 a 04/1987), 7) Luiz Carlos Bresser Pereira (04/1987 a 12/1987), 8) Mailson Ferreira da Nóbrega (12/1987 a 03/1990), 9) Zélia Cardoso de Mello (03/1990 a 05/1991), 10) Marcílio Marques Moreira (05/1991 a 10/1992), 11) Gustavo Krause Sobrinho (10/1992 a 12/1992), 12) Paulo Roberto Haddad (12/1992 a 03/1993), 13) Eliseu Resende (03/1993 a 05/1993), 14) Fernando Henrique Cardoso (05/1993 a 03/1994), 15) Rubens Ricupero (03/1994 a 09/1994), e 16) Ciro Gomes (09/1994 a 01/1995). Atualmente, o maior período, com apenas um Ministro da Fazenda, foi de Pedro Malan (01/1995 a 01/2003).

2.4 Sistema Financeiro Nacional e o Plano Real

Em 1993, o governo desenvolveu as bases e as primeiras medidas preparatórias de um programa de controle da inflação, denominado plano de estabilização econômica, mais conhecido como Plano Real.

As medidas financeiras implementadas a partir de fevereiro de 1994 e a introdução do real em 1º de julho de 1994 promoveram uma alteração no ambiente macroeconômico, no qual os bancos estavam inseridos, o que modificou as perspectivas imediatas e as estratégias de concorrência dessas instituições.

O plano foi lançado em dezembro de 1993²⁸ e implementado em três fases: (1ª) combate ao déficit público com corte de 41% das despesas da União e aumento de 5% de todos os impostos federais; (2ª) criação de um indexador diário, a Unidade Real de Valor (URV)²⁹, com o objetivo de coordenar e eliminar as distorções dos preços relativos; e (3ª) reforma monetária com a introdução do real. O principal objetivo em todas as fases era o controle da inflação.

A primeira fase diz respeito ao aspecto fiscal, que foi feito por meio de: (i) aumento de gastos do Governo Federal, em R\$ 69,3 bilhões (14% a mais do que em 1993); (ii) criação do Fundo Social de Emergência³⁰; e, principalmente, (iii) aumento significativo da arrecadação tributária em R\$ 65,5 bilhões (33,2% em relação a 1993), gerada por meio de criação e/ou aumento de impostos, tais como:

²⁸ Quando Fernando Henrique Cardoso foi Ministro da Fazenda, no período de maio de 1993 a março de 1994, para, em seguida, lançar-se candidato à Presidência da República. Foi eleito para o mandato de 1995 a 1998 e reeleito por mais quatro anos. Esses períodos são denominados "Era FHC" e coincidem com o período estudado do Plano Real.

²⁹ Conforme Medida Provisória 434, de 27/02/1994, convertida na Lei 8.880, de 27/05/1994. Sobre a URV, destacam-se ainda: Decreto 1.066, de 27/02/1994; Medida Provisória 457, de 29/03/1994; Decreto 1.110, de 13/04/1994; e Decreto 1.149, de 27/05/1994.

³⁰ Aprovado por meio da Emenda Constitucional de Revisão 1, de 01/03/1994, para vigorar no biênio 1994-5, tendo como fonte de receitas 20% do produto da arrecadação de todos os impostos e contribuições da União, mais a parcela da arrecadação do aumento da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido das instituições financeiras e, ainda, parcela da arrecadação do imposto sobre operações financeiras, do imposto de renda e do imposto territorial rural resultante da alteração da base de cálculo e alíquota, pela Medida Provisória 418 e pelas Leis 8.847, 8.848 e 8.849, de 28/01/1994.

- cobrança do imposto provisório sobre movimentação financeira (IPMF); hoje, CPMF — contribuição provisória sobre a movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira;
- recolhimento da constitucionalidade da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS);
- aumento de 25% para 26,6% — hoje 27,5% —, da alíquota do imposto de renda retido na fonte;
- ampliação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) para o setor financeiro, de 23% para 30%; e
- aumento da arrecadação do imposto sobre produtos importados (IPI), em função da facilitação e, conseqüentemente, da expansão das importações.

Acrescenta-se ao aumento da carga e arrecadação tributária o recurso proporcionado pelo Programa Nacional de Desestatização (PND), na ordem de US\$ 1,97 bilhão em 1994, decorrente da venda de nove empresas, de participações minoritárias e de novas ofertas de ações de empresas já privatizadas. Por meio deste programa, foi possível atender a outras duas metas: abrir a economia brasileira para os grandes conglomerados e estender o mercado financeiro, permitindo um ingresso maior de bancos estrangeiros.

A segunda etapa para a execução do plano fixava uma fase intermediária, com a introdução de uma unidade de valor, com o objetivo de substituir os diversos índices utilizados na fixação de preços e em contratos de todo tipo. Foi implementado um mesmo indexador, a URV, para todos os preços da economia e que teve sua cotação em cruzeiro real — padrão monetário de transição. Era corrigida diariamente para acompanhar a perda do poder aquisitivo da moeda, com base em estimativa elaborada a partir de um conjunto de índices de preços. Pode-se afirmar que, dentre as medidas adotadas para a implementação do plano, essa foi uma medida eficaz e a principal para a transição do padrão monetário real.

A URV se tornou um importante mecanismo para eliminar a correção monetária, moralizar a moeda nacional e recuperar o seu poder de compra, haja vista a existência de uma inflação, que era realimentada pela correção monetária, da qual o próprio governo tirava benefícios, além do setor financeiro. Conforme Franco (1995, p. 160):

A inflação provoca um movimento de "fuga" da moeda que leva a riqueza a assentar-se em outros ativos imunes total ou parcialmente à inflação. Esse processo de desmonetização deságua principalmente nos ativos financeiros mais líquidos, e no caso brasileiro esse papel de "escondouro" para a desmonetização tem sido desempenhado pelos títulos do governo, pelos depósitos a prazo e de poupança.

De fato, o processo inflacionário impõe a qualquer economia características capazes de criar e agravar desequilíbrios setoriais na medida em que os segmentos mais organizados conseguem, por meio dela, se apropriar de fatias cada vez maiores daquilo que é produzido.

A terceira e última fase foi a implementação propriamente dita da nova moeda, o real, adotado por meio da Medida Provisória 542³¹, de 30/06/1994. O novo padrão monetário começou a circular em 1º de julho de 1994. Essa data pode ser considerada como o início do plano, que foi incrementado ao longo do primeiro mandato do Governo FHC, de 1995 a 1998, com o processo de privatização de estatais, elevação das taxas de juros e maior grau de abertura do mercado com a liberação de produtos importados³². Segundo o Bacen (2003b):

A partir do segundo semestre de 1994, com a implantação do Plano Real, acentuou-se o processo de reordenamento da economia brasileira. Foram adotadas medidas capazes de viabilizar a estabilização e reestruturação da economia, tais como a maior abertura ao comércio exterior, mudanças de política industrial visando a inserção mais competitiva de produtos nos mercados internacionais e redução de subsídios a vários setores produtivos. Reformas no ordenamento constitucional do país, notadamente na ordem econômica e na estrutura e funções do setor público, com redefinição da filosofia de seus gastos, também fizeram-se necessárias. Essas iniciativas, dentre outras, objetivaram a viabilização do processo de estabilização monetária.

Definido o novo padrão monetário nacional, estabeleceram-se regras e condições de emissão e critérios para conversão das obrigações para a nova moeda. As principais medidas foram:

³¹ Essa norma dispõe sobre o Plano Real, sobre o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras de emissão do real e os critérios para conversão das obrigações para o real, tendo sido reeditada mensalmente a partir de 29/07/1994 até 20/06/1995. Em 29/06/1995, o plano foi efetivado por meio da Lei 9.069, de 29/06/1995, que dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional e estabelece as regras e condições de emissão do real e os critérios para conversão das obrigações para o real. Acrescenta-se a Medida Provisória 1.053, de 30/06/1995, reeditada mensalmente até a promulgação da Lei 10.192, de 14/02/2001, que dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real.

³² Os processos de abertura comercial e das privatizações foram impulsionados no início da década de 90; hoje, eles permanecem em continuidade de acordo com o novo governo, estabelecido em janeiro de 2003.

- redução de algumas alíquotas do imposto sobre operações financeiras (IOF);
- extinção da unidade fiscal de referência (UFIR) diária, que passou a ser fixada trimestralmente, além de atrelar a variação das unidades fiscais estaduais à UFIR;
- dedução (passível) nos contratos do setor público sem cláusula de atualização monetária, por meio da expectativa de inflação entre a data final do período de adimplemento da obrigação e a data da exigibilidade do pagamento; e
- suspensão, até 30 de junho de 1995, da concessão de avais e quaisquer outras garantias, para qualquer fim, pelo Tesouro Nacional, e da colocação de qualquer título ou obrigação no exterior.

Essas e outras medidas foram anunciadas por meio de dispositivos legais³³, a fim de propiciar uma moeda, o real, estável por meio do controle da inflação.

Tabela 2 – Padrões Monetários no Brasil.

Padrão	Símbolo	Denominação	Período	Nº de Meses	Inflação Acumulada (%) [*]	Inflação Média Mensal (%) [*]
1	Rs\$	Réis	Até 31/10/1942	-	-	-
2	Cr\$	Cruzeiro ^{**}	01/11/1942 a 12/02/1967	292	31.000	1,9
3	NCr\$	Cruzeiro Novo ^{**}	13/02/1967 a 14/05/1970	40	-	1,6
4	Cr\$	Cruzeiro	15/05/1970 a 27/02/1986	190	206.000	4,1
5	Cz\$	Cruzado ^{**}	28/02/1986 a 15/01/1989	35	5.700	12,3
6	NCz\$	Cruzado Novo ^{**}	16/01/1989 a 15/03/1990	15	5.930	31,4
7	Cr\$	Cruzeiro	16/03/1990 a 31/07/1993	41	118.000	18,8
8	CR\$	Cruzeiro Real	01/08/1993 a 30/06/1994	11	2.400	34
9	R\$	Real	Desde 01/07/1994	108 ^{***}	155 ^{***}	0,88 ^{***}

Fonte: Banco Central do Brasil (2003e) e Franco (2003, p. 34).

* Inflação aproximada, conforme dados do IPC/FIPE. ** Corte de três zeros. *** Em 07/2003.

Elaboração própria.

Ao contrário dos planos anteriores, que impuseram congelamento de preços e/ou salários e/ou confisco temporários de ativos, houve uma contenção e, posteriormente, um controle do processo inflacionário. No início do Plano Real, a taxa anual de inflação diminuiu de forma significativa — de 2.490,90 %, em 1993, para 23,17%, em 1995³⁴.

De acordo com a Tabela 2, pode-se afirmar que o real é a moeda com menor inflação média mensal da economia brasileira, haja vista os nove padrões monetários existentes desde o início do século XX.

³³ Foram emitidas 139 Resoluções do CMN e 133 Circulares do Bacen no ano de 1994.

³⁴ De acordo com o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da FIPE.

A redução dos níveis de inflação sem o controle artificial de preços e a ausência de interferências sobre contratos estabelecidos gerou, num primeiro momento, transferência do imposto inflacionário para os consumidores de baixa renda.

Até 1994, a economia brasileira possuía algumas características específicas, fundamentadas, principalmente, em um crônico e acentuado processo inflacionário, coexistente com generalizada indexação. Estes dois aspectos invalidavam quaisquer políticas anti-inflacionárias.

Nesse contexto, a Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995, alterou a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas e revogou a correção monetária das demonstrações financeiras de que tratam o inciso IV do artigo 187 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, a Lei 7.799, de 10 de julho de 1989, e o artigo 1º da Lei 8.200, de 28 de junho de 1991. De acordo com o parágrafo único do artigo 4º, ficou "vedada a utilização de qualquer sistema de correção monetária de demonstrações financeiras, inclusive para fins societários"³⁵. Dessa maneira, o governo ignorou qualquer forma de correção monetária e tentou desindexar, de forma geral, a economia brasileira.

Com a eliminação da correção monetária e o controle da inflação, o país passou a ter mais credibilidade por parte dos investidores e a traduzir essa confiança em investimentos, que propiciaram maior tecnologia de produto e de processo, além de expandirem o potencial exportador. Além do processo de desnacionalização, o investidor nacional continuava a ser o principal responsável pela capitalização da economia³⁶.

Com a redução da inflação, as IFs perderam, de um lado, acesso aos ganhos inflacionários e viram diminuir suas receitas de *floating*³⁷, mas se beneficiaram, de outro lado, do aumento da demanda real por crédito, que, por sua vez, foi estimulada pelas políticas ativas de expansão dos empréstimos (operações de crédito), sobretudo de curto prazo, praticadas pelo sistema bancário.

³⁵ Sobre evolução histórica da correção monetária no Brasil e correção integral das demonstrações contábeis, ver FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (2000a, Cap. 36).

³⁶ Dados oficiais gerais podem ser obtidos em Exame (2002, p. 44-9).

³⁷ Os ganhos inflacionários referem-se às receitas obtidas pelos bancos como resultado da corrosão, pela inflação, dos valores reais dos recursos de terceiros neles depositados, sem remuneração ou remunerados abaixo da inflação. As receitas de *floating*, presentes mesmo com inflação zero, referem-se ao rendimento adicional gerado pelos recursos não remunerados ao serem aplicados pelos bancos. Esses recursos eram, de forma geral, aplicados em títulos públicos federais — operações de baixo risco e alto rendimento. Ver Carvalho (1995).

O clima de confiança, criado pela expectativa de estabilização dos preços, levou os consumidores, sobretudo os de renda mais baixa, a aumentarem a demanda por bens de consumo duráveis, dados o aumento real e a preservação do poder de compra dos salários associados à queda da inflação. A maior demanda por bens de consumo duráveis trouxe como consequência a expansão de demanda por crédito dos setores comercial e industrial (Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1999, p. 3).

Destaca-se a credibilidade no país propiciada pelo Plano Real por meio dos principais fatores para o sucesso do plano, que podem ser classificados em políticos e técnicos. Os políticos visavam: (i) agir com firmeza no combate à inflação, em 1993, quando da formulação do Plano Real; (ii) contribuir com a indicação de FHC para o Ministério da Fazenda, que viabilizou o plano idealizado em 1993 e 1994; e (iii) a eleição de FHC, em outubro e novembro de 1994. Já os fatores técnicos foram: (i) a criação da URV como medida de valor transitória para o real; (ii) a não transgressão na economia — evitaram-se o congelamento de preços e/ou de salários, confiscos, interferências sobre contratos estabelecidos etc.; (iii) a âncora cambial; e (iv) a abertura da economia.

A âncora cambial foi viabilizada pelo alto índice de liquidez internacional e pela confiança no Brasil por parte de países, instituições e investidores estrangeiros. Em julho de 1994, ela foi pautada pelo mercado, porém, havia o compromisso do Bacen em evitar a volatilidade e de vender dólares quando a taxa de câmbio atingisse R\$ 1/US\$ 1.

Com a crise cambial mexicana no final de dezembro de 1994, houve fuga de capitais. Diante da mudança do cenário internacional, passou a ser adotado o mecanismo de bandas cambiais no início de março de 1995. Este mecanismo durou até 1999, quando novamente o câmbio passou a ser pautado pelo mercado.

Já a abertura da economia teve um papel importante para reduzir as pressões domésticas inflacionárias. Essa medida, conforme relatório anual do Bacen de 1994, foi fundamental e se concretizou por meio da facilitação de importações a fim de conter a alta de preços dos produtos locais. Dessa forma, foi possível propiciar a valorização do real e a conseqüente desvalorização do dólar, nos primeiros meses do Plano Real.

A política comercial visou aumentar a oferta interna de produtos a preços competitivos, mediante redução de diversas tarifas de importação (mais de 5 mil itens), eliminação de barreiras não-tarifárias, simplificação dos trâmites operacionais e desoneração dos produtos exportáveis.

O processo de liberalização das importações visou melhorar as condições de oferta de produtos no mercado interno. Os números da balança comercial revelam um significativo aumento das importações. Mesmo com um superávit de US\$ 10,4 bilhões, em 1994, o desempenho foi inferior em US\$ 2,9 bilhões ao registrado em 1993. Entretanto, as importações totalizaram US\$ 33,1 bilhões, contra US\$ 25,3 bilhões no ano anterior (Bacen, 1994a, p. 110-12). Especificamente, a evolução das importações esteve condicionada pelo processo de abertura comercial³⁸, pelo aquecimento da demanda³⁹ a partir do lançamento do real e pelo câmbio valorizado após a introdução do Plano Real.

O processo de internacionalização dos mercados e o programa de estabilidade econômica acarretaram confiança por parte dos investidores estrangeiros. O fluxo líquido de investimentos estrangeiros foi significativo durante o início do Plano Real — cresceu 31,8% em relação a 1993, atingindo US\$ 8,1 bilhões em 1994 (Bacen, 1994a, p. 128).

Segundo o relatório mundial sobre investimentos "World International Report 1998" (WIR/98), divulgado pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), o investimento externo para comprar empresas brasileiras que estavam em operação foi crescente. Em 1996, o Brasil recebeu US\$ 11,1 bilhões em investimentos diretos de multinacionais, dos quais 28% (US\$ 3,108 bilhões) foram dirigidos para aquisições de empresas. Em 1997, o volume de investimento externo chegou a US\$ 16,3 bilhões, dos quais 63% (US\$ 10,269 bilhões) foram para fusão ou aquisição do controle de companhias brasileiras. Esse fluxo permaneceu significativo entre 1998 e 2000, sendo que o relatório UNCTAD/WIR/2002 destaca a alta performance do Brasil em atrair investimentos diretos estrangeiros⁴⁰.

³⁸ Iniciada nos primeiros anos da década de 90, bem como pelas modificações na conjuntura econômica decorrentes de programas de estabilização da moeda.

³⁹ O crédito ao consumo, que já vinha crescendo ao longo de 1993, aumentou significativamente com a introdução da URV no final de fevereiro de 1994, que, ao favorecer a previsão do rendimento assalariado, viabilizou o endividamento de pessoas físicas.

⁴⁰ Ver UNCTAD – Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (2003), "World International Report", de 1998, de 2000 e de 2002.

Ainda sobre os principais fatores que propiciaram o sucesso do Plano Real, ressalta-se que, quando da implantação do Plano Real, havia um prazo adequado para adaptação das IFs, propiciado pelo tempo de utilização da URV — moeda de transição para o real. E não houve quebra de contratos, isso por conta das experiências de planos passados (e mal sucedidos no combate à inflação ou estabilização da moeda). Em seguida, houve sinalização por parte do Bacen acerca das consequências da estabilização da economia para o mercado financeiro. Essa advertência foi percebida pelo mercado e acarretou maior confiança — palavra-chave no mercado financeiro.

Na verdade, os participantes do mercado financeiro já tinham acumulado experiências decorrentes de planos econômicos anteriores. Assim, muitos desses aguardavam a estabilidade da moeda (em algum período de tempo) e se preparavam para tal. Entretanto, outras IFs não estavam preparadas, principalmente, alguns bancos estaduais⁴¹.

Outro fator importante refere-se à regulação prudencial, adotada pelo Bacen em 1994, que passou a trabalhar com regras e ações prudenciais⁴², e com a adoção das recomendações objeto do documento Acordo de Basiléia⁴³. Dessa forma, houve uma mudança significativa no foco de atuação. Com o Plano Real, o Bacen passou a trabalhar com conceitos consistentes em termos "prudenciais", em vez de ter normas específicas para todas as operações, tal como aconteceu nos planos anteriores, principalmente no Plano Collor — período em que o Bacen mais emitiu normas.

A continuidade do processo de adequação das IFs do SFN em um cenário de estabilidade monetária e em face da mudança de enfoque da supervisão da autoridade monetária passou a ser pautada por um modelo prudencial e centrado no risco.

⁴¹ Sobre bancos públicos estaduais, ver Souza (1994).

⁴² Ver Bacen (2002d e 2003d): Relatório de Estabilidade Financeira, 5. Normas Relativas à Regulação Prudencial, com o primeiro relatório publicado em novembro de 2002, p. 91-108; e o segundo relatório publicado em maio de 2003, p. 95-108.

⁴³ Trata-se de recomendações estabelecidas pelo Comitê de Supervisão Bancária de Basiléia, pelo FMI e pelo Banco Mundial de forma a harmonizar os procedimentos de supervisão aplicáveis às instituições integrantes do SFN aos padrões internacionalmente recomendados, questão importante sob o ponto de vista da competitividade da indústria bancária brasileira nos mercados globalizados (Bacen, 2002a, p. 92) Um conceito essencial adotado nesse documento é o de que a alavancagem financeira depende do volume de riscos e não do volume de determinada operação. Sobre Acordo de Basiléia ver: Alves (2004a) e Gabriel (2004, Cap. 2, p. 27-38).

Alguns exemplos de implementação de regras prudenciais podem ser citados: (1) adoção do Acordo de Basiléia⁴⁴ – Resolução 2.099/94; (2) central de risco de crédito⁴⁵ – Resolução 2.390/97; e (3) operações de *swaps*⁴⁶ – requerimentos de capital – Resolução 2.399/97. Existe também a atenção com a participação nos estudos de revisão do Acordo de Capital de 1988, conduzido pelo Comitê de Supervisão Bancária de Basiléia e que deverá representar a maior mudança nos padrões internacionais de regulamentação prudencial.

Nessa época é que foi constituído um grupo de trabalho específico a fim de acompanhar as discussões relativas ao Acordo de Basiléia, elaborar propostas e avaliar o grau de adequação brasileiro, bem como as conseqüências de sua adoção no mercado doméstico⁴⁷.

Entretanto, o aspecto mais significativo durante os primeiros anos do Plano Real foi o controle da inflação, quer via imposição legal quer via "âncora cambial". O câmbio começou com US\$ 1 igual a R\$ 1, porém, em poucos dias, o real valia mais que o dólar – US\$ 1 igual a R\$ 0,85. Era possível, nessa época, comprar um dólar, pagar uma passagem de ônibus ou um quilo de frango com R\$ 1,00.

Contudo, em janeiro de 1999, o governo liberou o câmbio e houve uma significativa desvalorização do real. Em poucos dias, o real perdeu 40% de seu valor ante o dólar. Diante de tal cenário, o Bacen lançou títulos dolarizados ou corrigidos pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As causas da medida podem ser atribuídas à ameaça de ataque especulativo no mercado financeiro, à saída de dólares do país (iniciada no segundo semestre de 1998, após as crises asiática e, em seguida, russa, em 1999) e à dificuldade de exportação, ocasionada pela sobrevalorização da moeda brasileira. E assim iniciou o segundo mandato de FHC (1999 a 2002) com a chamada "transição e consolidação do Plano Real".

Quanto às crises internacionais, houve a crise mexicana, a crise asiática⁴⁸ e a crise da Rússia. A internacionalização dos mercados financeiros e a dos participantes do mercado internacional com relação aos sistemas financeiros de países emergentes aumentaram

⁴⁴ Quando Paulo Cesar Ximenes Alves Ferreira era o presidente do Bacen.

⁴⁵ Quando Gustavo Loyola era o presidente do Bacen.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Gustavo H. B. Franco possibilitou a continuidade das regras prudenciais, impulsionadas por Gustavo Loyola.

⁴⁸ Ver Krugman (2004).

substancialmente a partir da crise asiática. A falta de liquidez ou a insolvência do sistema bancário podem transformar pequenos desequilíbrios na economia de determinado país em uma situação de crise. Por exemplo, numa situação de fragilidade de bancos com alta inadimplência, em uma crise, amplia a falta de confiança no sistema bancário.

Em referido período também foi adotada uma política em linha com as melhores práticas contábeis e financeiras, como: (a) estabelecer regras mais duradouras, por exemplo: controle interno, provisão e outras; (b) emitir normas locais em conformidade com as normas internacionais devido, principalmente, à inflação baixa e seu controle; e (c) estabelecer regra de forma prudencial mais duradoura em vez de medidas "ad hoc".

A Tabela 3 apresenta o número de normas editadas relativas ao SFN — Resoluções do CMN (RES), Circular (CIR) e Carta-Circular (CCIR) do Bacen. Identifica-se um número significativo, ou 9.546 normas no período discriminado.

Tabela 3 – Normas Editadas Relativas ao Sistema Financeiro Nacional.*

Ano	RES	CIR	CCIR	Total
1965	14	21	0	35
1975	40	39	37	116
1985	84	76	171	331
1986	166	120	215	501
1989	113	148	170	431
1990	107	315	85	507
1993	67	137	90	294
1994	99	134	93	326
2002	140	99	83	322
2003	101	45	40	186
2004	27	13	14	54
Total	3188	3230	3128	9546

Fonte: Sérgio Darcy S. Alves (2004b). * Atualização até 01/04/2004.

Porém, o número de normas revogadas, no total de 8.069, é expressivo, conforme a Tabela 4. Pode-se afirmar que, à medida que se estabeleciam os "pacotes econômicos", havia a necessidade de impor novas medidas e, inclusive, revogar normas anteriormente emitidas, que não se "enquadravam" diante de determinada realidade econômica do país.

Tabela 4 – Normas Revogadas Relativas ao Sistema Financeiro Nacional.*

Ano	RES	CIR	CCIR	Total
1965	0	0	0	0
1975	25	9	4	38
1985	62	26	8	96
1986	57	24	18	99
1989	52	87	61	200
1990	83	134	36	253
1993	63	124	50	237
1994	70	84	46	200
2002	332	358	310	1000
2003	97	19	29	145
2004	17	6	11	34
Total	2674	2698	2697	8069

Fonte: Sérgio Darcy S. Alves (2004b). * Atualização até 01/04/2004.

Diante do novo foco de atuação normativa do Bacen, com início no Plano Real, a Dinor passou a estabelecer regras mais duradouras em consonância com as normas internacionais⁴⁹. Dessa forma, verificaram-se as conseqüências das ações prudenciais, e, em 1º de abril de 2004, as normas vigentes no SFN são: 514 Resoluções, 532 Circulares e 431 Cartas-Circulares, totalizando 1.477 normas. Esse número é significativo diante das 9.546 normas emitidas e é explicado pelas 8.069 normas revogadas.

Ainda sobre o cenário normativo durante o Plano Real, o país avançava de forma institucional com a aprovação da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, denominada de Lei de Responsabilidade Fiscal, que dispõe um código com regras sobre o que os administradores públicos podem e não podem fazer.

Em 2001, o país enfrentou uma crise interna de energia, denominada "risco apagão", que impôs o racionamento entre junho de 2001 e março de 2002. Além disso, houve dois importantes eventos externos, que fizeram o país enfrentar, no mesmo ano, duas crises: o efeito ou contágio da crise na Argentina e o ataque em Nova York ao *World Trade Center* em 11 de setembro de 2001.

Segundo Pompeo (2003, p. 104), do Plano Real restaram muitas conseqüências negativas.

⁴⁹ Ver Bacen (2004d) sobre Adequação às Normas Internacionais de Contabilidade.

O segundo mandato de FHC tem como resultado: (i) o crescimento vertiginoso da dívida pública interna⁵⁰; (ii) a utilização de impostos como a CPMF para a rolagem da dívida – imposto gerado para investimentos na saúde; (iii) os cortes orçamentários na educação, saúde, infraestrutura etc; (iv) a desvalorização drástica do real que, em 1999, era de R\$ 1,20 para cada dólar e hoje⁵¹ oscila em torno de R\$ 2,50 para cada dólar⁵²; (v) a submissão ao FMI com o objetivo de garantir os empréstimos realizados; (vi) um aumento do desemprego; (vii) um aumento vertiginoso da violência etc; enfim um esgarço do tecido social, que se dilui, embora o cenário róseo nos discursos prometa o nirvana para o povo brasileiro, mas somente no ano 2025. Keynes já afirmava: "no médio prazo estaremos todos mortos".

Todavia, os aspectos mais importantes do Plano Real no âmbito do mercado financeiro foram as medidas adotadas para a reestruturação e fortalecimento do SFN.

O Brasil também está sujeito a esse redemoinho. É o efeito da globalização mexendo com a nossa realidade. Nosso país tem o maior e, provavelmente, o mais complexo sistema financeiro na América Latina⁵³, cujo desenvolvimento, nos últimos trinta anos, foi marcado pelo processo inflacionário. As reformas institucionais e as grandes mudanças legais e normativas nesse período foram determinadas em grande medida pelo processo de combate à inflação (Bacen, 2004a).

2.4.1 Medidas para Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional

A configuração atual do SFN foi influenciada de forma significativa pelas autoridades governamentais, mediante a adoção de um conjunto de medidas que visava o redesenho do sistema diante das dificuldades do setor financeiro, propiciadas pela implementação do Plano Real.

A resolução da crise bancária contemplou três tipos de soluções por meio de dispositivos legais, em especial, medidas provisórias e decretos, implementados pelo Governo Federal.

⁵⁰ Dados do Bacen informam que, em março de 2002, a dívida era constituída por 32% de títulos dolarizados, 51% de títulos a taxas pós-fixadas e o restante a taxa pré-fixada, tendo a dívida evoluído de R\$ 54 bilhões, em 1995, para R\$ 800 bilhões, em agosto de 2002, em termos nominais, ou seja, um crescimento de 1.381% aproximadamente (Pompeo, 2003, p. 69).

⁵¹ No primeiro semestre de 2002, antes das eleições de outubro para presidente, governadores, senadores e deputados estaduais e federais.

⁵² Na véspera da eleição presidencial no ano de 2002, o real sofreu uma forte desvalorização — aproximadamente R\$ 4,00 para cada dólar. Logo após a eleição e no início do Governo Lula, o real valorizou e, em maio de 2003, oscilou em torno de R\$ 3,00 para cada dólar.

⁵³ Ele é, entre os componentes do setor terciário, um dos que mais se concentram em São Paulo. As sedes de sete dos 10 maiores bancos e de oito das 10 maiores companhias de seguro do Brasil estão em São Paulo e comportam mais da metade dos depósitos bancários (Brasil, 2004c, Capítulo I, p. 18).

Figura 2 – Resolução de Crises Bancárias Durante o Plano Real.

Elaboração própria.

Conforme a Figura 2, a resolução da crise logo após a queda da inflação, propiciada a partir do Plano Real, previa tanto o socorro (de caráter emergencial) aos bancos quanto a prevenção e resolução de crises futuras.

Na prática, o que se observou foi o incentivo para as reorganizações societárias (operações de fusões & aquisições de bancos por IFs nacionais e estrangeiras) por meio de privatização de bancos públicos estaduais, transferência de controle, intervenção ou outros mecanismos.

As medidas de caráter emergencial foram implementadas por meio do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro (PROER) e do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES). Ambos os programas foram estabelecidos para o saneamento do setor bancário. O PROER previa 50% dos recursos do Governo Federal e os 50% restantes dos governos estaduais, de seus respectivos bancos e/ou caixas econômicas. O PROES condicionava 100% dos recursos à privatização do banco público estadual.

Quanto às crises futuras, foram adotadas: (1) medidas de prevenção, por meio de regulação prudencial e do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB)⁵⁴; e (2) medidas para solucionar crise sistêmica no setor bancário, por meio do Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

⁵⁴ Mais detalhes são encontrados em: Saddi (1999, p. 38-40); e Bacen (2002d e 2003d), Relatório de Estabilidade Financeira, 3. Sistema de Pagamentos, com o primeiro relatório de novembro de 2002, p. 63-80; e o segundo relatório de maio de 2003, p. 69-84.

A atuação do Bacen na resolução de crises foi inevitável e tinha como meta obter um sistema financeiro mais saudável e evitar prejuízos maiores. O ideal é que o Bacen, como o órgão supervisor bancário, se antecipe e promova soluções de mercado antes de caracterizada a insolvência de IFs. Conforme Loyola (2004):

Em agosto de 1995, quando o Bacen propôs ao CMN a criação de um mecanismo de proteção a titulares de crédito contra instituições financeiras, o Brasil estava correndo um sério risco de crise bancária. A então recente intervenção do Bacen no Banco Econômico começava a criar um clima de boatos e de insegurança claramente refletido no noticiário da imprensa. Desde o início, a fundamental preocupação de governo foi evitar uma crise bancária aberta que trouxesse substanciais prejuízos à sociedade brasileira, ameaçando inclusive o Plano Real, que então acabava de completar seu primeiro aniversário. A crise venezuelana era uma prova viva de todo potencial destrutivo de uma ruptura do normal funcionamento do sistema bancário. Para os venezuelanos, a crise bancária não apenas estava custando 11% do PIB, mas principalmente tinha provocado um retrocesso político que ameaçava a democracia naquele país. O Governo Federal e o Banco Central não podiam deixar que o Brasil sofresse esse mesmo destino.

Dessa forma, é possível afirmar que o Bacen, no papel de promover o desenvolvimento do SFN, se antecipou e desenvolveu um conjunto de medidas, que visava à consolidação, à reestruturação ou à estabilização da economia, uma vez que se verificou, num primeiro momento, uma situação de insolvência de IFs, principalmente de bancos comerciais e múltiplos.

Quanto à meta defendida pelo Bacen, Lundberg (1999, p. 46) afirma:

A principal meta a ser alcançada é construir, ao menor custo possível para a sociedade, um sistema bancário solvente, competitivo e bem administrado, onde operem apenas bancos viáveis e bons banqueiros.

Os principais prejuízos a serem evitados são:

1. danos ao sistema de pagamentos;
2. crise geral de confiança, como resultado da perda de depositantes e credores;
3. desperdício de recursos alocados em favor dos piores clientes ou segmentos da economia em detrimento daqueles mais promissores; e
4. instabilidade macroeconômica.

Tendo em vista a necessidade de redimensionamento do setor e a incapacidade de alguns bancos de promover espontânea e tempestivamente os ajustes necessários para a sobrevivência num ambiente com inflação baixa, foram adotadas várias medidas e dispositivos legais, a fim de proteger a economia brasileira contra os efeitos de uma crise sistêmica no setor bancário e propiciar o saneamento e fortalecimento do SFN.

No início do Plano Real, não havia um arcabouço institucional pleno que prevenisse uma crise sistêmica no setor bancário. Por conta desse fator, o Bacen trabalhou com os objetivos de uma reestruturação bancária, que puderam ser alcançados sob diferentes arranjos. Foram utilizados dois modelos básicos em reestruturações: o modelo da cisão da parte saudável (*good bank/bad bank*) e o modelo da aquisição (*purchase and assumption*), assumindo-se eventuais prejuízos. Em ambos os casos, minimizam-se as perdas impostas ao SFN, aos clientes e aos empregados, permitindo também a negociação do valor intangível do negócio (*goodwill*), que seria perdido com a liquidação.

A seguir, apresenta-se o cenário relativo às medidas adotadas pelo Bacen, que nortearam as reorganizações societárias bancárias.

2.4.1.1 Cenário Local Bancário no Início do Plano Real

Em julho de 1994, o redesenho do SFN tinha em vista seu fortalecimento e sua reestruturação. As reformas foram essenciais devido à relativa estabilização da economia, em especial à perda da receita advinda do *floating*. A atuação do Bacen para socorrer as IFs ocorria em caráter de emergência. Foram utilizados recursos da reserva monetária, dentre os quais parte da arrecadação do IOF.

O CMN decidiu aprovar a Resolução 2.099/94, em consonância com as recomendações objeto do Acordo de Basiléia, como uma das formas de resolução de futuras crises bancárias. Essa norma dispõe sobre as condições de acesso ao SFN, estabelece os valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado (PLA), a instalação de dependências e a obrigatoriedade da manutenção do PLA em valor compatível com o grau de risco das operações ativas (PLE). Porém, para as IFs estrangeiras, o limite mínimo de capital era 100% superior ao fixado para as IFs nacionais. Essa restrição foi, posteriormente, abolida por meio da Resolução 2.212/95.

Já a Circular 2.500/94 estabeleceu a metodologia a ser empregada para o cálculo dos valores mínimos de capital e PLA a serem observados permanentemente pelas instituições

autorizadas. Os valores mínimos⁵⁵ se alteraram em função do número de agências autorizadas a serem instaladas, da localização da sede e das agências no território nacional, da existência de agências no exterior, do número de carteiras de bancos múltiplos e do fato de a instituição operar ou não em câmbio.

Ainda com o objetivo de restringir o acesso de IFs, ou mesmo o funcionamento no SFN, foi determinado um limite inicial maior para as novas IFs e se alterou a fórmula do PLA conforme a Resolução 2.212/96.

Estabeleceu-se que a situação econômico-financeira dos controladores dos bancos deverá corresponder a, pelo menos, 220% do empreendimento. Com base nesse parâmetro, delimitou-se:

- o valor do capital subscrito, nos casos de autorização para funcionamento de nova instituição;
- o maior dos seguintes parâmetros, quando se tratar de transferência de controle societário:
 - valor patrimonial contábil;
 - capital mínimo para a instituição, previsto na regulamentação vigente;
 - preço de aquisição;
- o valor do capital mínimo exigível para a nova instituição, nos casos de reorganização societária, quando implicar necessidade de maior exigência de capital.

No entanto, foram criados incentivos para as operações de aquisição, incorporação e transferência de controle acionário, uma vez que essas transações ficaram isentas das tais exigências.

⁵⁵ Os limites foram alterados durante o período estudado do Plano Real. A Resolução 2.212, de 16/11/1995, alterou dispositivos das Resoluções 2.099/94 e 2.122/94. Nesse contexto, o normativo modificou a fórmula de cálculo do PLA com vistas à sua compatibilização com o grau de risco da estrutura de seus ativos. Procurou-se estabelecer assim uma relação inversa entre o tempo de funcionamento de uma IF e o grau de exposição dos seus ativos ao risco, ou seja, novas instituições ingressantes no mercado teriam que possuir um perfil mais conservador na composição de seus ativos. Buscando avançar no aperfeiçoamento dos instrumentos de aferição de riscos, foram editadas medidas com foco na regulamentação prudencial. Desde então, a fórmula de cálculo do PLA foi alterada diversas vezes para introduzir modificações que a ajustassem aos riscos de mercado, conforme previstas nos dispositivos atuais do Acordo de Basiléia.

Houve diminuição do ritmo de crescimento devido às crises internacionais. Essa redução foi mais significativa em 1995. Conseqüentemente, a adoção de uma política monetária e creditícia altamente restritiva tornou inevitável o ajuste dos bancos. Acrescentam-se os problemas decorrentes: (i) das intervenções no Banespa e no Banerj, em dezembro de 1994, e (ii) da liquidação do Banco Econômico, em agosto de 1995. Com esses casos, houve concentração da liquidez nos bancos de grande porte.

Diante das dificuldades dos bancos no início do Plano Real, foi emitido o documento Exposição de Motivos n. 89 do Ministro de Estado da Fazenda (EM 89/MF), em 7 de março de 1995, que apresentou uma proposta relativa ao estabelecimento de medidas complementares ao saneamento dos bancos oficiais. O principal objetivo era o de viabilizar a transferência de seus controles acionários a grupos privados.

A EM 89/MF narrou as dificuldades dos bancos públicos diante do cenário com baixa inflação. Por meio desse documento, preceituou o saneamento dos bancos públicos estaduais e o ingresso e a maior participação do capital estrangeiro, por meio dos grandes conglomerados financeiros internacionais. Os principais aspectos apreciados são:

- dificuldade econômico-financeira dos bancos oficiais, em decorrência da excessiva concentração de créditos, com elevado grau de inadimplência, em particular junto ao controlador e às empresas ligadas, além do carregamento significativo de volume de títulos públicos de emissão dos próprios Estados; no caso dos bancos estaduais, tornou essas instituições altamente dependentes de recursos no mercado financeiro, a taxas que, geralmente, se situavam bem acima daquelas regularmente praticadas;
- estruturas administrativas dos bancos oficiais inteiramente inadequadas, quando comparadas com aquelas mantidas pelos bancos privados, com custos fixos incompatíveis com a sua capacidade de geração de receitas não-inflacionárias;
- rolagem da dívida imobiliária estadual, cuja elevada posição financiada (R\$ 18,8 bilhões, em 30/11/94) também passou a enfrentar crescentes custos. O *spread* pago pelos títulos estaduais em relação à taxa SELIC saltou de uma média histórica de 3% ao ano para mais de 6% ao ano, e, em conseqüência, afetou os bancos estaduais na medida em que atuavam como gestores do fundo de dívida, tendo suas reservas bancárias automaticamente

sensibilizadas na eventualidade de o mercado deixar de financiar a totalidade dessa dívida⁵⁶, promovendo expressiva transferência de recursos do setor público para o setor privado;

- desequilíbrios mantiveram-se encobertos, pois os ganhos proporcionados pelos recursos sem ônus (*floating*) permitiram auferir receitas que compensavam as elevadas despesas operacionais e os equívocos administrativos; e
- com o intuito de viabilizar o financiamento dos títulos estaduais, ao abrigo da Resolução 2.081/94, o Bacen promoveu a troca de 84,2% daqueles títulos financiados no mercado *overnight*, por Letras do Banco Central do Brasil; contudo, esse mecanismo constituiu solução emergencial e temporária, de modo que a administração da dívida mobiliária permanecia como uma dificuldade a ser enfrentada pelos bancos públicos estaduais.

Todos esses desequilíbrios, agregados às instituições ativas, originárias de ativos de duvidosa realização e contingências passivas, representadas essencialmente por obrigações de natureza trabalhista e atuarial junto a fundos de previdência, tinham provocado situações em que se verificou o consumo do patrimônio dessas instituições.

Diante desses aspectos, o Ministro da Fazenda emitiu outra Exposição de Motivos — EM 311/MF⁵⁷ —, no mesmo ano de 1995, que possibilitou o Bacen, em conjunto com o BNDES⁵⁸, conduzir os processos de transferência de controle societário das IFs sob regime especial ou daquelas cujos controladores "manifestassem" interesse na privatização de seus capitais.

⁵⁶ Diante desses aspectos, diversos programas de saneamento e de recuperação foram estabelecidos pelo Bacen sem que, no entanto, lograsse êxito no propósito de resolução definitiva de seus desajustes. Como exemplos: (a) em 1983, o Programa de Apoio Creditício (PAC), constituído por uma linha de empréstimo de liquidez em condições privilegiadas; (b) em 1984, o Programa de Recuperação Financeira (PROREF), que era uma linha de empréstimo com condições mais rigorosas, vinculada a ajustes; (c) em 1986, a junção do PAC com o PROREF ampliou os mecanismos de punição; (d) em 1987, o RAET; (e) em 1988, uma linha de financiamento de US\$ 800 milhões para todos os bancos estaduais, vinculada a ajustes; (f) em 1990, o Programa de Recuperação — linha de empréstimos vinculada a ajustes, paralelamente à liquidação extrajudicial de quatro bancos estaduais; (g) em 1992, a linha especial para os bancos liquidados em 1990, vinculada a ajustes; e (h) em 1994, a Resolução 2.098 autoriza o Bacen a instituir linha de crédito de liquidez e a Resolução 2.217 faculta às instituições financeiras públicas estaduais a cessão, a instituições não-financeiras, de direitos creditórios oriundos de operações com órgãos ou entidades do correspondente governo e estabelece condições para renegociação das respectivas dívidas.

⁵⁷ Ver Anexo I.

⁵⁸ Ver Anexo II.

Segundo Barros & Loyola & Bogdanski (1998, p. 7-8), o ajuste do SFN pode ser dividido em três fases, que parcialmente se superpõem.

A primeira fase, que vai do início do Plano Real até meados de 1996, caracterizava-se pelos processos de transferência de controle acionário entre IFs privadas, em conjunto com modificações na legislação e na supervisão bancárias, além da implementação do PROER.

A segunda fase, iniciada em meados de 1996, caracterizava-se pelo ajuste das IFs públicas e pelo ingresso de bancos estrangeiros na economia brasileira.

Por fim, a terceira fase caracterizava-se, principalmente, pelas reformas no modelo operacional dos bancos brasileiros.

Conforme os mesmos autores, a reestruturação do setor financeiro deve ser vista como uma das reformas fundamentais da economia brasileira, situando-se, por exemplo, no mesmo nível de importância de uma reforma da Previdência ou de uma reforma do Estado.

Vale ressaltar que o resultado da reforma financeira se deve, em boa parte, à rapidez na adoção de medidas, que caracterizaram a primeira fase do ajuste, afastando o risco de uma crise bancária sistêmica, quando dois dos maiores bancos brasileiros (Econômico e Nacional) sofreram intervenção por parte do Bacen.

Porém, a necessidade de uma ação imediata, impediu que o tema fosse objeto de amplo debate prévio com a sociedade e o Poder Legislativo, pois seria o caso de ampla discussão pública. Esse fato explica a incompreensão inicial de parcela da sociedade quanto aos objetivos dos regimes especiais, programas e das demais medidas adotadas no setor bancário.

Em seguida, são apresentados os principais dispositivos legais em ordem cronológica, que nortearam a configuração atual do setor bancário.

2.4.1.2 Regimes Especiais

A edição da Lei 6.024, de 13/03/1974, coincide com o início do regime autoritário no Brasil e também o começo das grandes transformações que mudaram radicalmente, em escala global, a face dos mercados financeiros⁵⁹.

Diante desse cenário, foi promulgada a Lei 6.024, que é o dispositivo legal e que dispõe sobre: a intervenção e a liquidação extrajudicial de IFs, a competência e a assistência financeira por parte do Bacen, a cessação da intervenção, requisitos para liquidação extrajudicial, indisponibilidade dos bens, processo de liquidação extrajudicial e responsabilidade civil e penal do administrador e do conselho fiscal.

A liquidação de IFs não é só decidida, mas também administrada, no âmbito do Bacen, que é o órgão do poder executivo responsável pela fiscalização e supervisão do SFN.

Os institutos expressados {na Lei 6.024/74} sofreram o [significativo] impacto da realidade e foram moldados pela experiência jurídica. Foi tempo bastante, também, para que inovações legais viessem a se incorporar ao quadro normativo, formando um micro sistema específico. Leis foram editadas, com alterações relevantes. O RAET veio somar-se às alternativas antes existentes (intervenção e liquidação extrajudicial), e a figura do controlador, desconhecida pela Lei 6.024, passou a ser considerada, prevendo-se, como não poderia deixar de ser, sua responsabilidade (Saddi, 1999, contracapa).

A decretação da liquidação extrajudicial, ou mesmo da intervenção, representa uma interrupção abrupta nos pagamentos das IFs. Ocorre que, em diversos casos, essa interrupção gera efeitos em cadeia sobre os mercados financeiros, fazendo com que o ato de liquidação ou intervenção, que teoricamente deveria objetivar a preservação do SFN, acabe por afetar o sistema de pagamentos.

Além dessas duas modalidades (liquidação extrajudicial e intervenção), uma das inovações (e terceira modalidade) é o Decreto-lei 2.321, de 25/02/1987, que institui, em defesa das finanças públicas, o Regime de Administração Especial Temporária (RAET) nas IFs, em especial, em bancos. Este Decreto-lei foi utilizado, principalmente, para intervir nos bancos públicos estaduais, devido aos sérios problemas financeiros e/ou administrativos.

⁵⁹ Conforme prefácio de Gustavo Loyola, livro de Saddi (1999).

Figura 3 – Regimes Especiais.

Elaboração própria.

Na verdade, no segundo semestre de 1994, o Bacen só tinha como dispositivos legais a Lei 6.024/74 e o Decreto-lei 2.321/87 para intervir em IFs. Diante da adaptação do SFN a um cenário de baixa inflação, foi preciso um conjunto de medidas em consonância com a realidade do mercado financeiro local e, hoje, global.

Devido à necessidade de adotar medidas mais criteriosas, foi editada a Medida Provisória 1.182⁶⁰, de 17/11/1995 (atual Lei 9.447, de 14/03/97), que trata da responsabilidade civil dos acionistas controladores, na adoção de medidas saneadoras de natureza preventiva e passíveis de adoção pelo próprio mercado e na flexibilização de regras para privatizações. Inclui a apuração de responsabilidades de serviços de auditoria independente, a fim de reforçar a ação preventiva do Bacen. Por meio dessa norma, foi possível aumentar de forma significativa os poderes do Bacen em bancos sob regimes especiais — intervenção, liquidação e RAET. Os interventores, liquidantes ou conselhos diretores de regimes especiais, com autorização do Bacen, passaram a ter o poder de transferir bens, direitos e obrigações, bem como a proceder a reorganização societária. Com isso, viabilizou-se a cisão entre a parte saudável ou não do banco insolvente.

Com base nestas modalidades de regimes especiais, e desde a edição do Plano Real até final de dezembro de 2002, haviam sido decretados regimes especiais em 57 bancos⁶¹.

⁶⁰ Dispõe sobre a responsabilidade solidária de controladores de instituições submetidas aos regimes de que tratam a Lei 6.024, de 13/03/1974, e o Decreto-lei 2.321, de 25/02/1987, sobre a indisponibilidade de seus bens, sobre privatização de instituições cujas ações sejam desapropriadas, na forma do Decreto-lei 2.321, de 1987, e dá outras providências. A Medida Provisória 1.182/1995 foi reeditada em 14/12/1995 até 14/02/1997. Após essa data, o texto principal foi reeditado conforme Medidas Provisórias: 1.218, de 14/12/1995; 1.255, de 12/01/1996; 1.294, de 09/02/1996; 1.334, de 12/03/1996; 1.376, de 14/04/1996; 1.422, de 09/05/1996; 1.470, de 05/06/1996. Essa última foi reeditada com o mesmo número mensalmente de 07/1996 até 02/1997.

⁶¹ Ver Anexo III.

2.4.1.3 Fundo Garantidor de Crédito

A Resolução 2.197, de 31/08/1995, dispõe sobre a autorização e a constituição de entidade privada, sem fins lucrativos, destinada a administrar mecanismos de proteção a titulares de créditos contra IFs com a intenção de reforçar a confiança dos poupadores no SFN. Como consequência dessa norma, foi emitida a Resolução 2.211, de 16/11/1995, que aprova o estatuto e o regulamento do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), mecanismo previsto no artigo 192 da Constituição Federal.

O FGC é uma associação civil sem fins lucrativos, com prazo indeterminado de duração, e é constituído sob forma de sociedade de direito privado, tendo por objetivo dar cobertura a depósitos e aplicações nas hipóteses de decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou falência de instituição que participe do referido fundo, ou, ainda, de reconhecimento pelo Bacen de estado de insolvência da instituição que, nos termos da legislação vigente, não esteja sujeita aos regimes mencionados (Lundberg, 1999, p. 63). Esse mecanismo estabeleceu garantia de até R\$ 20 mil por titular para os depósitos e as aplicações, com efeito retroativo às IFs nos casos de intervenção e liquidação extrajudicial após a introdução do Plano Real. A garantia incide sobre os depósitos à vista, a prazo e de poupança, bem como sobre as letras de câmbio, imobiliárias e hipotecárias.

Os recursos para o FGC derivaram do SFN, mediante uma contribuição mensal de 0,025% do montante das contas seguradas, isto é, do montante mensalmente escriturado relativamente aos saldos das contas correspondentes às obrigações objeto de garantia. A administração do FGC é efetuada por um conselho de administração, constituído de três a nove membros efetivos e igual número de suplentes, todos nascidos e residentes no país, os quais são designadas pela Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF).

Em seus nove anos de existência, o Fundo ajudou 25 instituições, já incluindo o Banco Santos, e, em vários deles, mais de 90% dos correntistas receberam todo ou parte de seu dinheiro de volta. No caso do Banco Dracma e do Banco de Financiamento Internacional, foram socorridos 100% dos clientes. No MilBanco, liquidado em 1997, um total de 99% dos clientes recebeu ajuda do fundo. No BMD, 91,5%; no Bamerindus, 99,3%; no Banorte, 97,4%; e outros. O Fundo já devolveu, desde 1995, um total de R\$ 3,6 bilhões em indenizações (Velásquez, 2005). Portanto, o FGC exerceu um importante papel na reestruturação do SFN. Propiciou e propicia uma certa confiança aos depositantes ou aplicadores da população "bancarizada" ou atendida/assistida pela rede bancária.

2.4.1.4 Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro

A Medida Provisória 1.179⁶², de 03/11/1995 (atual Lei 9.710/98), criou o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro (PROER)⁶³. Trata do fortalecimento do SFN e fixa critérios, benefício fiscal e a correlação nas operações de incorporação e fusão de bancos por meio do PROER.

Ao Bacen, por força de suas atribuições legais, coube liderar a batalha pelo fortalecimento do SFN. Foi traçada uma linha de ação que simultaneamente atacava duas frentes. Por um lado, era necessário sanear ordenadamente o SFN, fechando as instituições insolventes com um mínimo de prejuízo para os depositantes, a fim de se evitar uma crise de confiança. O principal instrumento para isso foi o PROER, que deu ao Bacen condições de salvaguardar os interesses dos depositantes, com baixo custo para a sociedade, e evitar o erro cometido em muitos outros países – o México sendo um dos casos dramáticos –, onde os recursos para a reestruturação dos bancos acabaram nas mãos dos próprios banqueiros responsáveis pelas falências de suas instituições (Bacen, 2001).

Diante dessa situação, o Bacen destaca que a atividade bancária, cuja matéria prima é a moeda fiduciária, encontrava-se exposta a um crescente risco sistêmico, quando a economia passava por grande reordenamento como o que ocorreu no Brasil após a implantação do Plano Real, se não acompanhada por um necessário processo de ajuste estrutural. Neste contexto, com plano de impedir o crescimento daquele risco, foram editadas a Medida Provisória 1.179/95 (atual Lei 9.710/98) e a Resolução 2.208, de 03/11/1995; aquela instituiu o PROER, enquanto que a última o regulamentou, sendo o Bacen responsável por sua implementação e regulamentação. Ambas foram editadas a fim de que se criassem as condições de viabilidade para fusões e incorporações de bancos (Bacen, 2001).

O objetivo básico do PROER foi então o de proteger os investimentos e a poupança da sociedade brasileira através da concessão ao Bacen de um aparato legal capaz de conduzir o SFN a um novo modelo.

⁶² 38 edições. Reeditada mensalmente de 05/12/1995 até 23/05/96 com números diferentes: 1.214; 1.250; 1.288; 1.327; 1.369; 1.412; 1.460, respectivamente. Inclui a 1.507, de 20/06/1996, reeditada até 20/11/1997; e a Medida Provisória 1.604, de 11/12/1997, reeditada até 22/10/1998, e atual Lei 9.710 de 19/11/1998.

⁶³ Sobre a reestruturação de bancos, ver: Andrezo & Lima (2002, p. 251-5) e Bacen (2004a).

Dessa forma, foi outorgado ao Bacen o poder de viabilizar seu funcionamento com instituições com "saúde", liquidez e solidez, bem como resguardar os interesses de depositantes e investidores.

A implantação do PROER determinava as reorganizações administrativas, operacionais e societárias de IFs, que resultassem na transferência de controle ou na modificação de objeto social; compreendia-se em:

- linha especial de assistência financeira vinculada a títulos ou operações de responsabilidade do Tesouro Nacional ou de entidades da administração federal indireta, perdas decorrentes do processo de saneamento, gastos com redimensionamento e reorganização administrativa decorrentes de reestruturação e modernização de sistemas operacionais, e desmobilização de ativos de propriedade da instituição dele participante;
- liberação de recursos do recolhimento compulsório/encaixe obrigatório sobre recursos à vista para aquisição de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) de emissão de instituições participantes do PROER;
- flexibilização do atendimento dos limites operacionais aplicáveis às IFs financeiras; e
- diferimento dos gastos relativos aos custos, despesas e outros encargos com a reestruturação, reorganização ou modernização de IFs financeiras.

Para a implementação dessas operações de intervenção e venda da parcela saudável de IFs inadimplentes, o PROER foi importante; porém, cabe lembrar que a Medida Provisória 1.182, de 17/11/1995 (posteriormente transformada na Lei 9.447, de 14/03/1997), aumentou os poderes do Bacen na intervenção, na liquidação e no RAET de IFs. E possibilitou a execução do PROER.

Dessa forma, os interventores, liquidantes e conselhos diretores do RAET, com autorização do Bacen, passaram a ter o poder de transferir bens, direitos e obrigações, alienar ou ceder bens e direitos e acordar a assunção de obrigações, bem como proceder constituição ou reorganização de sociedades. Esse poder foi vital para permitir a cisão entre a parte saudável (*good bank*) e o banco insolvente (*bad bank*) (Lundberg, 1999, p.61).

Como mecanismo temporário de socorro aos bancos, o PROER auxiliou sete bancos privados conforme demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2 – Bancos sob Intervenção e ativos adquiridos com recursos do PROER.

Posição: 01/07/1994 a 31/12/1998		
Instituição	Comprador	Data de Publicação no Diário Oficial
Sob Intervenção	Aquisição de Parcela de Ativos e Passivos	
Banco Nacional S.A.	União de Bancos Brasileiros S.A.	18/11/1996
Banco Econômico S.A.	Banco Excel S.A. e CEF*	30/04/1996
Banco Mercantil S.A.	Banco Rural S.A.	31/05/1996
Banco Banorte S.A.	Banco Bandeirantes S.A. e CEF*	17/06/1996
Banco Bamerindus do Brasil S.A.	Grupo HSBC e CEF*	02/04/1997
Bancos que não estavam sob Intervenção	Transferência de Controle	Data
Banco United S.A.	Banco Antônio Queiroz S.A.	25/01/1996
Banco Martinelli S.A.	Banco Pontual S.A.	23/08/1996

Fontes: Banco Central do Brasil (2003b) e FUNDAP (1999, p. 58).

* Apenas a carteira imobiliária.

Elaboração própria.

Contudo, cinco das sete instituições beneficiadas pelo PROER, tiveram problemas e o referido programa foi questionado.

Segundo notícias publicadas do Senado Federal⁶⁴, de todas as operações, a mais polêmica foi a que envolveu os bancos Econômico e Excel. Nela foram injetados R\$ 6,578 bilhões. O Econômico quebrou em agosto de 1995 e acabou fechado. Longas negociações levaram à sua reabertura sob o controle do Banco Excel. A operação foi questionada no Senado Federal, que sofreu pressão para que fossem reabertas as portas do banco sediado na Bahia. Como havia poucos interessados no negócio, o Econômico foi absorvido por um banco de porte bem menor. A história do Excel-Econômico acabou em abril de 1998, quando seu controle acionário foi transferido para o Banco Bilbao Vizcaya. Em março de 1999, outro banco recebeu empréstimo do PROER. O Bacen liquidou o Crefisul, braço financeiro das lojas Mappin e Mesbla. Em 1996, o Crefisul, então banco United, recebeu R\$ 112 milhões do PROER para se incorporar ao Banco Antônio de Queiroz. Com a liquidação do Crefisul, o Bacen passou a engrossar a fila de credores do banco para receber cerca de R\$ 90 milhões que ainda não haviam sido pagos ao PROER. Em outubro de 1998, o Pontual sofreu intervenção e teve suas atividades bancárias transferidas ao BCN – Banco de Crédito Nacional.

⁶⁴ Brasil (2004a): Notícias sobre o PROER.

O Pontual havia recebido R\$ 185 milhões do PROER para adquirir o controle acionário do Martinelli. O BCN só adquiriu atividades bancárias do Pontual-Martinelli, e os débitos com o Bacen ficaram pendentes. Ainda em 1998, o Bandeirantes comprou o Banorte, numa operação que envolveu R\$ 1,256 bilhão do PROER. Depois, o Bandeirantes foi vendido para o português CGD (Caixa Geral de Depósitos). O Bacen considerou essa operação relevante para o fortalecimento do SFN, tanto que dispensou o CGD de fazer as aplicações mínimas obrigatórias em habitação com recursos da caderneta de poupança.

Já o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Financeiro, emitido em novembro de 1999, revela mais números no âmbito do PROER. A operação de absorção do Banco Nacional pelo Unibanco, por exemplo, consumiu R\$ 7,6 bilhões em empréstimos do PROER e R\$ 7,2 bilhões de outros recursos da reserva bancária e do Fundo Garantidor de Crédito (FGC). A soma total do saldo devedor do Nacional, portanto, seria de R\$ 14,8 bilhões⁶⁵.

Segundo o mesmo relatório, o Bacen desembolsou R\$ 22,9 bilhões por operações no âmbito do PROER para a absorção dos bancos Banorte, Bamerindus, Nacional, Econômico, Crefisul e Mercantil. Outros R\$ 14,8 bilhões do saldo devedor total foram cobertos por recursos do FGC e das reservas bancárias fora do âmbito do PROER⁶⁶.

Tabela 5 – Empréstimos Realizados no Âmbito do PROER.

Instituição	Data da Liquidação	Saldo na Data de Liquidação
Banco Nacional S.A.	13/11/1996	7.178.332
Banco Econômico S.A.	09/08/1996	5.435.425
Banco Mercantil S.A.	09/08/1996	543.076
Banco Banorte S.A.	09/12/1996	30.768
Banco Bamerindus do Brasil S.A.	26/03/1998	3.630.591
Banco Crefisul S.A.	23/03/1999	103.361
Total		16.921.556

Fonte: Banco Central do Brasil *apud* Andrezo & Lima (2002, p. 254).

⁶⁵ Brasil (2004b): Notícias sobre a CPI do sistema financeiro.

⁶⁶ O levantamento foi feito pelo senador Jáder Barbalho (PMDB-PA), tendo como base uma tabela elaborada por auditores contratados pela CPI com o balanço total das operações até 30 de abril de 1999.

A Tabela 5 revela dados mais recentes sobre o saldo na data da liquidação dos bancos, que teve empréstimos realizados no âmbito do PROER. Pode-se afirmar que, dependendo da conjuntura e do montante da operação, os créditos tardem a ser honrados.

Todavia, há de se ressaltar o clima de risco sistêmico do sistema financeiro, quando da utilização do PROER.

Conforme Andrezo & Lima (2002, p. 254):

O PROER foi instituído com a finalidade de permitir ao Bacen uma atuação preventiva e recuperadora das instituições financeiras, visando, em última estância, a evitar uma crise no SFN. O presidente do Bacen na época, Gustavo Loyola, ressaltou isso em todas as oportunidades em que falou sobre o assunto. "Não estamos beneficiando o banqueiro A ou B", disse Loyola em discurso aos membros da ABEL (Associação Brasileira das Empresas de *Leasing*), no dia 17 de novembro de 1995. "A preocupação não é favorecer os bancos, mas preservar o sistema e a economia como um todo". Também defendiam o caráter preventivo do PROER os ex-ministros Mário Henrique Simonsen e Ernane Galvêas.

Sobre a importância da saúde do sistema financeiro para qualquer país, os mesmos autores relatam:

Mário Henrique Simonsen lembrou, na época, um momento amargo da história americana: "Não podemos esquecer o exemplo da recessão de 1930 nos Estados Unidos, que acabou virando depressão econômica justamente porque o Banco Central norte-americano não evitou a crise bancária".

A vantagem na implantação do PROER para o Governo Federal e para a própria sociedade, que poucos observaram e muitos criticaram, é que os créditos do PROER não foram estabelecidos sobre a capacidade de recebimento de outros ativos da massa ou sobre o Tesouro Nacional ("moedas podres"), mas sim sobre uma entidade privada dos próprios bancos, o FGC.

Portanto, pode-se afirmar que se por um lado, o PROER recebeu diversas críticas, por outro lado, o risco de uma crise sistêmica no setor bancário era real, e o Bacen, como autoridade monetária, tinha o dever de agir previamente.

2.4.1.5 Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária

Ainda com vistas ao fortalecimento do SFN, foi estabelecido o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES), como mecanismo para incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária.

A solução definitiva para os bancos estaduais só veio com a Medida Provisória 1.514, de 07/08/1996, que autorizou o Governo Federal a financiar a privatização, extinção ou transformação dos bancos estaduais e, mais importante, autorizou também a aquisição dos créditos de governos estaduais e de suas empresas junto a seus bancos. Com a compra e refinanciamento pela União dessas dívidas, deu-se solução simultânea a dois problemas: bancos e finanças públicas. Assim, abriu-se caminho para viabilizar a privatização, liquidação ou transformação desses bancos em agências de fomento (Lundberg, 1999, p. 60).

Dessa forma, a Medida Provisória 1.514/96⁶⁷, cuja última reedição, de número 70, ocorreu com a Medida Provisória 2.192-70, de 28/06/2001, atual Lei 10.661, de 22/04/2003, criou o PROES⁶⁸, por meio de diversos dispositivos para fins de reduzir o número de IFs públicas e, principalmente, incentivar o processo de privatização dos bancos estaduais.

Conforme o Bacen (2001), relatório semestral sobre o SFN do mês de dezembro de 1998:

O Bacen está encarregado de analisar as pré-qualificações dos grupos econômico-financeiros interessados na aquisição das IFs públicas, obedecendo tanto ao edital publicado pelo Governo do Estado quanto a todos os requisitos exigidos pela regulamentação relativa às transferências de controle (Resoluções 2.099 e 2.212). Quando há participação de capital estrangeiro dentre as instituições inscritas a participar do processo, também deve ser obedecido o artigo 52 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal. No caso de instituições federais, o Bacen participa também como gestor, elaborando todo o processo, desde o edital com as regras e exigências do caso em questão à análise dos interessados em participar do processo.

⁶⁷ Total de edições: 70. Essa norma teve seu texto principal reeditado mensalmente conforme Medidas Provisórias: 1.556, de 18/12/1996 até 04/09/1997; 1.590, de 24/09/1997 até 20/11/1997; 1.612, de 11/12/1997 até 02/04/1998; 1.654, de 15/04/1998 até 10/06/1998; 1.702, de 30/06/1998 até 27/11/1998; 1.773, de 14/12/1998 até 02/06/1999; 1.900, de 29/06/1999 até 25/11/1999; 1.983, de 10/12/1999 até 06/04/2000; 2.023, de 20/04/2000 até 21/06/2000; 2.044, de 28/06/2000 até 21/12/2000; 2.119, de 27/12/2000 até 26/01/2001; 2.139, de 26/01/2001 até 22/06/2001; 2.192, de 28/06/2001 até 24/08/2001; e atual Lei 10.661, de 22/04/2003.

⁶⁸ Ver Andrezo & Lima (2002, p. 257-61).

O debate sobre a necessidade da existência de bancos estaduais e da eventual conveniência de sua privatização se intensificou no final da década de 90. Cabe lembrar que os bancos públicos estaduais ganharam força na década de 60, quando a maior parte das Instituições Financeiras Públicas Estaduais (IFPEs) foi constituída. Os controladores desses bancos (governadores) perceberam que os bancos privados obtinham ganhos significativos por meio dos recursos financeiros estaduais.

Neste contexto, em vez de aplicar os recursos públicos em IFs privadas, os governos estaduais decidiram criar seus próprios bancos, que propiciavam, principalmente, desenvolvimento para o Estado e, ainda, obtinham lucro com os recursos movimentados. Esse era o espírito inicial dos bancos estaduais, isto é, fazer com que os recursos públicos provenientes do Estado permanecessem no próprio Estado, gerando emprego, desenvolvimento e lucro.

Porém, os gestores das IFPEs se desvirtuaram da função típica de banco estadual e passaram a realizar operações de créditos com base em critérios políticos e não técnicos. Por isso, grande parte dos bancos estaduais ficou vulnerável com a estabilização econômica, propiciada pelo Plano Real. Em consequência, muitos estavam prestes a "quebrar", quando não já "quebrados". Por meio do PROES, verificou-se pela primeira vez a ajuda federal condicionada ou à privatização das instituições ou à sua transformação em agências de fomento ou, ainda, à sua liquidação.

Os recursos necessários ao saneamento das IFPEs poderiam atingir um montante de até 100%. Caso não houvesse a transferência do controle acionário ou a transformação em agências de fomento, a ajuda federal ficaria limitada a 50% dos recursos necessários. O restante deveria ser arcado pelos governos estaduais, sendo necessárias a quitação antecipada de dívidas junto à IF, a assunção de suas dívidas com terceiros existentes em 31 de março de 1996, a sua capitalização, e mudanças em seu sistema de gestão capazes de assegurar sua profissionalização. Os financiamentos do governo teriam prazo de 30 anos, com pagamentos mensais, e a taxa de juros corresponderia à variação do IGP-DI, acrescida de 6% a.a. Após 1996 até a Lei 10.661/03, as medidas provisórias referentes ao PROES foram modificadas a fim de se ajustarem às situações não previstas.

Dentre os argumentos favoráveis e desfavoráveis às IFPEs:

colocava-se a necessidade de se corrigirem distorções de mercado e serem socializados os ganhos decorrentes das transferências inflacionárias. Também se mencionava que, na ausência de bancos estaduais, boa parte dos municípios brasileiros não seria atendida pela rede bancária⁶⁹. Por outro lado, os críticos desses argumentos afirmavam que as diferenças entre o retorno social e o retorno privado de projetos seriam melhor equacionadas através de esquemas de incentivos e desincentivos, tais como subsídios ou impostos indiretos, que levassem à solução dos problemas pelo sistema financeiro privado [...] nos municípios de baixa renda, onde a colocação de agências bancárias não é rentável, a captação de poupança e os pagamentos em outras praças poderiam ser feitos nos postos dos correios⁷⁰ (Puga, 1999, p. 422-3).

A princípio, foi estabelecido que os Estados deveriam prestar as garantias adequadas e, em casos de inadimplência, o Tesouro era autorizado a sacar os respectivos montantes contra as contas bancárias depositárias das receitas próprias ou contra as transferências constitucionais das respectivas Unidades da Federação.

Desse modo, ao contrário do que ocorria no passado, a ajuda federal veio acompanhada da imposição de uma gestão mais eficiente dos recursos administrados pelos bancos.

Porém, tornou explícita a condição de instituição não-financeira das agências de fomento, sendo impedidas de captar recursos com o público. Com isso, foram prorrogadas as datas limite para a assinatura dos contratos, até 31/03/1998, para os Estados interessados em sanear suas instituições, e até 30/06/1998, para os demais casos.

⁶⁹ A população não atendida/assistida pela rede bancária pode ser chamada de população não "bancarizada". Para essa restrição, conforme Bacen (2002e), foi divulgada a Resolução 2.193, que facultou a constituição de bancos comerciais com participação exclusiva de cooperativas de crédito singulares e centrais, bem como de federações e confederações de cooperativas de crédito (os chamados bancos cooperativos), atendendo assim, a uma antiga demanda do setor cooperativo nacional. É de se ressaltar que a instalação de agências e de rede associada de Posto de Atendimento Bancário no País, bem como a remessa de informações relacionadas a postos de atendimento, Unidades Administrativas Desmembradas e o encerramento de agências, encontram-se regulamentadas pela Circular 2.501/94. Entretanto, tendo em vista o alto número de municípios brasileiros que encontravam-se desassistidos de serviços bancários (entenda-se agências bancárias), foi criada, em 25/06/1997, nova modalidade de dependência de banco múltiplo com carteira comercial, de banco comercial e de caixa econômica, denominada Posto Avançado de Atendimento (PAA). A Resolução 2.396/97, que instituiu a nova dependência, restringiu a atuação da mesma, determinando que somente poderá ser instalado em praça desassistida de serviços bancários prestados por agência ou outro PAA. De outro lado, foram concedidas vantagens para incentivar a instalação da mesma.

⁷⁰ A primeira agência do Banco Postal da Grande São Paulo foi inaugurada na agência de correios no bairro de Cangaíba em 14 de abril de 2002.

Em julho de 1998, em virtude da inviabilidade econômica da maioria dos bancos estaduais, foi estabelecido que a única opção ainda em vigor para os Estados, como contrapartida à concessão do financiamento da União para os necessários ajustes patrimoniais, seria a passagem do controle das instituições para o Governo Federal.

Algumas IFPEs foram federalizadas e após esse processo elas deveriam necessariamente ser privatizadas ou extintas. A efetivação dessa opção foi condicionada à celebração, até 10 de julho de 1998, de compromisso de gestão da instituição financeira com o Bacen.

As Medidas Provisórias seguintes aperfeiçoaram os mecanismos para incentivar as privatizações e alteraram prazos para a adesão ao PROES:

- 1.773, de 14/12/1998;
- 1.900, de 29/06/1999,
- 1.983, de 10/12/1999;
- 2.023, de 20/04/2000;
- 2.044, de 28/06/2000;
- 2.119, de 27/12/2000;
- 2.139, de 26/01/2001; e
- 2.192, de 28/06/2001.

Finalmente, o PROES foi formalizado por meio da Lei 10.661, de 22/04/2003, que altera o artigo 26 da última reedição da Medida Provisória 2.192-70, de 24/08/2001.

Alguns dados revelam valores envolvidos no âmbito do PROES:

Segundo reportagem publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 9 de setembro de 2000, o Banco Central informou que o valor atualizado dos empréstimos feitos pelo Governo Federal aos Estados pelo PROES estava, no final de 1999, em R\$ 82,8 bilhões, o que representava uma elevação de 51% na soma inicial das operações realizadas a partir de 1997, que era de R\$ 4,9 bilhões. O Estado de São Paulo recebeu o equivalente a 71% desse total, para sanear o Banespa (R\$ 54,7 bilhões) e a Nossa Caixa Nosso Banco (4,1 bilhões). O valor inicial dos empréstimos ao Governo paulista, em 1997, era de R\$ 36,1 bilhões (Andrezo & Lima, 2002, p. 260-1).

Pode-se constatar que os valores destinados ao PROES são significativos em relação aos R\$ 263,4 bilhões do PIB a preço de mercado⁷¹ do quarto trimestre de 1999.

⁷¹ Conforme Bacen (2002a): Relatório Anual de 2002. *Boletim do Banco Central do Brasil*, 2002, p. 18.

2.4.1.6 Incentivo para Fusões e Aquisições

De forma inicial, as diretrizes relacionadas às formas de acesso ao SFN (via autorização para funcionamento ou transferência de controle) foram disciplinadas pela Circular 2.502, de 26/10/1994, que dispõe sobre a autorização para funcionamento, transferência de controle societário e reorganização das instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, exceto cooperativas de crédito.

Torna-se importante destacar que:

A mesma Medida Provisória 1.182/95 [...] deu ao Bacen o poder de determinar a capitalização de uma instituição financeira, a transferência de seu controle acionário e a reorganização societária, incluindo incorporação, fusão ou cisão. Esse poder vem facilitando o trabalho do Bacen em promover "soluções de mercado" antes da caracterização da insolvência, ou seja, a negociação de bancos descapitalizados sem a utilização de recursos públicos ou do seguro de depósito. Também para facilitar a política de saneamento do mercado financeiro, o governo decidiu flexibilizar a participação de capital estrangeiro (Lundberg, 1999, p. 61-2).

De forma específica, o PROER concedeu tratamento tributário favorecido às incorporações de IFs por meio de:

- diferimento de perdas e gastos com saneamento ou reestruturação, inclusive com desmobilização de ativos, a serem amortizados em até 10 semestres; e
- concessão de financiamentos para a reorganização administrativa de IFs objeto de transferência de controle ou modificação de objeto social⁷²; para tais financiamentos, a Resolução 2.208/95 exigiu garantias reais na forma de títulos da dívida pública federal, cobrando-se custos financeiros equivalentes a 2% a.a., superiores ao rendimento das garantias oferecidas.

É preciso lembrar que após a criação do PROER e, principalmente, do PROES, foram promovidos incentivos fiscais⁷³ para as incorporação de IFs.

⁷² Tal como ocorreu com o Banco Nossa Caixa.

⁷³ Sobre os aspectos fiscais nas operações de fusões e aquisições ver: Brasil (1999b), Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal 11, de 10/02/1999, que dispõe sobre o registro e a amortização de ágio ou deságio nas hipóteses de incorporação, fusão e cisão; e El Hajj (1999, p. 136-7).

A principal norma para permitir a reorganização societária ocorreu com a promulgação da Lei 9.457, de 05/05/1997, que altera dispositivos da Lei 6.404/76, facilitando o processo de privatização de empresas controladas pelo poder público.

Todavia, a Lei 10.303, de 31/10/2001, altera e acrescenta dispositivos na Lei das S.A. a fim de promover, principalmente, a disciplina nas relações jurídicas entre acionistas majoritários e minoritários.

Houve inclusive o intuito de proteger o acionista minoritário, com diversas alterações significativas para o avanço da legislação societária, pois houve abusos com o aumento das operações de fusões e aquisições e até mesmo de incorporação reversa⁷⁴, que provocaram distorções entre os acionistas controladores e não controladores.

Dessa maneira, a Lei 10.303/01 inovou com tratamentos específicos, notadamente sobre:

- oferta pública de ações;
- número de ações sem direito a voto até 50% do total das ações emitidas;
- preferências ou vantagens das ações preferencias; e
- arbitragem para solucionar divergências entre os acionistas controladores e os minoritários.

Outro dispositivo legal é a Medida Provisória 1.590-16, de 23/10/1997, que possibilitou incentivos no caso de uma IF incorporada, pois a sociedade incorporadora poderia contabilizar como perda os créditos de difícil recuperação da IF adquirida.

Além do mais, a Secretaria da Receita Federal, por meio da Instrução Normativa SRF 11, de 10/02/1999, que dispõe sobre o registro e a amortização de ágio e deságio nas hipóteses de incorporação, fusão ou cisão, permitiu que a IF compradora/incorporadora poderia contabilizar como ágio a diferença entre o valor contábil e o valor de aquisição e, em consequência, compensar essa diferença no imposto de renda.

De fato, todas as legislações citadas incentivaram as reorganizações societárias por meio de operações de fusão, incorporação e aquisição.

⁷⁴ Nos casos em que a instituição controlada incorpora ou adquire o controle majoritário da instituição controladora.

2.4.1.7 Participação do Capital Estrangeiro

O ingresso do capital estrangeiro no SFN por meio de IFs estrangeiras foi disciplinado, de forma inicial, em 1962, com a Lei 4.131, que:

- previa o princípio da reciprocidade no tratamento do ingresso de IFs estrangeiras no SFN;
- vedava aos bancos sediados em países cuja legislação impunha restrições ao funcionamento de bancos brasileiros a aquisição de 30% das ações com direito a voto em bancos brasileiros; e
- limitava a participação estrangeira em IFs nacionais em metade (do capital social) e a um terço (do capital votante).

Em 1988, a abertura de agências de IFs domiciliadas no exterior ou sob controle, direto ou indireto, de capital estrangeiro estava condicionada à promulgação da lei complementar prevista no artigo 192 da Constituição Federal de 1988 e, até hoje, não regulamentada.

Desde a promulgação da Constituição Federal, o inciso III do artigo 192 praticamente veda a participação de IFs estrangeiras, pois condiciona a participação do capital estrangeiro nas IFs, tendo em vista os interesses nacionais e os acordos internacionais.

Contudo, o artigo 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias veta a participação ou o aumento de participação de IFs estrangeiras até que sejam fixadas as condições a que se refere o artigo 192, isto é, nos casos de:

- instalação, no país, de novas agências de IFs domiciliadas no exterior; e
- aumento de percentual de participação, no capital de IFs com sede no país, de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior.

O parágrafo único do mesmo artigo 52 determina que tais vetos não se aplicam às autorizações resultantes de acordos internacionais de:

- reciprocidade; ou
- interesse do governo brasileiro.

Dessa forma, houve uma inovação ou "brecha" para o ingresso de IFs estrangeiras de interesse do Governo Federal.

Com base no artigo 52, o Ministro da Fazenda apresentou, em 1995, as Exposição de Motivos EM 89/MF e EM 311/MF. Ambas aprovadas pelo Presidente da República no mesmo ano, a fim de promover, principalmente, a reestruturação e fortalecimento do SFN, assim como fazer avançar o ingresso, a participação ou a maior participação do capital estrangeiro no país. Em outras palavras, procurou-se aumentar a solidez do setor bancário.

Por meio da EM 311/MF⁷⁵, salientou-se o ambiente de estabilidade econômica, que replicou a necessidade de serem criadas condições para que as IFs a ele se adaptassem. De forma simultânea, possibilitou que essas instituições atingissem a melhoria e a ampliação de seus serviços, e o processo permanente de atualização tecnológica. Logo, esse aspecto lhes asseguraria acesso a níveis de competitividade internacional.

Todavia, o capital externo já estava presente no SFN por meio de agências ou sucursais de bancos estrangeiros com participação direta ou indireta em IFs nacionais, ou através de escritório de representação⁷⁶.

A tese defendida para utilizar o artigo 52 pode ser atribuída à (i) redução da participação de bancos estatais na economia, e ao (ii) aumento da concorrência por meio do ingresso de IFs estrangeiras, pois o custo poderia ser muito menor com a maior participação dos bancos estrangeiros.

⁷⁵ Ver Anexo I.

⁷⁶ A Lei 4.131/62 aplicou o princípio da reciprocidade no tratamento do ingresso de instituições financeiras estrangeiras no SFN. O artigo 50 estabelecia que aos bancos estrangeiros autorizados a funcionar no país seriam aplicadas as mesmas vedações ou restrições que a legislação de seus países de origem impunha aos bancos brasileiros que neles desejassem se estabelecer. O artigo 51 vedava aos bancos sediados em outros países, cuja legislação impunha restrições ao funcionamento de bancos brasileiros, adquirir mais de 30% das ações de bancos brasileiros com direito a voto. A participação estrangeira no capital de uma IF brasileira foi limitada a 50% do capital social e a 1/3 do capital com direito a voto. A Lei 4.595/64 estabelece que a entrada de instituições financeiras estrangeiras só poderia ocorrer mediante prévia autorização do Bacen ou por Decreto do Poder Legislativo; porém, não existiam regras formais explícitas. Por um lado, era admitida somente a entrada de investidor estrangeiro em bancos de investimento e em empresas de arrendamento mercantil por meio de participação acionária minoritária. Por outro lado, não foram estabelecidas restrições à instalação de escritórios de representação; portanto, houve a presença de bancos estrangeiros por meio desses escritórios a partir das décadas de 60 e 70. Em compensação, houve a celebração de inúmeros acordos bilaterais e autorizações de ingresso com base na aplicação do princípio de reciprocidade a fim de tornar viável a expansão dos bancos brasileiros no exterior.

Os pedidos de ingresso, participação ou aumento de participação de IFs estrangeiras têm sido analisados caso a caso, levando-se em conta (i) a capacidade financeira e a solidez dessas instituições e (ii) os interesses e as prioridades nacionais. Assim, foi possível "solucionar" problemas de bancos em dificuldades, fortalecer o SFN e reiterar a disposição do Governo Federal em dar continuidade à política de abertura externa do setor financeiro⁷⁷.

Diante de tais fatos, o Presidente da República iniciou e reconheceu como interesse do governo brasileiro a participação do capital estrangeiro no processo de privatização dos bancos estaduais. Em seguida, foi permitida a participação de IFs estrangeiras na reestruturação de bancos brasileiros em dificuldades.

Desde agosto de 1995 até o final de 2002, o presidente decretou, como interesse do governo brasileiro, a maior abertura jamais vista no país de IFs estrangeiras. Foram emitidos 138 Decretos, constantes no Anexo IV, que permitiram o ingresso, a participação ou o aumento de participação de IFs estrangeiras, notadamente de bancos internacionais, quer via privatização de bancos estaduais, quer via aquisição de ações para pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas ou com sede no exterior, quer via aumento de participação ou mesmo transferência de controle.

Uma análise mais criteriosa desses 138 Decretos permite reconhecer que nem todos eles referem-se ao efetivo ingresso de IFs estrangeiras novas no SFN, pois permitem a participação majoritária ou minoritária (ou o seu aumento) em IFs estrangeiras ou IFs nacionais participantes do setor financeiro.

A Tabela 6 mostra os Decretos por tipo de IF. Revela-se uma significativa participação em bancos, com 81 Decretos para banco múltiplo (BM), dois para banco comercial (BC) e dois para filial (FIL). Outros tipos de IFs⁷⁸ com participação representativa ocorreu por meio de SDTVM, com 16 Decretos ou 11,6% do total, SAM, com nove ou 6,5%, e sete ou 5,1% para SCFI, SCTVM e CH.

⁷⁷ Nesse contexto, não restou ao CMN, que emite diretrizes ao SFN, editar a Resolução 2.815, de 24/01/2001, que libera a abertura de agências bancárias de IFs controladas, direta ou indiretamente, por capital estrangeiro, que revogou o artigo 17 do Anexo III à Resolução 2.099/94, que disciplina a instalação e o funcionamento no país de dependências de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

⁷⁸ Ver siglas na p. xii.

Tabela 6 – Decretos e Instituição Financeira Estrangeira por Tipo de Instituição.

Decretos		Tipo de Instituição Financeira			
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válido	BM	81	58,7	58,7	58,7
	FIL	2	1,4	1,4	60,1
	BC	2	1,4	1,4	61,6
	BI	4	2,9	2,9	64,5
	SCFI	7	5,1	5,1	69,6
	SCTVM	7	5,1	5,1	74,6
	SDTVM	16	11,6	11,6	86,2
	SAM	9	6,5	6,5	92,8
	CH	7	5,1	5,1	97,8
	SCCTVM	1	,7	,7	98,6
	SCME	2	1,4	1,4	100,0
	Total	138	100,0	100,0	

Elaboração própria.

Dentre os Decretos emitidos, alguns permitiram a participação de IFs estrangeiras no processo de privatização de onze bancos públicos⁷⁹.

Assim, sete tiveram seus controles transferidos para bancos privados nacionais — Banerj, Credireal, Bemge, Baneb, Banestado, BEG e BEA —, enquanto quatro para bancos estrangeiros⁸⁰ — Meridional, Bandepe, Banespa e Paraiban⁸¹.

Ressalta-se que um único Decreto⁸², de 21/09/2001, permitiu a participação societária estrangeira no capital social de sete bancos. Portanto, após 2002, existem os seguintes bancos, previstos para serem privatizados: BEC, BEG, BEP e BESC, inclusive em suas respectivas coligadas e controladas. E o BEM foi privatizado em fevereiro de 2004.

Portanto, o processo de privatização de bancos estaduais não terminou e a participação do capital estrangeiro já está prevista em Decretos.

⁷⁹ Ver Anexo II.

⁸⁰ Os bancos estrangeiros no Brasil são, em sua maioria, públicos em seu país de origem.

⁸¹ Ver denominação e sigla de banco no Apêndice.

⁸² Ver Anexo IV.

2.5 Considerações

Os estudos sobre o SFN são importantes e permeiam uma intermediação financeira eficiente e competitiva no contexto local e global, com o objetivo maior de promover o desenvolvimento, a modernização e o crescimento equilibrado do país, como estabelece a Constituição Federal de 1988.

Cabe lembrar que somente uma lei complementar deverá ser realizada para dispor sobre todos os temas cobertos pelo artigo 192 — organização e funcionamento do Bacen, autorização e funcionamento de IFs, companhias de seguro, resseguro, previdência privada e capitalização —, isto é, tudo sobre o SFN.

Uma vez que não houve regulamentação efetiva do artigo 192, então a legislação que já existia sobre temas financeiros adquiriu *status* de lei complementar, acarretando um arcabouço regulamentar defasado diante de um cenário econômico dinâmico, caracterizado pela internacionalização e crescente dinâmica do mercado financeiro.

Assim, pode-se afirmar que a Constituição Federal reflete uma legislação excessiva ao tratar de temas amplos do SFN. Portanto, o Congresso Nacional deve avançar na regulamentação do artigo 192, a fim de que o país ganhe na discussão e no aprimoramento do papel do SFN no desenvolvimento normativo e econômico.

Quanto à evolução do SFN, desde o início do século XX até o início do século XXI, pode-se afirmar que SFN não era nem sistema e muito menos nacional, pois era incipiente e se resumia a um grande banco público, o Banco do Brasil; porém, houve modificações significativas em três ocasiões — na criação da SUMOC (1945), na Reforma Bancária (1964), com a especialização das IFs, e na implementação do Plano Real (1994), com o plano de estabilização econômica e reorganizações societárias.

Durante o Plano Real, houve mudanças na configuração do SFN. O "sucesso" do plano em reduzir a inflação brasileira de mais de 2.400% ao ano, registrado no ano de 1993, para cerca de 760% ao ano, conforme IBGE, em 1994, teve importantes reflexos sobre a organização do sistema financeiro no Brasil.

Desse modo, o país apresentou um setor financeiro com maior grau de confiança em relação ao cenário do século XX, caracterizado por inflação e especialização dos bancos em obter resultado por meio de *floating*.

Em julho de 2004, sob novos gestores, o real completou dez anos e é a moeda mais estável que o país já teve desde 1942, restringindo o ultraje dos oito padrões monetários anteriores e o corte de 15 zeros.

A relativa estabilidade do sistema financeiro se deve fundamentalmente às medidas de saneamento e fortalecimento do SFN, que se iniciaram com base no PROER e Regimes Especiais, quando foram liquidados alguns grandes bancos cuja insolvência ficou caracterizada após a introdução da estabilização econômica do Plano Real.

Apesar das severas críticas quanto à aceitação do valor de face na concessão de empréstimos especiais, o PROER cumpriu importante papel como resolução de crises emergenciais ao afastar o risco de uma crise sistêmica do setor bancário, diante do cenário de baixa inflação, principalmente no início do Plano Real.

Além das ações emergenciais, foram adotadas no âmbito do Bacen, medidas de caráter definitivo que garantissem níveis de capitalização e eficiência operacional compatíveis com o grau de exigência determinado pelo setor.

Ainda assim, havia de se minimizar o risco da ocorrência de ingresso de novas instituições oficiais em regimes especiais de administração, ou mesmo de liquidação extrajudicial, com todos os prejuízos ao patrimônio público que tais atos implicam e sem a garantia de que, uma vez saneadas e restituídas aos controladores originais, não se repetissem as causas que determinaram a situação de insolvência verificada no início do Plano Real.

Em 2004, passados 30 anos, a Lei 6.024/74 está defasada diante do cenário atual local e global, mesmo com todos os avanços recentes na legislação por meio do Regime de Administração Especial Temporária (RAET). Há ainda muito o que fazer no sentido de aperfeiçoar o processo de regulamentação no país.

Com a criação do FGC, que, nos últimos anos, mostrou sobejamente toda a utilidade da existência de um mecanismo de garantia de depósitos, é recomendada sua institucionalização em Lei, quando da regulamentação do artigo 192. Esta prevê expressamente suas atribuições, inclusive no que concerne à sua participação direta na prevenção e solução de problemas bancários.

De forma quantitativa, pode-se afirmar que o PROES foi bem sucedido, pois alcançou seu principal objetivo, qual seja, o de reduzir o número de bancos públicos estaduais, com a adesão de diversos governos estaduais. Destaca-se que esse programa foi reforçado pela promoção de incentivo às fusões e às aquisições.

Diante das críticas ao redesenho do SFN, o Bacen iniciou durante o Plano Real uma nova fase para as políticas de saneamento do SFN, principalmente, por meio da regulação prudencial, sendo menos questionada e mais transparente.

Em resumo, as medidas de fortalecimento introduzidas pelo Plano Real acarretaram mudanças importantes no âmbito do SFN. Houve alterações relevantes tanto na legislação e na supervisão bancárias, como uma profunda reorganização societária dos bancos existentes no início do Plano.

3 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE BANCOS

*"A credibilidade é o aspecto de maior relevância para a indústria bancária. Uma corrida aos bancos pode ser resultante da perda de credibilidade de poucos, mas, certamente, em função do efeito dominó, provocará transtornos graves para todos, inclusive nos setores produtivos da economia."*⁸³

O século XX foi marcado por grandes acontecimentos, como: guerras; expansão de multinacionais; ascensão e estagnação de economias; e ataques terroristas. Todos esses aspectos tiveram efeitos expressivos no cenário global e no setor bancário. Ressalte-se ainda que o processo de globalização tem aumentado a complexidade do cenário atual, acirrando a competitividade e estimulando muitas IFs a decidirem estrategicamente pela associação, coligação, incorporação, fusão e aquisição.

Em vários países do mundo ocorre o processo de fusões de bancos. Há, nessas instituições, uma imperiosa necessidade de crescerem em tamanho como forma de concorrer com outras corporações participantes do cenário financeiro internacional. Enquanto no comércio a globalização da economia se dá de forma lenta e por meio dos blocos econômicos, o setor financeiro mundial já é uma aldeia global. [...] Segundo estimativas, US\$11 trilhões trafegam incessantemente de um lado para outro do planeta em busca de bons lucros, não importa em qual idioma (Bacen, 2004a).

Nesse cenário, houve um aumento crescente de reorganizações societárias no setor bancário, com operações de fusão, aquisição, cisão, transferência de controle, decretação de regime especial ou transformação de bancos em instituições não-bancárias e vice-versa.

O propósito deste capítulo é o de analisar o número inicial de bancos em 30/06/1994 (antes do Plano Real) e as mudanças ocorridas no setor bancário durante o período estudado do Plano Real (01/07/1994 a 31/12/2002)⁸⁴. Efetua-se uma comparação do conjunto de bancos por setor público, privado nacional e estrangeiro. Visa analisar de forma descritiva a atual configuração do setor bancário em um contexto de relativa estabilidade de preços e de um processo de internacionalização crescente.

⁸³ Bacen (2004a): Programa estimula a reestruturação de bancos; artigo com entrevistas concedidas à imprensa por Gustavo Loyola, entre outros.

⁸⁴ A data 31/12/2002 é considerada para fins de corte do Plano Real pelo fato de abranger a era FHC, ou seja, uma fase política e econômica do país, pois, em 1994, Fernando Henrique Cardoso era o Ministro da Fazenda e, em seguida, foi eleito (1995 - 1998) e reeleito Presidente da República (1999-2002).

3.1 Metodologia

A concorrência e a concentração bancária no país são abordadas em diversos estudos recentes, como: Castro (1981), Cavalheiro (1982), Troster (1997), Campos (1997), Braga (1998), Pizzoferrato (1999), FUNDAP (1999), Puga (1999), Nakane (2001), Rocha (2001), e Alencar (2002).

Contudo, este estudo visa observar a evolução do número de bancos por setor em determinado período. Reflete uma pesquisa descritiva, que procura classificar, explicar e interpretar os fenômenos (número de bancos em funcionamento), ocorridos durante o período estudado do Plano Real. Observa o número de bancos em funcionamento no trimestre inicial (30/06/1994) e em 34 trimestres (01/07/1994 até 31/12/2002).

Após o registro do número de bancos por setor, são analisados e correlacionados com o número total de bancos. Procura-se descobrir, com a possível precisão, a frequência com que ocorrem os fenômenos (número de bancos por setor) e sua relação com o total de bancos em funcionamento. Busca-se conhecer as mudanças no setor bancário, destacadamente, uma análise setorial de bancos, expressados em números durante a adoção do Plano Real.

3.2 Base de Dados

A coleta inicial de dados sobre o número de bancos em funcionamento foi realizada junto ao Bacen, por meio dos seguintes dados e relatórios⁸⁵:

- Resolução n. 1.088: Instituições Habilitadas, de 30/06/1994;
- Estrangeiros com Representação no Brasil, de 30/06/1994;
- Bancos Brasileiros após a Resolução 1524, referente ao período de 1988 a 2000;
- Sistema Financeiro Nacional e o Plano Real, referente ao período de 1994 a 1998;

⁸⁵ Os dados foram coletados junto ao Departamento de Cadastro de Instituições Financeiras; e os relatórios junto ao Departamento de Organização do Sistema Financeiro: via internet, Sistema Financeiro Nacional, disponível em: <www.bcb.gov.br>, com acessos em datas diversas desde 2001 a 2004.

- Evolução do Sistema Financeiro Nacional Dez/1998;
- Evolução do Sistema Financeiro Nacional Dez/1999;
- Evolução do Sistema Financeiro Nacional de Jan. a Dez/2000;
- Evolução do Sistema Financeiro Nacional de Jan. a Dez /2001;
- Evolução do Sistema Financeiro Nacional de Jan. a Dez /2002;
- Bancos Jurisdição: Nacional – 2002;
- Relatório de Estabilidade Financeira – 2002; e
- Relatório de Estabilidade Financeira – 2003.

Esses estudos foram fundamentais na constituição da base de dados própria deste estudo devido às diversas reorganizações societárias, ocorridas no setor bancário.

Entretanto, foram solicitados ao Departamento de Gestão de Informações do Sistema Financeiro (Defin/Bacen) os dados cadastrais dos bancos em funcionamento com datas de início e fim das atividades para se conhecer as datas e o respectivo trimestre do início e fim das atividades de determinado banco, principalmente nos casos de decretação de liquidação, em que as atividades são paralisadas.

Sobre o número de bancos em funcionamento, foram obtidos os seguintes dados, emitidos por Unicad/Bacen⁸⁶ — Informações sobre entidades de interesse do Banco Central —, em janeiro de 2004, abrangendo todas IFs em funcionamento desde 01/01/1900 a 31/12/2003:

- código do tipo instalação, i.e., sede;
- código da situação de instalação: em funcionamento, ou cancelada/encerrada ou com atividade paralisada;
- número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- código no Sistema de Informações do Banco Central (Sisbacen);

⁸⁶ É o atual sistema de cadastro do Banco Central, cujo objetivo é integrar as diversas bases de informações cadastrais existentes no Banco Central em um sistema único, completo, abrangente e seguro.

- denominação do banco;
- código da esfera de atuação: privado, público federal, público estadual, ou órgão público;
- indicação de carteira: com ou sem carteira comercial;
- indicação da origem do capital: com ou sem controle estrangeiro;
- nível de participação estrangeira em porcentagem;
- código do segmento por tipo de instituição financeira, i.e., banco comercial, múltiplo, cooperativo, de desenvolvimento, caixa econômica etc.
- código da situação da pessoa jurídica: autorizada em atividade, ou cancelada/encerrada, ou paralisada, ou em liquidação extrajudicial ou em liquidação ordinária;
- data da situação da pessoa jurídica, que permite saber se o banco permanece em atividade e quando suas atividades foram "paralisadas" ou canceladas;
- datas de início e fim da atividade; e
- tipo de operação, que revela as operações por tipo de carteira, além de operações compromissadas e investimento estrangeiro com exposição vendida em moeda estrangeira.

Todas as variáveis acima são importantes para se conhecer o exato número de bancos em atividade e funcionamento em 30/06/1994 e suas respectivas denominações no início do Plano Real, uma vez que os dados emitidos apresentam o nome em 2003 após várias modificações societárias ocorridas durante o período estudado.

Conforme Apêndice⁸⁷, foram analisados 298 CNPJs de caixas econômicas, bancos múltiplos e comerciais, incluindo as filiais de bancos estrangeiros. O total inclui a Caixa Econômica Federal (CEF) e os bancos:

- existentes em 30/06/1994;
- com ingresso após 30/06/1994;
- alteração de banco para IF não bancária; e
- alteração de IF em banco com carteira comercial.

⁸⁷ Apresenta a relação de bancos em 30/06/1994 e em 31/12/2002, suas denominações, setores, esferas, alterações e o número de balancetes trimestrais.

4.3 População e Amostra

Tabela 7 – Quantidade de Bancos e Caixas Econômicas.*

Tipo	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
BM	206	210	205	191	179	173	168	163	153	143
BC**	35	34	35	38	36	28	25	28	28	23
CE	2	2	2	2	2	2	1	1	1	1
Sub-Total	243	246	242	231	217	203	194	192	182	167
BD	7	6	6	6	6	6	5	5	4	4
BI	17	17	17	23	22	22	21	19	20	23
Total	267	269	265	260	245	231	220	216	206	194

Fonte: Banco Central do Brasil (2004c).

* Em 31 de dezembro. ** Inclui as filiais de bancos estrangeiros.

Elaboração própria.

A população de banco múltiplo (BM), banco comercial (BC), banco de desenvolvimento (BD), banco de investimento (BI) e caixa econômica (CE) foi classificada em três setores para fins deste estudo:

- 1) bancos públicos — bancos comerciais e/ou múltiplos e inclui a Caixa Econômica Federal (CEF)⁸⁸ e a Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul (CEE-RS) por terem carteira comercial e por esta ser acessível à população devido a sua capilaridade;
- 2) bancos privados — bancos comerciais e/ou múltiplos privados nacionais com ou sem participação de capital estrangeiro;
- 3) bancos estrangeiros — filiais de bancos estrangeiros, bancos comerciais ou múltiplos nacionais com controle estrangeiro.

Dessa população foram selecionados apenas os bancos comerciais e múltiplos e caixas econômicas em funcionamento em determinado trimestre. Em seguida, foram excluídos:

- bancos em regime especial⁸⁹, seja com atividade paralisada em virtude de liquidação extrajudicial seja em regime de falência;

⁸⁸ Desde sua criação em 1861, existe apenas uma caixa econômica de esfera federal, e, em 2004, apenas a CEF no segmento Caixa Econômica. Suas atividades foram ampliadas, com destaque na década de 90 e início deste século. O leque de atuação é maior que sua missão inicial — conceder empréstimos e incentivar a poupança popular. Com a extinção do BNH, em 1986, a CEF se transformou na maior agência de desenvolvimento social da América Latina, administrando recursos de diversas finalidades, por exemplo, o FGTS. Sobre a CEF, ver História e Missão, disponível em: <<http://www.cef.gov.br>>, acesso em: 13/01/2003.

⁸⁹ Ver Anexo III.

- bancos cooperativos com carteira comercial⁹⁰ – havia apenas o banco comercial Bancoop e o banco múltiplo Bansicred;
- bancos de desenvolvimento⁹¹;
- bancos de investimento⁹²;
- Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul (CEE-RS)⁹³; e
- Colúmbia⁹⁴, Fama⁹⁵, HKB⁹⁶, Safin⁹⁷, SIBISA⁹⁸ e Banco Credit Commercial de France⁹⁹.

Tais exclusões foram efetuadas porque esses bancos não efetuavam operações típicas de um banco com carteira comercial — captação de depósitos e aplicação em operações de crédito —, principalmente, para pessoas físicas (população "bancarizada").

Tabela 8 – Dados Amostrais.

	Jun/1994	1994*	1995*	1996*	1997*	1998*	1999*	2000*	2001*	2002*
Sub-Total*	-	246	242	231	217	203	194	192	182	167
Exclusão	-	6	10	7	7	7	14	10	10	2
Amostra	246	240	232	224	210	196	180	182	172	165

* Em 31 de dezembro.

Obs.: Inclui banco múltiplo, comercial, filial de banco estrangeiro e caixa econômica.

Elaboração própria.

Dessa forma, a amostra selecionada abrange os demais bancos comerciais e múltiplos em funcionamento em determinado trimestre.

⁹⁰ São bancos singulares e atuam em nicho de mercado específico. As cooperativas de crédito freqüentemente são excluídas de análises internacionais do segmento de microfinanças, inclusive de alguns estudos publicados pelo Banco Mundial, principalmente pelo nicho de mercado, que se situa um pouco acima daquele a que se dedicam as microfinanças e pela sua natureza mais voltada para o consumo. Com a recente criação da cooperativa de empreendedores e de livre associação (jun/2003), essas organizações deverão ser incluídas no segmento de microfinanças no Brasil, em análises futuras (Alves & Soares, 2003, p. 7).

⁹¹ A carteira de desenvolvimento é exclusiva de bancos públicos oficiais e os bancos de desenvolvimento têm a missão de direcionar créditos para setores ou região e atender aos interesses de desenvolvimento.

⁹² Caracteriza-se por captar depósitos a prazo. Portanto, não é considerado instituição bancária ou monetária.

⁹³ Cancelada/Encerrada em 13/01/1999 e não havia carteira comercial em atividade em 30/06/1994.

⁹⁴ Em 07/03/1990 era DTVM e se transformou em banco com carteira comercial. Em 08/05/1996, o Banco Colúmbia S.A. teve parcela de seus ativos vendidos com recursos do PROER para o Banco Ford S.A. e estava em regime especial em 16/05/1996.

⁹⁵ Em 2003, Fama DTVM Ltda.

⁹⁶ Em 11/10/1994, foi incorporado pelo Banco Hexabanco S.A.

⁹⁷ Em 2003, Safin S.A. CFI.

⁹⁸ Cancelado em 23/06/1995.

⁹⁹ Cancelado em 26/09/1994.

4.4 Tratamento dos Dados

Com base nos dados amostrais, o Quadro 3 mostra a classificação inicial realizada para os bancos e CEF. Discrimina os bancos em três setores, segundo a esfera, a classificação por tipo de banco, bem como as respectivas siglas, próprias deste estudo.

Quadro 3 – Setor, Sigla & Classificação por Tipo de Banco.

Setor	Esfera	Sigla	Classificação dos Bancos
Público	Federal	BC-PF	Banco Comercial Público Federal
		BM-PF	Banco Múltiplo Público Federal
		CEF	Caixa Econômica Federal
	Estadual	BC-PE	Banco Comercial Público Estadual
		BM-PE	Banco Múltiplo Público Estadual
		CEE	Caixa Econômica Estadual
Privado	Nacional	BC-PN	Banco Comercial Privado Nacional
		BM-PN	Banco Múltiplo Privado Nacional
		BMN-PE	Banco Múltiplo Nacional Com Participação Estrangeira
Estrangeiro	Estrangeira	BC-PN-CE	Banco Comercial Privado Nacional Com Controle Estrangeiro
		BCE	Banco Comercial Estrangeiro, inclui Filial no país
		BMN-CE	Banco Múltiplo Nacional Com Controle Estrangeiro

Elaboração própria.

Para fins deste estudo, o número de bancos focaliza-se em três setores:

- 1) públicos, incluindo os de esfera federal e estadual;
- 2) privados nacionais com ou sem participação minoritária estrangeira, e
- 3) bancos com controle estrangeiro, incluindo filiais no país.

Preliminarmente, o conjunto de 298 bancos foi analisado conforme sua evolução desde antes do Plano Real, em 30/06/1994, até 31/12/2002, por setor público, privado e estrangeiro. O Apêndice apresenta a relação de bancos com: a sigla, a denominação, o setor e a esfera em 1994 e 2002, e alteração ocorrida no período de 01/07/1994 a 31/12/2002, bem como o número de balancetes trimestrais, fornecido pelo Bacen. O resultado e a análise da evolução dos bancos por setor são importantes para verificar, posteriormente, os seus respectivos desempenhos no capítulo seguinte.

3.5 Resultado e Análise

Tabela 9 – Bancos em Funcionamento em 30/06/1994 e 31/12/2002.

Banco *	30/06/1994		31/12/2002	
	Quantidade	Participação	Quantidade	Participação
Público	31	12,6%	14	8,5%
Privado Nacional	176	71,5%	86	52,1%
Estrangeiro **	39	15,9%	65	39,4%
Total	246	100,0%	165	100,0%

Fonte: Banco Central do Brasil.

Elaboração própria.

* Não são considerados os bancos de investimentos, de desenvolvimento, cooperativos e em regime especial.

** Inclui bancos comerciais estrangeiros, filiais e bancos múltiplos nacionais com controle estrangeiro.

A Tabela 9 permite conhecer a quantidade de bancos (comerciais e múltiplos) e caixa econômica em funcionamento no país, em 30/06/1994, como base para o início do Plano Real, em 01/07/1994, e na data de corte do Plano Real, em 31/12/2002. São apresentados os grupos público, privado nacional, e estrangeiro. A princípio, verificou-se uma contração bancária de 33% — de 246 para 165.

O Gráfico 1 mostra a participação de cada grupo em relação ao total de bancos em funcionamento. Houve uma diminuição de bancos públicos e privados e um aumento dos estrangeiros.

Gráfico 1 – Bancos em Atividade em 30/06/1994 e 31/12/2002.

Elaboração própria.

Em 30/06/1994, antes do Plano Real, verificou-se a significativa presença de bancos privados — 71,5% do total de bancos em funcionamento, enquanto que os públicos e estrangeiros representavam 12,6% e 15,9%, respectivamente. Esse aspecto pode ser explicado pelas receitas advindas do *floating*, pois o cenário local, caracterizado pela alta inflação, propiciava bancos não necessariamente eficientes.

Entretanto, em 31/12/2002, a configuração do setor bancário sofreu alteração. Apesar de continuarem preponderantes no setor bancário, o setor privado representava 52,1% do total, com redução de 176 para 86 bancos em funcionamento, enquanto que o público, 8,5%, com diminuição de 31 para 14, e o estrangeiro tinha participação de 39,4%, com aumento de 39 para 65 bancos com controle estrangeiro.

Pode-se afirmar que, após a introdução do Plano Real, ocorreram alterações no âmbito do SFN. Houve mudanças relevantes tanto na legislação quanto na supervisão bancárias, descritas no capítulo dois, além de uma significativa reorganização societária dos bancos existentes no início do Plano Real, apresentada no Apêndice.

Gráfico 2 – Evolução de Bancos por Setor e Total.

Elaboração própria.

O Gráfico 2 e a Tabela 10 apresentam a evolução do número de bancos em funcionamento por setor e total ao longo do período estudado por trimestre: antes do Plano Real, ou trimestre zero (30/06/1994), e durante o plano, ou trimestres 1 a 34 (30/09/1994 a 31/12/2002).

Tabela 10 – Evolução do Número de Bancos Durante o Plano Real.

Período		Setor			Total
Data	Trimestre	Público	Privado	Estrangeiro	
30/06/1994	0	31	176	39	246
30/09/1994	1	31	177	39	247
31/12/1994	2	31	171	38	240
31/03/1995	3	30	170	38	238
30/06/1995	4	30	170	38	238
30/09/1995	5	30	168	38	236
31/12/1995	6	30	164	38	232
31/03/1996	7	30	157	38	225
30/06/1996	8	30	157	37	224
30/09/1996	9	30	157	37	224
31/12/1996	10	30	157	37	224
31/03/1997	11	30	140	42	212
30/06/1997	12	28	141	42	211
30/09/1997	13	26	141	43	210
31/12/1997	14	25	139	46	210
31/03/1998	15	24	122	52	198
30/06/1998	16	24	120	54	198
30/09/1998	17	23	120	55	198
31/12/1998	18	22	117	57	196
31/03/1999	19	22	114	55	191
30/06/1999	20	20	114	53	187
30/09/1999	21	19	112	51	182
31/12/1999	22	19	106	55	180
31/03/2000	23	19	97	67	183
30/06/2000	24	19	96	68	183
30/09/2000	25	19	95	68	182
31/12/2000	26	17	96	69	182
31/03/2001	27	17	89	68	174
30/06/2001	28	17	89	68	174
30/09/2001	29	17	89	67	173
31/12/2001	30	15	90	67	172
31/03/2002	31	14	86	65	165
30/06/2002	32	14	86	65	165
30/09/2002	33	14	86	65	165
31/12/2002	34	14	86	65	165

Elaboração própria.

A evolução do número de bancos durante o período estudado sofreu uma redução; de um lado, houve redução no setor público e privado; por outro lado, houve um acréscimo no setor estrangeiro.

O número de bancos do setor público decresceu em função da decretação de regimes especiais e, principalmente, do PROES.

Os bancos privados buscaram se adaptar à competitividade do setor, propiciada pela maior participação dos bancos estrangeiros no país. Houve reorganizações societárias por meio de aquisição dos bancos privatizados e de operações de incorporação e aquisição de controle. Apesar de sofrer redução, consolidaram-se no setor com participação preponderante em relação ao total.

Já os bancos estrangeiros exploraram a abertura comercial do SFN ao capital estrangeiro e aumentaram suas sedes em funcionamento. Houve reorganização societária e, predominantemente, aquisição e participação majoritária em bancos múltiplos já existentes no país e ingresso de novos bancos.

A seguir são descritas as principais alterações por setor.

3.5.1 Setor Público

O setor público foi caracterizado pelo processo de privatização, de transferência de controle dos bancos públicos para a esfera federal, ou federalização, e de decretação de regimes especiais, com a decretação de liquidação extrajudicial para fins de encerramento das atividades, em bancos públicos estaduais já caracterizados em falência pela baixa eficiência operacional.

O Meridional foi federalizado para fins de transferência de controle, em 1997. Na prática, houve dois Decretos permitindo maior participação estrangeira no capital social do Meridional; contudo, a solução definitiva ocorreu por meio da privatização do banco¹⁰⁰, em 04/12/1997, e a aquisição pelo então Bozano Simonsen, que, por sua vez, foi comprado pelo Santander em 18/05/2000.

¹⁰⁰ Os dados sobre o primeiro banco a ser privatizado, após a implementação do Plano Real, são apresentados no Anexo II; e os Decretos referentes ao Meridional são mostrados no Anexo IV, Decretos s/nº de 01/11/1995, 07/03/1996 e 13/11/1997.

Outros 10 bancos, que aderiram ao PROES, foram privatizados: Baneb, Banerj, Banestado, BEA¹⁰¹, BEG, Bemge e Credireal tiveram seus controles transferidos para bancos privados nacionais; enquanto que Bandepe, Banespa¹⁰² e Paraiban¹⁰³, para bancos estrangeiros.

Todavia, foram cancelados o Bancoerj, Baner, Beron, Banacre, Banap, Bemat e Produban; e quatro bancos estaduais — BESC, BEM¹⁰⁴, BEC e BEP —, que aderiram ao PROES, foram federalizados para fins de privatização e, em 31/12/2002, não foram privatizados, apesar de estarem previstos em Decreto¹⁰⁵.

Dos 31 bancos do setor público no início do Plano Real, em 31/12/2002, funcionavam 14: a) BASA, BB, BNB, CEF — esfera federal; b) BRB, Banpara, Banese, Banestes, Nossa Caixa e o Banrisul — esfera estadual, que não aderiram ao PROES e "conseguiram" sanear seu patrimônio para fins de continuidade e competitividade no setor bancário; e c) BESC, BEM, BEC e BEP — esfera federal, para fins de privatização.

Gráfico 3 – Bancos Públicos e Caixa Econômica.

Elaboração própria.

¹⁰¹ Em 16/09/2003, o BEA foi cancelado em decorrência da incorporação pelo Bradesco.

¹⁰² Ressalta-se o maior ágio em leilão de privatização de bancos públicos, cerca de 300% maior que o preço mínimo e, inclusive, do menor lance. Ver dados no Anexo II.

¹⁰³ Em 28/01/2003, o Paraiban foi cancelado em decorrência da incorporação pelo ABN Amro Bank.

¹⁰⁴ Privatizado em 2004.

¹⁰⁵ Ver Anexo IV, Decreto s/nº de 21/09/2001.

Conforme as medidas de reestruturação e fortalecimento do sistema financeiro, observaram-se comportamentos favoráveis e desfavoráveis dos bancos públicos no SFN.

Exemplos de bancos estaduais em dificuldades, que não conseguiram sanear seu patrimônio com a manutenção do controle pelo Estado, são os de Roraima, Amapá e outros com atividades paralisadas para fins de encerramento ou transformação em agências de fomento¹⁰⁶. Alguns aderiram ao PROES, uns mais cedo e outros mais tarde, após várias prorrogações no período de adesão, estabelecidas pelo Bacen.

Quanto à situação das IFPFs no início do Plano Real, o valor nominal dos ativos da CEF estavam representados por direitos com o valor contábil muito diferente do valor de mercado, como por exemplo, o Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS). Acrescenta-se que ela operou significativamente na compra de carteiras imobiliárias (pelo valor de face) de bancos em dificuldades por meio dos recursos do PROER, sendo ainda hoje devedora desse programa. O mesmo caso aplica-se ao Banco do Brasil, que assumiu em público e por meio das demonstrações contábeis de 1994, 1995 e 1996, a diferença dos valores contábeis e os valores reais de mercado, acarretando em prejuízo.

Um exemplo de IFPE em dificuldades e conseguiu sanear seu patrimônio é o Banco Nossa Caixa¹⁰⁷. Antes de 1994, operou em situação crítica e, hoje, está saneado e é competitivo. De acordo com o Quadro 4, em 30/06/1994, o banco tinha patrimônio líquido aproximado de R\$ 416 milhões e passivo (circulante, exigível de longo prazo e resultados de exercícios futuros) de cerca de R\$ 4,5 bilhões de ativos, os quais, em sua maioria, sob a forma de créditos junto ao Governo Estadual, isto é, "créditos podres"; com frequência, dependia do redesconto do Bacen para levantar caixa a fim de pagar os cerca de 18 mil funcionários.

Basicamente, o Nossa Caixa só captava recursos, notadamente de cadernetas de poupança, não realizava operações de crédito, pois as captações eram aplicadas em habitações populares, e as outras aplicações, com fins de desenvolvimento, praticamente geravam déficit. Além do mais, existia o problema da péssima gestão dos recursos financeiros.

¹⁰⁶ Como exemplos: Banacre, Banap e CEE-RS.

¹⁰⁷ Antiga Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A. e, em seguida, Nossa Caixa Nosso Banco S.A. Transformou-se em banco múltiplo em 09/02/1990.

Diante da intervenção no Banespa em 30/12/1994¹⁰⁸, estabeleceu-se como meta do Governo Estadual de São Paulo possuir pelo menos um grande banco. Assim, desde 1995, o banco passou por uma reestruturação que envolveu aporte de recursos no capital social, enxugamento do quadro de pessoal, ampliação no número de clientes, investimentos em tecnologia e expansão da rede de agências, inclusive nos principais municípios em torno do Estado de São Paulo.

Quadro 4 – Demonstrações Contábeis do Banco Nossa Caixa.

Balanco Patrimonial & Receitas e Despesas	Valores em R\$ Mil*	Valores em R\$ Mil
	30/06/1994	31/12/2002
Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo	4.399.434	28.234.546
Ativo Permanente	163.792	378.105
TOTAL	4.563.226	28.612.615
Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo + Resultado de Exercícios Futuros	4.147.184	27.258.287
Patrimônio Líquido	416.042	1.286.130
Subtotal	4.563.226	28.544.417
Receitas	4.356.124	3.130.258
Despesas	(4.356.124)	(3.062.024)
Subtotal	0	68.234
TOTAL	4.563.226	28.612.615

Fonte: Banco Central do Brasil (2003c).

Elaboração própria.

* Valores originais em CR\$ (Cruzeiro Real), convertidos pela URV 2.750 para a data de 30/06/1994.

Conforme dados do Quadro 4, em 31/12/2002, o banco tinha um patrimônio líquido na ordem de R\$ 1,2 bilhão, bem como ativos da ordem de R\$ 28,6 bilhões e operava com lucro e com capacidade de competir com outros bancos. Pode-se afirmar que, durante oito anos e meio, o banco foi bem administrado para sanear suas deficiências.

Nesse período, com o patrimônio líquido recomposto paulatinamente, o banco passou a atuar como doador líquido de recursos no interbancário, além de realizar operações de crédito para os clientes (pessoas físicas e jurídicas), que deve ser a atividade principal de qualquer banco com carteira comercial.

Outra estratégia¹⁰⁹ foi a de oferecer produtos ou serviços que não são necessariamente a missão de um banco — captação de depósitos e operações de crédito. Diante do aumento do leque de atuação e da expansão da clientela, a saída encontrada foi a reestruturação societária, com a criação de uma companhia aberta, cujo capital social foi dividido da seguinte forma:

¹⁰⁸ Praticamente na véspera da posse do governador Mário Covas, recém eleito.

¹⁰⁹ Sobre bancos de varejo e novas estratégias bancárias, ver Paixão & Silveira (2003).

cerca de 49% detidos com a participação minoritária da Nossa Caixa e 51% espalhados com diversas empresas especialistas de produtos e serviços bancários, tais como Visa, administradora de cartões de crédito, Sul América Seguros etc. Dessa forma, as empresas especialistas ingressavam com parte do capital social e, principalmente, com a estrutura adequada e *know-how*, enquanto que a Nossa Caixa entrava com um conjunto de clientes.

E foi por meio da eficiência operacional que os bancos públicos conseguiram permanecer no mercado.

3.5.2 Setor Privado Nacional

Os bancos brasileiros, inclusive com participação minoritária do capital estrangeiro, sofreram alterações desde a adoção do Plano Real até 31/12/2002. Em 01/07/1994, eram 176 — 149 genuinamente brasileiros e 27 com participação minoritária estrangeira —, enquanto que, em 31/12/2002, eram 86 — 65 brasileiros e 21 com participação estrangeira.

Esta mudança ocorreu em virtude de fusão & aquisição ou transferência de controle, seguidas de mudança ou não de denominação, ou regimes especiais ou transformação em instituição não bancária/monetária.

Gráfico 4 – Bancos Privados Nacionais.

Elaboração própria.

Dos 11 bancos privatizados até 31/12/2002, sete foram adquiridos por bancos múltiplos nacionais. O Itaú comprou o BEG, o Bemge, o Banerj e o Banestado. O Bradesco adquiriu o BEA¹¹⁰ e o Baneb. O antigo Banco de Crédito Nacional (BCN), atual Bradesco, adquiriu o Credireal.

Quanto aos Bancos Comerciais Privados Nacionais, quatro tiveram as atividades canceladas/encerradas: (1) Universal, (2) Minas, antigo Premier em 30/06/1994, (3) Real, que foi incorporado pelo o ABN Amro, e (4) Ficrisa¹¹¹. Acrescenta-se o ingresso de três, com início de atividades após 30/06/1994: Alfa, Pottencial e Equatorial, sendo esse encerrado em 21/06/2000.

Já os bancos múltiplos, sem dúvida, foram os que mais sofreram alterações decorrentes da concentração bancária e da "quebra" de bancos importantes ou não durante o período estudado. Dos 149 Bancos Múltiplos Privados Nacionais com início de atividades antes de 30/06/1994, permaneceram, neste mesmo segmento, 47, ou aproximadamente um terço do total. Isso significa que, nesses bancos remanescentes, não houve fusão nem aquisição nem incorporação nem mudança de denominação.

Números significativos mostram que foram decretados regimes especiais¹¹² em Bancos Múltiplos Privados Nacionais. Dentre esses, destacam-se o Econômico, o Nacional e o Bamerindus por se tratarem, na época, de bancos de grande capilaridade e importantes no SFN. Esses três bancos tiveram suas atividades paralisadas em decorrência de intervenção, seguida de liquidação extrajudicial. A solução emergencial para esses bancos foi a transferência de controle com recursos do PROER por meio da transferência ou venda dos ativos "saudáveis" e paralisação de atividades da instituição liquidada com os ativos "não saudáveis".

¹¹⁰ Em 16/09/2003, o BEA foi cancelado em decorrência da incorporação pelo Bradesco.

¹¹¹ Em 31/12/2002, o Banco Ficrisa S.A. passou para Ficrisa Axelrud S.A. Crédito, Financiamento e Investimento e foi cancelado em 24/12/2003.

¹¹² Ver Anexo III.

Em consequência, o Econômico foi transferido para o Excel, em 30/04/1996, enquanto que o Nacional, para o Unibanco, em 18/11/1996, e o Bamerindus, para o HSBC¹¹³, em 02/04/1997. Em 1998, o Excel Econômico foi transferido para o Bilbao Vizcaya¹¹⁴.

Ainda houve uma redução de 10 Bancos Múltiplos Privados Nacionais, alterados para Bancos Múltiplos Nacionais com Participação Estrangeira por meio de Decretos de Interesse do Governo Brasileiro: (1) BCN, (2) antigo Boavista e, em 2002, Boavista Interatlântico, (3) Bradesco, (4) Dibens, (5) antigo Investcred e atual Investcred Unibanco, pois tem participação minoritária indireta do conglomerado Unibanco, que, por sua vez, possui participação estrangeira, (6) Itaú, (7) Mercantil de São Paulo, (8) Pactual, (9) Unibanco, e (10) antigo Bandeirantes e, em 2002, Unicard. Isso mostra que parte da competitividade dos Bancos Múltiplos Privados Nacionais foi reforçada pela participação do capital estrangeiro.

Outra redução ocorreu com seis Bancos Múltiplos Privados Nacionais, alterados para Bancos Múltiplos nacionais com Controle Estrangeiro: (1) antigo Primus e atual Banif Primus, (2) antigo Mappim e atual GE Capital, (3) antigo BGC e atual Santander, (4) antigo Omega e atual UBS, (5) antigo Grande Rio e, em 2002, Dresdner, e (6) a mais polêmica alteração do antigo Excel Banco, que adquiriu o Econômico, passando a Excel Econômico, que foi transferido para o Bilbao Vizcaya, atual Alvorada.

Quanto às transformações em IFs não-bancárias, houve três tipos. A primeira refere-se à transformação de Banco Múltiplo Privado Nacional para banco de investimento: (1) antigo Operador e, em 2002, Royal de Investimento, (2) antigo Prime e atual Equity de Investimento, (3) antigo Induscred e atual Induscred de Investimento, e (4) antigo Porto Real S.A. e atual Porto Real de Investimento S.A. A segunda diz respeito à distribuidora de títulos e valores mobiliários (DTVM): (1) antigo Bancred e atual Cruzeiro do Sul DTVM, e (2) antigo Boreal, que passou, em 2002, para o Banco Boreal de Investimentos S.A. e, no final de 2002, Boreal DTVM. O terceiro e último destina-se à carteira e sociedade de crédito, financiamento e investimento (CFI): antigo ASB para ASB S.A. CFI.

¹¹³ Conforme Bacen (2003b), o HSBC passou a deter o maior número de agências (993), quando comparado com os demais bancos com controle de grupos estrangeiros.

¹¹⁴ Foi adquirido pelo Bradesco em 2003 e o Banco Bilbao Vizcaya passou a ter participação minoritária no Bradesco.

Em contraste, houve uma única alteração de Banco Múltiplo Nacional com Controle Estrangeiro para Banco Múltiplo Nacional com Participação Estrangeira: o Banco Francês e Brasileiro S.A. (BFC) ¹¹⁵, que foi adquirido pelo Itaú em 1996 e permaneceu com a mesma denominação até o final de 2002, quando houve cisão do patrimônio líquido com versão ao Banerj, ao Banestado *Leasing* e ao Banestado CTVM, controlados pelo Itaú.

Após a implementação do Plano Real, ingressaram cinco Bancos Múltiplos Privados Nacionais: (1) Gerdau, (2) Ribeirão Preto, (3) BGN, (4) Emblema, e (5) J. Safra; e apenas um BMN-PE — Banco1.NET.

Destaca-se que oito, ou cerca de um terço, dos 21 Bancos Múltiplos Nacionais com Participação Estrangeira permaneceram no mesmo segmento no final de 2002: (1) Fininvest, (2) Credibanco, (3) Sterling, (4) antigo Rural Mais, que, em 2002, mudou de denominação para Sul América, (5) BBA-Creditanstalt¹¹⁶, (6) antigo Sistema, com transferência para o Pactual¹¹⁷, (7) Industrial, e (8) antigo Continental e atual Finasa.

Diante de todas as mudanças ocorridas a partir de 01/07/1994, restaram 86 Bancos Múltiplos Privados Nacionais em 31/12/2002.

3.5.3 Setor Estrangeiro

Durante o período estudado do Plano Real, houve uma abertura comercial maior para a participação do capital estrangeiro no setor bancário do país.

Em 30/06/1994, havia 30 Bancos Comerciais Estrangeiros e filiais de bancos estrangeiros no país. Desses, 11 bancos foram cancelados/encerrados e, muitos desses, se tornaram múltiplos com controle estrangeiro, principalmente com as operações de fusão, em decorrência de fusão ocorrida no exterior, de aquisição de bancos nacionais, e ingresso de novos bancos estrangeiros.

¹¹⁵ Em 2003, Banco Itaú Holding Financeira S.A.

¹¹⁶ Em 2004, foi incorporado pelo Itaú e passou para Itaú-BBA.

¹¹⁷ Em 2003, foi transformado em Pactual CTVM.

De acordo com essas mudanças, em 31/12/2002, estavam em atividade 10 bancos comerciais e filiais estrangeiros: (1) La Nacion Argentina, (2) La Provincia de Buenos Aires, (3) La Republica Oriental Del Uruguay, (4) BEAL¹¹⁸, (5) BankBoston, antigo The First National Bank of Boston, (6) Citibank, (7) Dresdner Bank Lateinamerika Aktiengesellschaft, (8) ING Bank, antigo Internationale Nederlanden Bank, (9) JP Morgan Chase Bank, antigo Morgan Guaranty Trust Company of New York, e (10) Lloyds TSB Bank PLC¹¹⁹, originalmente, Lloyds Bank, que mudou de composição societária e denominação para Lloyds PLC Bank.

Quanto aos Bancos Comerciais Privados Nacionais com Controle Estrangeiro, não existia nenhum em 01/07/1994; porém, houve alteração de duas filiais estrangeiras, que passaram a atuar como bancos comerciais: (1) Union - Brasil, e (2) antigo Exterior de España, que mudou para Uno - E Brasil. Após 30/06/1994, ingressou o KEB e, em 31/12/2002, havia três Bancos Comerciais Privados Nacionais com Controle Estrangeiro.

O segmento Bancos Múltiplos Nacionais com Controle Estrangeiro teve diversas alterações. O Tokyo foi cancelado devido à fusão internacional, ocorrida com o Banco Mitsubishi Brasileiro, resultando no Tokyo-Mitsubishi Brasil. Houve três transformações para instituições não-bancárias: (1) antigo CCF para o HSBC Investment Bank Brasil, (2) antigo Fiat para o Fidis de Investimento; e (3) antigo Português do Atlântico – Brasil, em seguida, Wachovia, que passou a atuar como instituição não-financeira.

Outros quatro bancos privatizados tiveram seu controle transferidos para bancos estrangeiros, com a aquisição por parte do atual ABN Amro Bank Real, do Bandepe e do Paraiban¹²⁰, enquanto que o Santander adquiriu o Banespa, e o Bozano Simonsen adquiriu o Meridional¹²¹.

¹¹⁸ O Banco Europeu para América Latina (BEAL) já constava como BMN-CE em 1994; porém, em 30/10/2002, o Banco Westlb do Brasil S.A. foi constituído a partir do patrimônio da Filial do BEAL e, na mesma data, o BEAL se transformou em banco comercial.

¹¹⁹ O mais antigo dos bancos estrangeiros em operação no SFN — cerca de 140 anos —, que, em 2004, "encerrou" suas atividades no Brasil em decorrência da transferência de controle do banco.

¹²⁰ Em 28/01/2003, o Paraiban foi cancelado em decorrência da incorporação pelo ABN Amro Bank.

¹²¹ Ver Anexo II.

Mais oito Bancos Múltiplos Nacionais com Participação Estrangeira tiveram participação majoritária de bancos estrangeiros: (1) antigo Bozano Simonsen para o Santander, (2) Brascan, (3) antigo BHM para o Credit Lyonnais, (4) antigo ABC-Roma para o ABC Brasil, (5) antigo Sogeral para o Société Generale, (6) antigo América do Sul para o Sudameris, (7) antigo Agroinvest para o John Deere, e (8) antigo Braseg para o AGF.

Outros seis Bancos Múltiplos Privados Nacionais passaram para o controle estrangeiro: (1) antigo Excel para o BBV Banco, (2) antigo Primus para o Banif Primus, (3) antigo Mappim para o GE Capital, (4) antigo Geral do Comércio para o Santander Brasil, (5) antigo Omega para o UBS, e (6) antigo Grande Rio para o Dresdner.

Além desses, oito Bancos Comerciais Estrangeiros e Filiais passaram para Banco Múltiplo Nacional com Controle Estrangeiro: (1) Inter American Express, (2) Volvo Brasil, (3) BankBoston, (4) Citibank, (5) Credit Suisse First Boston, (6) Merrill Lynch, (7) Deutsche Bank Banco Alemão, e (8) Patagon.

Como reflexo da abertura comercial, ingressaram 14 bancos após 30/06/1994: (1) BNP Paribas, (2) Cargill, (3) CNH Capital, (4) Comercial Uruguai, (5) DaimlerChrysler, (6) Honda, (7) IBI, (8) Morgan Stanley, (9) PSA Finance, (10) Rabobank, (11) Toyota, (12) Goldman Sachs, (13) HSBC Bank; e (14) ABB, que iniciou suas atividades em 06/11/2000 e, em 20/11/2002, se transformou em instituição não-financeira.

Dessa maneira, o número de bancos com controle estrangeiro, em 31/12/2002, era de 65 em contraste com os 39 em 01/07/1994.

Gráfico 5 – Bancos Estrangeiros.

Elaboração própria.

3.6 Considerações

Apesar de este subtópico analisar a evolução dos bancos em 30/06/1994 a 31/12/2002, cabe observar a saída de importantes bancos com controle estrangeiro do SFN. Ao longo de 2003, houve a aquisição do BBV Banco pelo Bradesco e a compra do Grupo BBA e do Banco Fidis S.A pelo Itaú.

Mesmo assim, no final de 2002, passados oito anos e meio da implantação do real, pode-se afirmar que ocorreram alterações relevantes no setor bancário, tanto na legislação quanto na evolução do número de bancos, caracterizada pela reorganização societária dos bancos privados existentes desde a adoção do Plano Real.

Os bancos privados nacionais e estrangeiros atuaram tanto na aquisição de ativos e transferências de controle no âmbito do PROER, quanto no processo de privatização dos bancos públicos que aderiram ao PROES. Esse fato contribuiu para reduzir a participação dos bancos públicos no SFN.

Todavia, os bancos privados nacionais continuam preponderantes no setor bancário em relação aos bancos estrangeiros, pois reagiram ao ambiente competitivo, que foi propiciado pelas medidas de reestruturação e fortalecimento do sistema financeiro. Consta-se que as referidas medidas contribuíram para modificar a configuração do setor bancário brasileiro durante o período estudado do Plano Real.

Assim, foi possível identificar a evolução do número de bancos em funcionamento. Verifica-se que houve diversas alterações entre os bancos por setor como no próprio setor. Os bancos públicos e nacionais sofreram redução, enquanto que os estrangeiros, expansão. De um lado, as intervenções, ou bancos em regime especial, contribuíram para reduzir o número de bancos privados nacionais. Por outro lado, a abertura comercial para o capital estrangeiro, favoreceu a transferência de controle acionário dos bancos privados para os estrangeiros, como a alteração de bancos comerciais ou filiais em bancos estrangeiros.

Com base na evolução de todo o setor bancário, cabe analisar o desempenho dos bancos privados nacionais em relação aos estrangeiros a fim de verificar se houve diferença nas variáveis de desempenho dos fatores que compõem os indicadores contábeis.

4 DESEMPENHO DOS BANCOS PRIVADOS E ESTRANGEIROS

"A arte do banqueiro é a de encontrar o ponto de equilíbrio entre três preocupações: liquidez, segurança e rendimento" ¹²²

O estudo da estrutura de balanços e sua análise têm sofrido evolução conceitual e prática, uma vez que abrangem análises que não se limitam aos indicadores tradicionais, como análises horizontal e vertical, liquidez, endividamento e outros.

Acrescentam-se as dificuldades em analisar as demonstrações contábeis dos bancos comerciais e múltiplos pelo fato de atenderem de forma simultânea seus diversos usuários — órgãos de normatização, supervisão e fiscalização, proprietários, investidores, clientes ou população "bancarizada" etc.

Os órgãos institucionais e o próprio mercado têm necessitado de um número significativo de informações contábeis. Conseqüentemente, a Contabilidade Bancária se depara com novos paradigmas, que exigem soluções adequadas.

A identificação dos problemas dos bancos pode ser feita com base nas demonstrações contábeis, com a avaliação da natureza de suas contas e principais modificações em seus ativos, passivos e resultados.

Os recursos alocados aos ativos geram benefícios econômicos, definidos por receita da intermediação financeira, e os valores registrados nos passivos produzem despesas com intermediação financeira. É por meio desse processo de intermediação financeira que se forma o *spread* (resultado bruto) de um banco...

De outra maneira, a taxa de juros cobrada ao tomador de recursos visa fundamentalmente remunerar o titular da poupança, cobrir os riscos e demais custos de operação e despesas administrativas, além de gerar um resultado que remunere o capital investido na instituição (Assaf Neto, 2002, p. 277).

Dessa maneira, são analisados indicadores de desempenho com base nas principais contas de um banco, pois não é possível saber a taxa de captação de recursos junto aos clientes de um banco e nem a taxa de aplicação em operações de crédito e com títulos e valores mobiliários. Esta representa uma dificuldade em analisar desempenho de bancos e por carteira, pois as

¹²² Palavras de M. Simon, aos acionistas da Société Générale, em 1937, segundo Fontenla (1975, folha de rosto). Monsieur Félix-Léon-Joseph Simon de Pierron, então presidente da Société Générale (1932 - 1940), (presidente de honra em 1941).

demonstrações contábeis disponíveis aos usuários externos não apresentam as taxas de captação e de aplicação de recursos.

Dada essa restrição, a contribuição essencial deste estudo refere-se ao desempenho dos bancos privados nacionais e estrangeiros por meio dos indicadores de desempenho, obtidos pelas principais contas das demonstrações contábeis¹²³. Procura-se identificar as contas essenciais do COSIF referentes aos balancetes trimestrais e acessíveis a qualquer público.

Diante do fato de os bancos oficiais prejudicarem a disciplina do mercado, concorrendo no repasse de recursos financeiros para atingirem os objetivos propostos no Plano Plurianual do Governo Federal e afetando as IFs privadas concorrentes, este estudo visa analisar a evolução dos bancos e destacar o desempenho dos bancos não públicos — privados nacionais e com controle estrangeiro.

4.1 Indicadores

O estudo de indicadores, extraídos das demonstrações contábeis individuais dos bancos, mais especificamente do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, requer um exame crítico do seu significado, isto é, a decomposição de suas partes relacionadas — o numerador e o denominador.

De acordo com o princípio da continuidade:

Art. 5º – A CONTINUIDADE ou não da ENTIDADE, bem como sua vida definida ou provável, devem ser consideradas quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas.

§ 1º– A CONTINUIDADE influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou o vencimento dos passivos, especialmente quando a extinção da ENTIDADE tem prazo determinado, previsto ou previsível... (Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, 2003, p. 36).

Assim, os indicadores de rentabilidade são importantes para avaliar o desempenho. Os ativos (recursos alocados), a princípio, devem gerar benefícios econômicos (lucro), no mínimo, capazes de remunerar os valores registrados nos passivos, como as despesas, riscos e custos com a intermediação financeira.

¹²³ Sobre a estrutura contábil das demonstrações financeiras e indicadores e critérios de análise de bancos, ver Assaf Neto (2002, Capítulos 16 e 17, p. 265-96).

Com base nos dados fornecidos pelo Bacen e para fins deste estudo, são utilizados os seguintes indicadores de rentabilidade, que são avaliados com o critério "quanto maior melhor":

- **Retorno Operacional sobre o Patrimônio Líquido (R_OP_PL)** – indica o montante do Resultado Operacional em relação ao Patrimônio Líquido, ou o retorno dos recursos investidos após a apuração do resultado operacional;
- **Retorno Operacional sobre o Ativo Total (R_OP_AT)** – indica o montante do Resultado Operacional em relação ao Ativo Total (Circulante, Realizável a Longo Prazo e Permanente), ou o retorno dos recursos aplicados após a apuração do resultado operacional;
- **Margem Operacional (MOP)** – indica o montante do Resultado Operacional em relação à Receita Operacional, ou o retorno das receitas de intermediação financeira após a apuração do resultado operacional.

Já as operações de crédito (OC) são, sem dúvida, uma das áreas mais sensíveis às mudanças no ambiente econômico, e das mais significativas para o sucesso de uma entidade financeira (Oliveira, 1997, p. 92). Assim, são considerados os seguintes indicadores:

- **Retorno Operacional sobre as Operações de Crédito (R_OP_OC)** – indica o montante do Resultado Operacional em relação às Operações de Crédito, ou o retorno dos recursos aplicados exclusivamente em Operações de Crédito após a apuração do resultado operacional; em bancos, quanto maior melhor; e
- **Nível de Operações de Crédito (NOC)** – indica o montante de Operações de Crédito em relação ao Ativo Total (Circulante, Realizável a Longo Prazo e Permanente).

De um lado, os indicadores de solvência representam o volume de riqueza líquida (patrimônio líquido) diante de perdas de valor de ativos.

Uma instituição financeira pode ser considerada *solvente* quando o valor de seus ativos superar o valor de seus passivos de diferentes naturezas, formando um excedente definido por patrimônio líquido. [...] A solvência evidencia, em outras palavras, os recursos próprios de uma instituição oferecidos ao risco de sua atividade. É competência da administração dos bancos preservar um adequado montante do patrimônio líquido de forma a manter principalmente seus ativos de risco em nível adequado à dinâmica de seus negócios (Assaf Neto, 2002, p. 278).

De acordo com essa definição, este estudo utiliza o seguinte indicador:

- **Solvência (SOLV)** – indica o montante do Passivo Total (Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultado de Exercícios Futuros) em relação ao Ativo Total (Circulante, Realizável a Longo Prazo e Permanente); quanto maior melhor.

Por outro lado, a liquidez dos bancos reflete a capacidade financeira do banco em atender prontamente toda demanda por recursos de caixa. Devido aos diversos ativos operacionais e seus respectivos riscos, este estudo considera o seguinte indicador de liquidez:

- **Liquidez Geral (LIQGERAL)** – indica o montante de Passivo Operacional (Circulante e Exigível a Longo Prazo) em relação ao Ativo Operacional (Circulante e Realizável a Longo Prazo); quanto maior melhor.

O conceito operacional está relacionado às atividades típicas, regulares e habituais da instituição financeira. A maior parte das receitas operacionais origina-se de juros de créditos concedidos, de resultados da carteira de títulos e valores mobiliários e rendas de prestação de serviços e de aplicações interfinanceiras de liquidez.

As principais despesas operacionais são os juros pagos pelas captações efetuadas, prejuízos em negociações com títulos e valores mobiliários e dispêndios administrativos.

Para a apuração dos resultados, é observado rigorosamente o regime de competência das receitas e despesas (Assaf Neto, 2002, p. 272).

Do ponto de vista teórico, as Despesas relacionadas ao Ativo equivalem a um custo que, em princípio, deveria ser suficiente para cobrir as perdas com clientes ou com títulos e valores mobiliários e a manutenção do ativo permanente que a empresa optou por financiar. Assim, utiliza-se a conta de despesa Aprovisionamentos e Ajustes Patrimoniais¹²⁴ para o cálculo do indicador Despesa do Ativo em relação ao Ativo Total, a fim de evidenciar o custo envolvido na manutenção do ativo:

- **Despesa do Ativo em relação ao Ativo Total (DAAT)** – indica o montante de Despesas dos Ativos Operacionais (Circulante e Realizável a Longo Prazo) e Não Operacional (Permanente) em relação ao Ativo Total, que pode indicar eficiência; quanto menor melhor.

¹²⁴ Inclui despesas de amortização ou depreciação e de provisões operacionais, como perdas em aplicações em depósitos ou repasses interfinanceiros, desvalorização de títulos e créditos, operações de crédito de liquidação duvidosa, créditos de arrendamento de liquidação duvidosa, perdas na venda de valor residual, outros créditos de liquidação duvidosa, perdas em participações societárias ou em dependências no exterior ou em sociedades coligadas e controladas e outras.

Quanto aos indicadores de eficiência, não há uniformidade na sua aplicação em bancos. Assaf Neto (2002, p. 286) utiliza as Despesas Operacionais em relação às Receitas de Intermediação Financeira. Segundo Conjuntura Econômica (2004, p. 35), a eficiência operacional é medida em pontos e reflete Despesas Administrativas em relação ao Resultado de Intermediação Financeira. Todavia, são utilizados os seguintes indicadores de eficiência:

- **Eficiência Internacional** (EFICINT) – indica o montante de Despesas Operacionais em relação ao Ativo Operacional (Circulante e Realizável a Longo Prazo), em que quanto menor melhor; e
- **Eficiência Operacional** (EFICOP) – indica o montante de Despesas Operacionais em relação ao Resultado de Intermediação Financeira; quanto menor melhor.

4.2 Base de Dados

O dados com as demonstrações contábeis individuais (por CNPJ), com saldos trimestrais, foram obtidos exclusivamente junto ao Defin/Bacen, em setembro de 2004, com os balancetes de todas as IFs em operação no SFN¹²⁵. Foram gerados dois arquivos anuais, ambos gerados como texto e compactados pelo *software* WinZip (versão 8.1) para o período de 30/06/1994 a 30/06/2004. Os arquivos mostram o atributo (banco comercial, banco múltiplo, BB e CEF), CNPJ e sigla da IF com os saldos das contas do balancete trimestral referentes ao período de Jun/1994 a Set/2004.

Para Jun/1994, foi utilizado o programa PCOS029, que gerou um arquivo em formato de planilha do Microsoft Excel 2000 (versão 9.0), com os saldos em cruzeiro real e com centavos incluídos. Para o período de Set/1994 a Dez/2004, foi utilizado o programa PCOS028J, com os saldos real, que gerou dois arquivos de documento de texto em formato de Microsoft Wordpad, sendo o primeiro com dez contas, e o segundo, com duas contas restantes. Os dois arquivos, com as demonstrações contábeis, em formato do Microsoft Wordpad, foram unificados com todas as doze contas por meio de um programa desenvolvido para fins deste estudo. Em seguida, foi gerado em planilha do Microsoft Excel 2000 (versão 9.0) e dividido por trimestres. Finalmente foram selecionadas as contas dos bancos em funcionamento

¹²⁵ Houve uma limitação para a elaboração mais refinada desta pesquisa, pois não foi possível classificar os bancos por porte. Não há uma determinação ou um critério único, aplicados de forma consistente. Por isso, todos os bancos, independentemente do porte, foram segregados por setor.

durante os 35 trimestres e classificadas por setor. Os códigos das contas do COSIF, os respectivos títulos contábeis e os códigos das variáveis de contas (VCs) utilizados são:

10000007 – Circulante e Realizável a Longo Prazo — VC1;
 16000001 – Operações de Crédito — VC2,
 20000004 – Permanente — VC3,
 39999993 – Total Geral do Ativo, que inclui Contas de Compensação do Ativo — VC4,
 40000008 – Circulante e Exigível a Longo Prazo — VC5,
 50000005 – Resultados de Exercícios Futuros — VC6,
 60000002 – Patrimônio Líquido — VC7,
 71000008 – Receitas Operacionais — VC8,
 81000005 – Despesas Operacionais — VC9,
 81800009 – Aprovisionamentos e Ajustes Patrimoniais, que inclui despesas do Ativo — VC10,
 89000007 – Apuração de Resultado — VC11, e
 99999995 – Total Geral do Passivo, que inclui Contas de Compensação do Passivo — VC12.

Acrescenta-se a variável de conta Resultado Operacional (VC13), calculada com base nas Receitas Operacionais menos as Despesas Operacionais.

O estudo sobre indicadores de desempenho foi tabulado em Planilha do Microsoft Excel 2000 (versão 9.0) e, em seguida, transposto e analisado em Programa Estatístico para Ciências Sociais SPSS (versão 10.0).

Para as informações trimestrais de 30/06/1994, em CR\$ (cruzeiros reais), houve a necessidade de eliminar os centavos e converter em R\$ (reais) por meio da moeda de transição URV com valor de 2.750 (dois mil setecentos e cinquenta).

A base de dados possui o balancete com as principais contas do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício individuais e trimestrais por ano, ou seja, três trimestres de 1994 (jun. a dez.) e 4 trimestres de 1995 a 2004, de todas as IFs, classificadas por Atributos¹²⁶. Para fins deste estudo, foi preciso selecionar dos balancetes trimestrais apenas as IFs com atributos *B*, *U*, *L* e *M* de bancos comerciais, múltiplos, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, respectivamente.

¹²⁶ Equivale a: *U* – Bancos Múltiplos; *B* – Bancos Comerciais; *L* – Banco do Brasil; *M* – Caixa Econômica Federal; *D* – Bancos de Desenvolvimento; *I* – Bancos de Investimento; *C* – Sociedades Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários e Câmbio; *T* – Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários; e *F* – Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento.

4.3 Tratamento Estatístico

O trabalho do(a) pesquisador(a) abrange um processo de construção do conhecimento por meio de ferramentas ou instrumentos de metodologia científica. Portanto, a produção deste capítulo científico lida com uma ferramenta estatística — análise fatorial —, para tornar um instrumento de inovação disponível para a sociedade compreender a realidade.

Muitas vezes, o(a) pesquisador(a) necessita de técnicas para realizar inferências e chegar a conclusões mais seguras ao estudo. Para tal, recorre às técnicas multivariadas, que são aplicadas a inúmeras situações práticas em que se queira mensurar os efeitos ou relacionamentos entre múltiplas variáveis. Pela sua natureza, as técnicas identificam relacionamentos complexos que são difíceis de representar de maneira simples. A aplicação das técnicas multivariadas possibilita ao (à) pesquisador(a): reduzir os dados com o objetivo de simplificar estruturalmente o problema, sem perda de informações; criar grupamentos de variáveis; investigar a dependência entre variáveis; predizer o comportamento de variáveis em função de outras variáveis; e formular e testar hipóteses (Hair Jr., 1998, p. 3).

Os tipos de análises multivariadas são: análise fatorial, regressão múltipla, análise discriminante, análise de agrupamentos etc. Com base na abordagem sugerida por Hair Jr. (1998), os dados desta pesquisa apresentam-se de acordo com os procedimentos para serem tratados e avaliados pela ferramenta Análise Fatorial com base em Componentes Principais.

Quando penso em análise fatorial, duas palavras me vêm à mente: "curiosidade" e "parcimônia". Parece ser um par muitíssimo estranho – mas não em relação à análise fatorial.

Curiosidade quer dizer querer saber o que existe em um lugar, como funciona, por que está ali e por que funciona... o que está por trás dela. ... Os cientistas são curiosos... Querem saber o que há por detrás das coisas. E querem isso da maneira mais parcimoniosa possível. ... A explicação mais simples possível é a melhor – embora nem sempre: a este ideal podemos chamar o princípio da parcimônia (Kerlinger *Apud* Barbosa, 2002).

Análise fatorial é uma técnica multivariada de interdependência em que todas as variáveis são simultaneamente consideradas, cada uma relacionada com as demais, a fim de estudar as inter-relações existentes entre elas, buscando a redução dos dados. Ela pode ser utilizada para se examinar as variáveis latentes em função dos relacionamentos entre as variáveis manifestas.

Esta ferramenta possui dois procedimentos básicos: Análise de Componentes Principais (ACP), que se baseia na totalidade das informações de cada variável, e Análise dos Fatores Comuns (AFC), que se preocupa apenas com a variância compartilhada por todas as variáveis, sendo também conhecida com o Fatoramento¹²⁷ no Eixo Principal (Hair Jr., 1998, p. 91).

Por meio da análise fatorial, é possível determinar o número e a natureza de variáveis subjacentes a um grande número de medidas. O fator é uma variável subjacente e não diretamente observável que presumivelmente "explica" as variáveis originais, que neste estudo se referem aos indicadores de desempenho. Dessa forma, o fator é um constructo¹²⁸, é hipotético e é a combinação linear das variáveis originais de desempenho, isto é, o fator é uma variável gerada a partir das dez variáveis originais de desempenho: x_1 ou R_OP_PL ... x_{10} ou EFICOP.

Hair Jr. (1998, p. 94 e 97) propõe uma abordagem para o desenvolvimento, a interpretação, a validação e a utilização adicional de qualquer análise fatorial com base em sete estágios, que devem ser criteriosamente tratados para que se evitem prejuízos na qualidade ou na significância dos resultados da pesquisa.

O primeiro estágio não se preocupa com a significância estatística das variáveis a fim de que o pesquisador reduza a possibilidade de que conceitos relevantes venham a ser omitidos com o esforço no desenvolvimento de medidas. O segundo estágio trata do problema com a amostra, pois, caso seja pequena, pode afetar o poder estatístico dos testes e, caso contrário, pode ocorrer aumento excessivo da sensibilidade dos testes. O terceiro estágio questiona o efetivo conhecimento dos dados a serem analisados e o pesquisador deve assegurar-se de que as premissas exigidas pela técnica foram seguidas. O quarto estágio discorre do modelo adotado a fim de identificar variáveis irrelevantes passíveis de comprometerem os resultados. Devem ser feitos esforços para garantir que os resultados sejam robustos e estáveis e atendam a todas as observações da amostra. No quinto estágio, após a interpretação dos primeiros resultados das variáveis, se houver erros — resíduos, *outliers* etc. —, devem-se construir novas especificações no modelo e interpretar novamente os resultados. No sexto estágio, o pesquisador deve se esforçar para validar os resultados de suas análises. No último estágio, o pesquisador deve sugerir a utilização adicional da pesquisa realizada.

¹²⁷ Determinação dos componentes de um vetor segundo direções determinadas.

¹²⁸ Aquilo que é elaborado ou sintetizado com base em dados simples.

Na prática, os três primeiros estágios referem-se à possibilidade da aplicação da análise fatorial. Torna-se necessário conhecer o problema da pesquisa, a seleção adequada do tipo de análise a ser realizada, o desenho da pesquisa e as premissas assumidas. Nesses estágios é fundamental conhecer profundamente o modelo e o objetivo da pesquisa, pois são realizados os testes a fim de verificar a possibilidade ou não de aplicar análise fatorial. Os estágios 4, 5 e 6 tratam da análise fatorial propriamente dita, com a seleção do método do fator, da matriz de fatores, do método de rotação a ser aplicado, da interpretação da matriz de fatores com rotação, da representação do modelo de fatores e a validação da matriz de fatores. O último estágio trata de futuras contribuições adicionais da análise fatorial realizada (Hair Jr., 1998, p. 94 e 101).

A análise fatorial com base na Análise de Componentes Principais é a forma mais comum de análise fatorial e pode seguir basicamente, nos estágios 4, 5 e 6, quatro etapas:

1ª Etapa – procura formular a hipótese estatística e avaliar se as variáveis requerem uma análise do tipo-R, ou seja, com base na análise das relações entre as variáveis para identificar grupos de dimensões latentes das variáveis, que é realizado por meio do cálculo da matriz de correlação das variáveis para verificar o grau de associação entre elas, duas a duas. Devem-se observar pelo menos 50 casos;

2ª Etapa – realiza uma avaliação da matriz de correlação quanto à sua fatoração e são realizados alguns testes. O teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) verifica se a correlação de cada par de variáveis pode ser explicada pelas demais variáveis incluídas no estudo. Se o valor for igual ou menor a 0,60, a análise torna-se insatisfatória. O teste de esfericidade de Bartlett (*Bartlett test of sphericity*) além de checar se a matriz de correlação é igual à matriz-identidade, verifica se a correlação existente entre as variáveis é significativa, a ponto de apenas alguns fatores poderem representar grande parte da variabilidade dos dados originais. Se o nível de significância for pequeno, então, a aplicação da análise fatorial é adequada. Com estes cálculos estatísticos, o pesquisador decide ou não verificar a hipótese do estudo;

3ª Etapa – analisa a obtenção e a interpretação dos fatores gerados e que irão representar as novas variáveis, podendo ser selecionadas por meio de um ou mais critérios. O primeiro critério é o de identificar as variâncias comuns (*communalities*) das variáveis que representam os valores comuns da variância entre elas, pois os fatores resultantes da análise de fatores são baseados somente na variância comum. O segundo critério trata do total da variância

explicada. Neste estudo adotou-se dois métodos: (i) os fatores que tiverem o total da variância explicada com raízes latentes (*eigenvalue*) acima de 1 devem ser selecionados; e (ii) o exame dos valores da variância específica (*specific variance*), que é visualizada por cada componente de acordo com o gráfico de raízes latentes (*scree plot*), também denominado de autovalores. O terceiro critério é o de expressar as variáveis em termos de fatores. Como parâmetro de seleção para matriz de fatores, o mínimo significativo é $\pm 0,30$ para amostras menores de 100 casos. Estes coeficientes indicam o peso de cada variável no componente e são equivalentes aos coeficientes de correlação (r) entre os componentes e cada variável original. O ideal é que seja maior que 0,50 para ser significativo. A seleção da variável se processa então pelo maior valor entre os fatores. Mas, como de maneira geral todas as variáveis estão relacionadas com o primeiro fator, há dificuldade para sua interpretação. Assim, o último critério é o de gerar uma nova matriz de componentes por meio da matriz dos fatores com rotação ortogonal, sem perda de informações. O método de rotação ortogonal mais utilizado é o varimax; e

4ª Etapa – decide-se o número de fatores que será considerado e deve-se dar um nome para cada componente extraído (fator). Dessa forma, procura definir os componentes e validar os resultados da amostra pesquisada com base na nova matriz dos fatores com rotação. É recomendável que os fatores extraídos da matriz respondam por, no mínimo, 60% da variância explicada (*eigenvalues*).

Cabe destacar que, se o objetivo da pesquisa é simplificar a combinação lógica das variáveis para melhor compreensão das suas relações, então a análise fatorial é suficiente. Caso o objetivo é identificar variáveis mais apropriadas para aplicações subsequentes com outras técnicas de análise multivariada, alguma forma de redução dos dados deve ser empregada.

Diante desses aspectos, o estudo parte da análise fatorial com base na Análise de Componentes Principais, que é também denominada de análise fatorial do tipo exploratória. Exige-se a formulação de hipóteses *a priori* a respeito da estrutura de dependência dos dados, em outras palavras, o objetivo é somente explorar os dados. Contudo, caso o(a) pesquisador(a) tenha pressupostos a respeito de dados empíricos e deseje testar a hipótese de que essa estrutura preconcebida se confirme, deve-se realizar análise fatorial confirmatória.

Neste capítulo são apresentados os testes prévios da análise fatorial (estágio 1 ao 3), os resultados da análise fatorial (estágio 4 ao 6) e, no capítulo Conclusões, as contribuições para futuros estudos (estágio 7).

Tabela 11 – Estatísticas do Período Estudado.

Estatísticas					
Número	Válido	3990			
	Ausente	0			
Período					
Válido	Trimestre*	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
	03/00	114	2,9	2,9	2,9
	03/01	114	2,9	2,9	5,7
	03/02	114	2,9	2,9	8,6
	03/95	114	2,9	2,9	11,4
	03/96	114	2,9	2,9	14,3
	03/97	114	2,9	2,9	17,1
	03/98	114	2,9	2,9	20,0
	03/99	114	2,9	2,9	22,9
	06/00	114	2,9	2,9	25,7
	06/01	114	2,9	2,9	28,6
	06/02	114	2,9	2,9	31,4
	06/94	114	2,9	2,9	34,3
	06/95	114	2,9	2,9	37,1
	06/96	114	2,9	2,9	40,0
	06/97	114	2,9	2,9	42,9
	06/98	114	2,9	2,9	45,7
	06/99	114	2,9	2,9	48,6
	09/00	114	2,9	2,9	51,4
	09/01	114	2,9	2,9	54,3
	09/02	114	2,9	2,9	57,1
	09/94	114	2,9	2,9	60,0
	09/95	114	2,9	2,9	62,9
	09/96	114	2,9	2,9	65,7
	09/97	114	2,9	2,9	68,6
	09/98	114	2,9	2,9	71,4
	09/99	114	2,9	2,9	74,3
	12/00	114	2,9	2,9	77,1
	12/01	114	2,9	2,9	80,0
	12/02	114	2,9	2,9	82,9
	12/94	114	2,9	2,9	85,7
	12/95	114	2,9	2,9	88,6
	12/96	114	2,9	2,9	91,4
	12/97	114	2,9	2,9	94,3
	12/98	114	2,9	2,9	97,1
	12/99	114	2,9	2,9	100
Total		3990	100	100	

Fonte: Dados da pesquisa.

* O programa estatístico SPSS mostra os períodos com base nos números e não datas, como exemplo a data 03/00 é o número 0300. Por isso, a tabela é apresentada da forma original.

4.4 Testes Iniciais

O problema desta pesquisa é o de conhecer se há diferença entre as variáveis dos fatores que compõem os indicadores contábeis dos bancos privados nacionais e dos estrangeiros no país durante o período entre 30/06/1994 e 31/12/2002. O principal objetivo é o de verificar o problema por meio de análise multivariada.

Para tanto, devem-se estabelecer o tipo de análise multivariada e a seleção do objetivo para tal análise. Este estudo realiza análise fatorial com base na Análise Fatorial Exploratória a fim de buscar uma estrutura entre um conjunto de dez variáveis de desempenho com o objetivo de Redução de Dados. Este tipo de análise permite obter o que a base de dados fornece ao pesquisador ou "take what the data give you".

Foi selecionada uma amostra com base nos bancos não públicos com balancetes durante todo o período estudado (35 trimestres). Dessa forma, a amostra contém 72 bancos privados nacionais e 42 bancos estrangeiro, totalizando 114 bancos com 3990 observações válidas. As estatísticas do período estudado são apresentadas na Tabela 11, com o resumo de todos os trimestres válidos e ausentes, ou não considerados, a frequência do trimestre, seu percentual a ser considerado, seu percentual válido e acumulado.

O desenho da pesquisa abrange todas as variáveis de contas fornecidas pelo Bacen, com exceção: (i) do Resultado Líquido (VC11), pois uma parcela significativa dos bancos não possui essa informação; (ii) do Total Geral do Ativo (VC4); e (iii) do Total Geral do Passivo (VC12), pois ambas incluem contas de compensação. Assim, são utilizadas nove variáveis de contas fornecidas pelo Bacen, mais a conta Resultado Operacional, calculada com base na diferença entre as receitas e as despesas operacionais, com o total de dez contas. Essas variáveis de contas são utilizadas para o cálculo dos dez indicadores de desempenho, descritos no início deste capítulo.

A característica a ser medida por uma escala de múltiplos itens com várias observações chama-se constucto, que, neste trabalho, é uma análise da diferença entre as variáveis dos fatores que compõem os indicadores contábeis dos bancos privados nacionais e as dos estrangeiros.

Uma pesquisa empírica deve adotar cuidados com relação às técnicas e à coleta de dados para evitar o princípio "garbage in garbage out" (GIGO), ou seja, caso os dados originais tiverem baixa qualidade, a análise irá processar lixo e produzir lixo. Com base nesse princípio, este estudo parte dos testes iniciais das observações/casos (dados originais) por meio da Análise de Fidedignidade (*Reability Analysis*) com Escala Alfa de Cronbach e suas considerações estatísticas. Acrescentam-se as estatísticas descritivas dos indicadores contábeis para a amostra, isto é, bancos que estiveram presente desde 30/06/1994 a 31/12/2002, com o Resumo dos Casos Processados, Resumo das Médias dos Indicadores Contábeis e Análise da Variância dos Indicadores Contábeis, assim como a concatenação conceitual.

Dessa forma, o primeiro teste trata da fidedignidade, que é o grau em que uma escala produz resultados consistentes entre medidas repetidas e revela a ausência de erro aleatório¹²⁹. O "Reability Analysis" Escala Alfa verifica se a amostra está adequada; o mínimo aceitável é um alfa de 0,50 entre a matriz de correlação das variáveis de conta. Para tanto, foi utilizado o coeficiente Alfa de Cronbach, que corresponde a uma medida da consistência interna da escala. Este teste varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1 estiver o seu valor, maior a fidedignidade das dimensões do constructo.

Conforme a Tabela 12, a análise inicial de fidedignidade gera uma matriz de correlação entre as dez variáveis de contas com 3990 observações dos bancos privados nacionais e dos estrangeiros nos 35 trimestres, com um total de amostra de 114 bancos. O número de observações é bem acima de 100, como uma base para o cálculo das variáveis de correlação entre as variáveis. Em seguida, são reveladas as estatísticas do total de itens (variáveis de contas) com: a média da escala se o item é excluído, a variância da escala se o item é excluído, a correlação total do item corrigido, a correlação múltipla quadrada, e o alfa se o item é excluído. Por fim, a Análise de Fidedignidade com Escala Alfa de Cronbach dos coeficientes de fidedignidade de dez itens (variáveis de contas) possui um Alfa de 0,7274 e indica que a escala apresentou consistência entre as variáveis de conta. A fidedignidade da escala apresenta um valor representativo e é indicado para estudos exploratórios.

¹²⁹ Tal erro é grau para o qual os valores observados não representam os valores reais por vários motivos, por exemplo, erro na digitação de dados. O impacto do erro de mensuração é, em parte, ocultar alguma relação (i.e., correlações ou comparação de grupos de médias). A redução de escalas diminui o erro de mensuração ao utilizar indicadores múltiplos para reduzir a confiança sob um efeito único (Hair Jr., 1998, p. 116).

Tabela 12 – Análise de Fidedignidade das Variáveis de Conta.

Matriz de Correlação das Variáveis de Conta										
	VC1	VC2	VC3	VC5	VC6	VC7	VC8	VC9	VC10	VC13
VC1	1,0000									
VC2	,9513	1,0000								
VC3	,8382	,8158	1,0000							
VC5	,9979	,9525	,8604	1,0000						
VC6	,2343	,2406	,2092	,2332	1,0000					
VC7	,8538	,8538	,9108	,8516	,2172	1,0000				
VC8	,7123	,6408	,6415	,7143	,1963	,6293	1,0000			
VC9	-,6974	-,6271	-,6313	-,7003	-,1929	-,6246	-,9967	1,0000		
VC10	-,6489	-,6323	-,6742	-,6553	-,1648	-,6733	-,5535	,5538	1,0000	
VC13	,3790	,3437	,3033	,3691	,0967	,2366	,3274	-,2496	-,1568	1,0000
Número de Observações = 3990										
Estatísticas do Total de Itens										
	Média da Escala se o Item é Excluído	Variância da Escala se o Item é Excluído	Correlação Total do Item Corrigido	Correlação Múltipla Quadrada	Alfa se o Item é Excluído					
VC1	4474730946,0	1,4593029E+20	,9909	1,0000	,5415					
VC2	6554233157,9	2,9011205E+20	,9507	,9118	,6424					
VC3	7105596732,6	3,3774626E+20	,8583	,9989	,6941					
VC5	4521796865,0	1,4103003E+20	,9941	1,0000	,5441					
VC6	7429065930,8	3,7917725E+20	,2373	,0687	,7364					
VC7	7075122872,8	3,4721328E+20	,8619	,9982	,7037					
VC8	6812990382,1	3,2596466E+20	,6514	1,0000	,6879					
VC9	8024788274,0	4,3833200E+20	-,7439	1,0000	,7994					
VC10	7465383340,0	3,8259560E+20	-,6643	,5076	,7399					
VC13	7407629940,4	3,7665467E+20	,3749	1,0000	,7339					
Análise de Fidedignidade – Escala (Alfa)										
Coeficientes de Fidedignidade 10 itens										
Alfa = ,7274 Alfa do item padronizado = ,6574										

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto às variáveis relacionadas aos indicadores contábeis por setor, a Tabela 13 apresenta as estatísticas do período estudado com o número observações incluídas (válidas), excluídas (ausentes) e o seu total. Esses números referem-se aos casos por setor dos 114 bancos durante 35 trimestres. Verifica-se que 100% dos casos foram incluídos, com duas exceções. A primeira refere-se aos 208 casos excluídos do indicador Retorno Operacional sobre as Operações de Crédito (R_OP_OC), pois não possuem tais operações ou o denominador de tal indicador é zero. A segunda diz respeito a uma exclusão do indicador Margem Operacional (MOP), pois o denominador (resultado operacional) é zero.

Tabela 13 – Resumo dos Casos Processados.

Indicador	Observações					
	Incluídas		Excluídas		Total	
	Número	Percentual	Número	Percentual	Número	Percentual
R_OP_PL * Setor	3990	100,0%	0	,0%	3990	100,0%
R_OP_AT * Setor	3990	100,0%	0	,0%	3990	100,0%
R_OP_OC * Setor	3782	94,8%	208	5,2%	3990	100,0%
NOC * Setor	3990	100,0%	0	,0%	3990	100,0%
SOLV * Setor	3990	100,0%	0	,0%	3990	100,0%
LIQGERAL * Setor	3990	100,0%	0	,0%	3990	100,0%
DAAT * Setor	3990	100,0%	0	,0%	3990	100,0%
EFICINT * Setor	3990	100,0%	0	,0%	3990	100,0%
EFICOP * Setor	3990	100,0%	0	,0%	3990	100,0%
MOP * Setor	3989	100,0%	1	,0%	3990	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 14 exibe a média, o número de casos e o desvio-padrão dos dez indicadores contábeis por setor bancário e do total analisado, a fim de confirmar o número de casos estudados e ter uma noção do comportamento dos indicadores. Verifica-se que as médias dos indicadores dos bancos privados nacionais são diferentes dos estrangeiros.

Tabela 14 – Resumo das Médias dos Indicadores Contábeis.

Indicador	Setor Privado Nacional			Setor Estrangeiro			Total		
	Média	Número de Casos	Desvio-Padrão	Média	Número de Casos	Desvio-Padrão	Média	Número de Casos	Desvio-Padrão
R_OP_PL	0,0645	2520	0,6239	0,0374	1470	1,0786	0,0534	3990	0,8246
R_OP_AT	0,0160	2520	0,0421	0,0087	1470	0,0746	0,0133	3990	0,0565
R_OP_OC	0,1926	2401	2,2424	0,2032	1381	2,7390	0,1965	3782	2,4373
NOC	0,3268	2520	0,2135	0,2598	1470	0,2292	0,3019	3990	0,2200
SOLV	0,8080	2520	1,8073	0,8032	1470	0,2228	0,8062	3990	1,4389
LIQGERAL	0,8726	2520	0,3286	0,8571	1470	0,2311	0,8668	3990	0,2965
DAAT	0,0194	2520	0,0474	0,0154	1470	0,0526	0,0179	3990	0,0493
EFICINT	0,2162	2520	0,5339	0,2467	1470	0,3919	0,2275	3990	0,4866
EFICOP	0,0193	2520	0,0619	0,0079	1470	0,1058	0,0151	3990	0,0811
MOP	0,0086	2519	1,5181	0,0476	1470	0,3794	0,0230	3989	1,2282

Fonte: Dados da pesquisa.

Logo após a geração do resumo das médias, foi processada a Tabela 15 de análise da variância, para validar a mensuração empírica pela análise de variância entre, dentro e total de grupos. O teste revela quatro indicadores com nível de significância abaixo de 0,05: Retorno Operacional sobre o Ativo (R_OP_AT), Nível de Operações de Crédito (NOC) e Eficiência Operacional (EFICOP), com 0,00; e Despesa do Ativo em Relação ao Ativo Total (DAAT), com 0,012. Essas significâncias são suficientes para prosseguir uma análise exploratória e verificar a hipótese substantiva do estudo.

Tabela 15 – Análise da Variância.

ANOVA						
		Soma dos Quadrados	Grau de Liberdade	Média Quadrada	F	Significância
R_OP_PL * Setor	Entre Grupo (Combinado)	,681	1	,681	1,010	,315
	Dentro Grupo	2689,566	3988	,674		
	Total	2690,247	3989			
R_OP_AT * Setor	Entre Grupo (Combinado)	,053	1	,053	16,798	,000
	Dentro Grupo	12,649	3988	,003		
	Total	12,702	3989			
R_OP_OC * Setor	Entre Grupo (Combinado)	,098	1	0,098	,575	,448
	Dentro Grupo	22044,2	3780	5,942		
	Total	22044,3	3781			
NOC * Setor	Entre Grupo (Combinado)	4,578	1	4,578	95,077	,000
	Dentro Grupo	192,025	3988	,048		
	Total	196,604	3989			
SOLV * Setor	Entre Grupos (Combinado)	1,189	1	1,189	2,061	1,51
	Dentro Grupos	2,300	3988	5,768		
	Total	2,301	3989			
LIQGERAL * Setor	Entre Grupo (Combinado)	,223	1	,223	2,540	,111
	Dentro Grupo	350,524	3988	,088		
	Total	350,747	3989			
DAAT * Setor	Entre Grupo (Combinado)	,015	1	,015	6,345	,012
	Dentro Grupo	9,675	3988	,002		
	Total	9,690	3989			
EFICINT * Setor	Entre Grupo (Combinado)	,859	1	,859	,577	,057
	Dentro Grupo	943,669	3988	,237		
	Total	944,528	3989			
EFICOP * Setor	Entre Grupo (Combinado)	,121	1	,121	18,438	,000
	Dentro Grupo	26,088	3988	,007		
	Total	26,209	3989			
MOP * Setor	Entre Grupo (Combinado)	1,410	1	1,410	,935	,334
	Dentro Grupo	6014,371	3987	1,508		
	Total	6015,781	3988			

Fonte: Dados da pesquisa.

Uma vez realizados os testes iniciais, deve ser selecionado o tipo de análise fatorial a ser realizado para as observações ou casos processados. Esta pesquisa utiliza a Análise Fatorial do tipo Exploratória, com a Análise dos Componentes Principais, a fim de reduzir os dados (indicadores contábeis) e evidenciar quais as variáveis dos fatores que explicam o comportamento/desempenho dos bancos privados nacionais e dos estrangeiros durante o período estudado. Portanto, realiza-se uma Análise Fatorial do Tipo Exploratória, com Redução de Dados, e a análise de fatores é do tipo-R ou "*R-type Factor Analysis*", que trata de identificar as dimensões latentes (fatores) e o cálculo de correlação dos dez indicadores de desempenho para verificação do grau de associação entre eles, dois a dois. Tal análise permite verificar se há ou não diferença entre as variáveis dos fatores que compõem os indicadores contábeis dos dois setores bancários.

4.5 Análise Fatorial e Resultados

Como tratado no item anterior, a análise fatorial é uma técnica de análise multivariada adequada para o processamento dos dados coletados para responder o problema deste estudo. Para a sua realização, foram seguidos três estágios iniciais, descritos no tópico anterior, três estágios seguintes, além de subsídios para futuros estudos, revelados nas conclusões.

Primeiro Estágio

Para aplicar a análise fatorial, deve-se verificar a existência de correlações entre as variáveis. Caso as correlações entre as variáveis sejam pequenas, a análise fatorial não é a técnica mais adequada para o tratamento dos dados. Destarte, torna-se necessário verificar se as variáveis da matriz de correlações são correlacionadas de forma suficiente.

A Tabela 16 exibe a matriz de correlação das variáveis dos bancos privados nacionais, enquanto que a Tabela 17, os estrangeiros. Ambas matrizes foram construídas a partir dos indicadores contábeis de desempenho obtidos sobre o grau de importância dos indicadores. Há muitas correlações significativas entre todas as variáveis. Por exemplo, as variáveis R_OP_AT (Retorno Operacional sobre o Ativo Total) com R_OP_PL (Retorno Operacional sobre o Patrimônio Líquido) e MOP (Margem Operacional), dos bancos privados nacionais (0,358 e 0,541) e dos estrangeiros (0,483 e 0,724), possuem correlações relativamente elevadas entre si. É de se esperar que estas variáveis se correlacionem com o mesmo conjunto de variáveis.

Tabela 16 – Matriz de Correlação das Variáveis dos Bancos Privados Nacionais.

Correlação	R_OP_PL	R_OP_AT	R_OP_OC	SOLV	LIQGERAL	DAAT	EFICINT	EFICOP	MB	NOC
R_OP_PL	1,000	,358	-,008	,027	,059	-,066	,051	-,307	,163	-,035
R_OP_AT	,358	1,000	,020	,097	,334	-,154	,077	-,950	,541	-,132
R_OP_OC	-,008	,020	1,000	,007	-,070	,004	-,007	-,019	,020	,035
SOLV	,027	,097	,007	1,000	,235	,055	,049	-,082	,044	-,129
LIQGERAL	,059	,334	-,070	,235	1,000	,059	-,042	-,303	,329	-,054
DAAT	-,066	-,154	,004	,055	,059	1,000	,336	,170	-,157	-,067
EFICINT	,051	,077	-,007	,049	-,042	,336	1,000	-,030	-,080	,004
EFICOP	-,307	-,950	-,019	-,082	-,303	,170	-,030	1,000	-,516	,098
MOP	,163	,541	,020	,044	,329	-,157	-,080	-,516	1,000	-,078
NOC	-,035	-,132	,035	-,129	-,054	-,067	,004	,098	-,078	1,000

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 17 – Matriz de Correlação das Variáveis dos Bancos Estrangeiros.

Correlação	R_OP_PL	R_OP_AT	R_OP_OC	SOLV	LIQGERAL	DAAT	EFICINT	EFICOP	MOP	NOC
R_OP_PL	1,000	,483	,023	,015	,101	-,434	-,153	-,422	,268	-,013
R_OP_AT	,483	1,000	,049	-,002	,256	-5,72	-,256	-,977	,724	-,027
R_OP_OC	,023	,049	1,000	,019	,024	-,021	-,029	-,041	,081	,058
SOLV	,015	-,002	,019	1,000	,199	,068	-,013	,008	-,018	-,019
LIQGERAL	,101	,256	,024	,199	1,000	,024	-,132	-,211	,298	,009
DAAT	-,434	-5,72	-,021	,068	,024	1,000	,279	,584	-,445	-,152
EFICINT	-,153	-,256	-,029	-,013	-,132	,279	1,000	,279	-,247	,110
EFICOP	-,422	-,977	-,041	,008	-,211	,584	,279	1,000	-,753	,027
MOP	,268	,724	,081	-,018	,298	-,445	-,247	-,753	1,000	-,023
NOC	-,013	-,027	,058	-,019	,009	-,152	,110	,027	-,023	1,000

Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo Estágio

Após a verificação das matrizes de correlação, torna-se necessário realizar os testes de medida de ajuste da amostra Kaiser-Meyer-Olkin (*Measure of Sampling Adequacy* KMO) e de esfericidade de Barlett. A Tabela 18 reflete os resultados destes testes para os bancos privados nacionais e para os estrangeiros, respectivamente. As medidas de ajuste da amostra KMO são de 0,635 (nacionais) e de 0,719 (estrangeiros), superiores à recomendada de 0,60, enquanto que o teste de esfericidade de Barlett mostra um qui-quadrado aproximado de 8027 (nacionais) e de 7182 (estrangeiros) e grau de liberdade de 45 (nacionais e estrangeiros) com significância 0,000 (nacionais e estrangeiros). Com esses resultados, a análise fatorial pode ser aplicada ao conjunto de variáveis de desempenho.

Tabela 18 – Testes KMO e Barlett.

Testes		Privados Nacionais	Estrangeiros
Medida de Ajuste da Amostra Kaiser-Meyer-Olkin		,635	,719
Teste de Esfericidade de Barlett	Qui-Quadrado Aproximado	8026,954	7181,618
	Grau de Liberdade	45	45
	Significância	,000	,000

Fonte: Dados da Pesquisa.

Terceiro Estágio

O critério *communality* é importante para analisar a extração da variância comum e, em seguida, analisar as raízes latentes (ou *eigenvalues*) dos componentes. A "comunalidade" é a medida de quanto da variância de uma variável é compartilhada com as outras variáveis. Avalia a contribuição da variável ao modelo construído pela análise fatorial. Uma alta *communality* de uma variável indica que a mesma tem muito em comum com as outras variáveis tomadas em conjunto. Para a amostra com menos de 100 casos, recomenda-se que cada fator seja superior a +/- 0,30. No caso desta pesquisa, decidiu-se adotar esse parâmetro como base inicial.

Conforme a Tabela 19, a primeira variável de indicador (R_OP_PL) dos bancos privados nacionais possui 38,1% da variação compartilhada com as demais variáveis/indicadores. Desse modo, verifica-se que todas as variáveis de indicador possuem uma extração da variância comum acima de 0,30, com exceção do Nível das Operações de Crédito (NOC), de 0,220 dos bancos privados nacionais, e do Retorno Operacional das Operações de Crédito (R_OP_OC) dos bancos estrangeiros, de 0,266.

Tabela 19 – Variância Comum (Communality).

Variáveis/ Indicadores	Privados Nacionais		Estrangeiros	
	Inicial	Extração	Inicial	Extração
R_OP_PL	1	,381	1	,355
R_OP_AT	1	,899	1	,890
R_OP_OC	1	,967	1	,266
SOLV	1	,564	1	,521
LIQGERAL	1	,530	1	,625
DAAT	1	,650	1	,654
EFICINT	1	,730	1	,284
EFICOP	1	,855	1	,877
MOP	1	,536	1	,681
NOC	1	,220	1	,733
Método de Extração: Análise dos Componentes Principais.				

Fonte: Dados da pesquisa.

O próximo teste sobre as variâncias entre os componentes das variáveis deve ser realizado a fim de identificar as raízes latentes (*eigenvalues* / autovalores) dos fatores a serem extraídos na análise.

O *eigenvalue* é a medida de quanto da variância total das medidas realizadas pode ser explicada pelo fator. Essa corresponde à fase principal da análise fatorial, pois é de onde se extraem os fatores.

A raiz latente refere-se à soma dos quadrados das cargas fatoriais ou à correlação entre fator e variáveis originais, e avalia a contribuição do fator ao modelo construído pela análise fatorial.

Desse modo, apenas os fatores com raízes latentes maiores que 1 são retidos e considerados significantes, pois, se um fator não consegue explicar ao menos a quantidade de variância contida em uma única variável original, ele perde o sentido, dado o objetivo da técnica fatorial. Caso a variância seja menor que 1, significa que a raiz latente explica parte da variância.

O critério da porcentagem da variância busca atingir um percentual da variância de fatores sucessivos. O propósito é garantir significância prática.

O número de fatores extraídos é determinado de modo que o percentual acumulado (%) da variância explicada atinja "um certo nível". Esse nível é uma decisão subjetiva. Nas ciências naturais, é comum se adotar um parâmetro de 90% a 95%. Nas ciências sociais, é comum adotar parâmetros de 60% a 70%.

As Tabelas 20 e 21 apresentam o total da variância explicada do conjunto de dez indicadores por meio da técnica de raízes latentes (*eigenvalues*). São apresentadas as variâncias por meio das raízes latentes iniciais, da extração da soma de quadrados das cargas fatoriais e da rotação da soma de quadrados das cargas fatoriais.

Conforme a Tabela 20, o primeiro componente (ou fator) consegue explicar 2,774 das dez variáveis de desempenho, enquanto que o fator dois explica 1,4; o fator três explica 1,155; e o fator quatro, 1,055. Os outros fatores não são considerados, pois não se consegue explicar a quantidade de variância contida em uma única variável original. Assim, foram considerados quatro fatores para os bancos privados nacionais, que explicam 63,334% da variância e com raízes latentes acima de 1.

Tabela 20 – Total da Variância Explicada dos Bancos Privados Nacionais.

Compo- nente	Raízes Latentes (<i>eigenvalues</i>) Iniciais			Extração da Soma de Quadrados das Cargas Fatoriais			Rotação da Soma de Quadrados das Cargas Fatoriais		
	Total	Variância	Acumulado	Total	Variância	Acumulada	Total	Variância	Acumulada
		(%)	(%)		(%)	(%)		(%)	(%)
1	2,774	27,738	27,738	2,774	27,738	27,738	2,574	25,744	25,744
2	1,400	14,002	41,740	1,400	14,002	41,740	1,380	13,797	39,541
3	1,155	11,546	53,285	1,155	11,546	53,285	1,368	13,682	53,223
4	1,055	10,048	63,334	1,005	10,048	63,334	1,011	10,111	63,334
5	,964	9,640	72,974						
6	,868	8,638	81,657						
7	,729	7,287	88,944						
8	,536	5,358	94,302						
9	,524	5,245	99,547						
10	,045	,453	100,000						

Método de Extração: Análise dos Componentes Principais.

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme a Tabela 21, foram considerados três fatores para os bancos estrangeiros, que explicam 58,862% da variância e com raízes latentes acima de 1.

Tabela 21 – Total da Variância Explicada dos Bancos Estrangeiros.

Compo- nente	Raízes Latentes (<i>eigenvalues</i>) Iniciais			Extração da Soma de Quadrados das Cargas Fatoriais			Rotação da Soma de Quadrados das Cargas Fatoriais		
	Total	Variância	Acumulado	Total	Variância	Acumulada	Total	Variância	Acumulada
		(%)	(%)		(%)	(%)		(%)	(%)
1	3,543	35,431	35,431	3,543	35,431	35,431	3,499	34,987	34,987
2	1,249	12,492	47,923	1,249	12,492	47,923	1,284	12,842	47,830
3	1,094	10,939	58,862	1,094	10,939	58,862	1,103	11,032	58,862
4	,976	9,760	68,622						
5	,888	8,876	77,498						
6	,846	8,464	85,962						
7	,706	7,059	93,021						
8	,396	3,964	96,985						
9	,282	2,822	99,807						
10	,019	,193	100,000						

Método de Extração: Análise dos Componentes Principais.

Fonte: Dados da pesquisa.

O próximo teste é realizado por meio de um plano com as raízes latentes (*scree plot*). Na Análise dos Componentes Principais, os últimos fatores têm variância específica (ou variância associada com uma única variável) numa proporção muito maior que nos primeiros fatores. O teste *scree* é usado para selecionar um número "ótimo" de fatores a partir do qual a variância específica começa dominar a estrutura de variância comum. A decisão é tomada com base em um gráfico relacionado às raízes latentes (*eigenvalues*) e o número de componentes (fatores). Quando a curva começar a diminuir em intensidade de queda, considera-se esse ponto como "ponto de seleção" do número de fatores, conforme apresentado no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Raízes Latentes (Scree Plot).

Dados da pesquisa.

O conjunto dos três testes (variância comum, raízes latentes e *scree plot*) sugere extrair quatro fatores para os bancos privados nacionais e três fatores para os bancos estrangeiros.

Tabela 22 – Matriz dos Fatores.

Privados Nacionais					Estrangeiros			
Variáveis / Indicadores	Fatores*				Variáveis / Indicadores	Fatores**		
	1	2	3	4		1	2	3
R_OP_AT	,932	,030	,173	-,008	R_OP_AT	,943	,005	-,009
EFICOP	-,910	,018	-,165	,002	EFICOP	-,936	,018	,027
MOP	,716	-,122	-,080	,051	MOP	,818	,104	,019
LIQGERAL	,502	,242	-,467	,018	DAAT	-,711	,376	-,081
R_OP_PL	,443	,013	,393	-,174	R_OP_PL	,580	-,138	-,007
DAAT	-,221	,767	,113	,024	EFICINT	-,407	-,130	,319
EFICINT	-,013	,698	,488	-,065	LIQGERAL	,307	,704	,186
SOLV	,190	,411	-,541	,258	SOLV	,001	,686	,226
NOC	-,180	-,276	,332	,036	NOC	-,002	-,303	,800
R_OP_OC	,003	-,069	,253	,948	R_OP_OC	,077	,048	,508
Método de Extração: Análise dos Componentes Principais.								
* Extração de 4 fatores.								
** Extração de 3 fatores.								

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com a Tabela 22, verifica-se o peso para expressar as variáveis padronizadas em termos de fatores. Estes pesos são denominados de cargas fatoriais e representam as correlações entre as variáveis de desempenho da matriz. A maior parte das cargas fatoriais está no fator um, que dificulta sua interpretação. Deste modo, a matriz de fatores é denominada de incompleta, pois torna-se necessário utilizar outra técnica de geração de matriz para se obter os fatores relevantes que expliquem as raízes latentes.

Para que a matriz incompleta se torne mais simples e mais fácil de se interpretar, utiliza-se o método de rotação de matrizes. Normalmente, o método mais utilizado é o ortogonal (rotação de noventa em noventa graus) varimax (gera fatores com carga fatorial tendendo a 0 e 1). Procura-se reduzir o número de variáveis, que tem alta carga em determinado fator, e apresentar resultados que facilitem identificar cada variável em um só fator.

A Tabela 23 apresenta a matriz dos fatores com rotação dos bancos privados nacionais e dos estrangeiros. Nesta matriz, é possível identificar as cargas fatoriais. De acordo com Hair Jr. (1998, p. 112), para uma amostra de 100 casos, a carga fatorial igual ou acima de $\pm 0,55$ é significativa, enquanto que $\pm 0,50$ é significativa para uma amostra de 120 casos¹³⁰. Entretanto, estes parâmetros são conservadores. A matriz gerada pelo método varimax assumiu uma carga fatorial próxima de $\pm 0,40$ para um número de 3990 observações.

Tabela 23 – Matriz dos Fatores com Rotação.

Privados Nacionais					Estrangeiros			
Variáveis / Indicadores	Fatores*				Variáveis / Indicadores	Fatores**		
	1	2	3	4		1	2	3
R_OP_AT	,931	,180	-,011	,032	R_OP_AT	,934	,133	-,021
EFICOP	-,909	-,156	,055	-,039	EFICOP	-,930	-,105	,034
MOP	,645	,247	-,238	,047	MOP	,796	,218	-,016
R_OP_PL	,560	-,192	,147	-,092	DAAT	-,755	,244	-,160
SOLV	-,045	,734	,069	,136	R_OP_PL	,593	-,054	,018
LIQGERAL	,299	,655	-,071	-,074	EFICINT	-,392	-,104	,346
NOC	-,046	-,450	-,064	,108	LIQGERAL	,203	,764	,008
EFICINT	,125	-,067	,843	-,001	SOLV	-,097	,713	,055
DAAT	-,207	,212	,750	,010	NOC	,022	-,100	,850
R_OP_OC	,019	-,072	,009	,981	R_OP_OC	,059	,179	,480
Método de Extração: Análise dos Componentes Principais.								
Método de Rotação: Varimax com Padronização de Kaiser.								
* Rotação convergida em 5 iterações.								
** Rotação convergida em 4 iterações.								

Fonte: Dados da pesquisa.

¹³⁰ Com base em: 0,05 de nível de significância (alfa), nível de potência de 80%, e erro padronizado assumido como duas vezes dos coeficientes de correlação convencionais.

Pode-se constatar que, para os bancos privados, o fator de maior importância (F1) é atribuído a quatro indicadores: Retorno Operacional sobre o Ativo Total (R_OP_AT), Eficiência Operacional (EFICOP), Margem Operacional (MOP), e Retorno Operacional sobre o Patrimônio Líquido (R_OP_PL). O segundo fator (F2) atribui maior importância para três: Solvência (SOLV), Liquidez Geral (LIQGERAL), e Nível de Operações de Crédito (NOC). O terceiro fator (F3) de maior importância considera dois: Eficiência Internacional (EFICINT) e Despesa do Ativo em Relação ao Ativo Total (DAAT). O último fator (F4) contempla apenas o Retorno Operacional sobre as Operações de Crédito (R_OP_OC).

Para os bancos estrangeiros, são atribuídos três fatores. O fator 1 (F1) atribui importância para os mesmos quatro indicadores de F1 dos bancos privados nacionais e inclui mais dois: Margem Operacional (MOP) e Despesa do Ativo em Relação ao Ativo Total (DAAT). O segundo fator (F2) atribui importância para: Solvência (SOLV) e Liquidez Geral (LIQGERAL). O terceiro fator (F3) considera: Nível de Operações de Crédito (NOC) e Retorno Operacional sobre as Operações de Crédito (R_OP_OC).

Tabela 24 – Matriz de Transformação dos Fatores.

Privados Nacionais					Estrangeiros			
Fator	1	2	3	4	Fator	1	2	3
1	0,937	0,326	-0,128	0,011	1	0,99	0,138	-0,012
2	-0,048	0,482	0,874	-0,043	2	-0,137	0,961	-0,24
3	0,339	-0,795	0,466	0,189	3	-0,021	0,239	0,971
4	-0,077	0,17	-0,05	0,981				
Método de Extração: Análise dos Componentes Principais.								
Método de Rotação: Varimax com Padronização de Kaiser.								

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 24 mostra a matriz de transformação dos fatores, que representa os coeficientes a serem aplicados sobre a matriz de fatores originais para extração da matriz com rotação. Os coeficientes próximos de zero indicam baixa rotação, e os coeficientes acima de 0,50 indicam alta rotação no fator. Identifica-se o fator 4 (F4) com mais cargas fatoriais (0,981) recebidas em relação aos bancos privados nacionais e, aos bancos estrangeiros, o fator 1 (F1), com 0,99.

As Figuras 4 e 5 ilustram o plano dos fatores no intervalo com rotação (*component plot in rotated space*). Para os bancos privados nacionais, aparecem apenas três fatores; não é possível evidenciar o fator quatro, pois se encontra atrás do plano. Os três fatores dos bancos estrangeiros são mostrados no plano.

Figura 4 – Plano dos Fatores dos Bancos Privados Nacionais.

Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 5 – Plano dos Fatores dos Bancos Estrangeiros.

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 25 mostra os coeficientes, expressados em números, que serviram de ponderação para cada variável no cálculo dos fatores.

O coeficiente fatorial (*factor score*) é a medida assumida pelos objetos estudados (variáveis de indicadores de desempenho) na função derivada da análise. Quando mais de uma função é derivada, pode-se entender tal cálculo como as coordenadas de cada variável estudada. Dado que foram identificados os parâmetros $a_1, a_2, \dots, a_n$ da combinação linear

$$F = a_1X_1 + a_2X_2 + \dots + a_nX_n ,$$

se a cada variável de análise forem aplicados tanto a combinação de suas medidas quanto os parâmetros, o resultado obtido é o escore fatorial daquele objeto. De acordo com o método Análise dos Componentes Principais, estes escores definem os coeficientes exatos dos fatores.

Tabela 25 – Matriz de Coeficientes dos Escores Fatoriais.

	Privados Nacionais				Estrangeiros		
	Fator				Fator		
	1	2	3	4	1	2	3
R_OP_PL	,278	-,244	,155	-,105	,177	-,085	,018
R_OP_AT	,365	-,001	,046	,022	,263	,039	-,012
R_OP_OC	,005	-,037	,012	,969	,007	,152	,441
SOLV	-,129	,580	,017	,152	-,079	,577	,069
LIQGERAL	,023	,468	-,062	-,063	,005	,595	,029
DAAT	-,070	,164	,533	,018	-,239	,244	-,142
EFICINT	,120	-,109	,637	-,005	-,106	-,046	,309
EFICOP	-,356	,013	-,013	-,029	-,264	-,016	,024
MOP	,218	,106	-,144	,043	,217	,116	-,006
NOC	,043	-,339	-,031	,098	,017	-,058	,769
Método de Extração: Análise dos Componentes Principais.							
Método de Rotação: Varimax com Padronização de Kaiser.							

Fonte: Dados da pesquisa.

Por fim, as Tabelas 26 e 27 revelam a matriz de covariância ou correlação dos escores fatoriais. Os resultados abaixo da diagonal têm valor zero, o que significa que os escores fatoriais possuem nível de significância satisfatórios.

Tabela 26 – Matriz de Covariância dos Escores Fatoriais dos Bancos Privados Nacionais.

Fator	1	2	3	4
1	1,000	,000	,000	,000
2	,000	1,000	,000	,000
3	,000	,000	1,000	,000
4	,000	,000	,000	1,000
Método de Extração: Análise dos Componentes Principais.				
Método de Rotação: Varimax com Padronização de Kaiser.				

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 27 – Matriz de Covariância dos Escores Fatoriais dos Bancos Estrangeiros.

Fator	1	2	3
1	1,000	,000	,000
2	,000	1,000	,000
3	,000	,000	1,000
Método de Extração: Análise dos Componentes Principais.			
Método de Rotação: Varimax com Padronização de Kaiser.			

Fonte: Dados da pesquisa.

Uma vez revelados os fatores em ordem de importância atribuídos aos indicadores de desempenho contábil, necessita-se denominar cada um deles. Os componentes e a denominação de cada fator são apresentados no Quadro 5 para facilitar a visualização e a interpretação de um arranjo lógico dos fatores por setor bancário.

Quadro 5 – Fatores e seus Componentes.

Fatores dos Privados Nacionais				Fatores dos Estrangeiros		
F1 Lucratividade BPN	F2 Capaci/ de Financia/ BPN	F3 Eficiência BPN	F4 Empréstimos BPN	F1 Lucratividade BE	F2 Capaci/ de Financia/ BE	F3 Empréstimos BE
R_OP_AT EFICOP MOP R_OP_PL	SOLV LIQGERAL NOC	EFICINT DAAT	R_OP_OC	R_OP_AT EFICOP MOP DAAT R_OP_PL EFICINT	LIQGERAL SOLV	NOC R_OP_OC

Elaboração própria.

Em relação à denominação dos fatores, o fator 1 (F1) dos bancos privados nacionais pode ser denominado de Lucratividade, pois três indicadores (Retorno Operacional sobre o Ativo (R_OP_AT), Margem Operacional (MOP) e Retorno Operacional sobre o Patrimônio Líquido (R_OP_PL)) dizem respeito ao resultado, e a Eficiência Operacional (EFICOP) se relaciona com obtenção de lucro. O fator 2 (F2) contempla indicador de Solvência (SOLV), Liquidez Geral (LIQGERAL) e Nível de Operações de Crédito (NOC); assim, pode ser denominado de Capacidade de Financiamento do Ativo. O fator 3 (F3) é nomeado de Eficiência, pois envolve os indicadores de Eficiência Internacional (EFICINT) e Despesa do Ativo em Relação ao Ativo Total (DAAT). O fator 4 (F4) é denominado de Empréstimos, pois envolve o Retorno Operacional sobre as Operações de Crédito (R_OP_OC).

Quanto aos bancos estrangeiros, o fator 1 (F1) também pode ser denominado de Lucratividade, pois três indicadores (Retorno Operacional sobre o Ativo (R_OP_AT), Margem Operacional (MOP) e Retorno Operacional sobre o Patrimônio Líquido (R_OP_PL))

dizem respeito ao resultado, enquanto que outros três indicadores relacionam-se com eficiência — Eficiência Operacional (EFICOP), Despesa do Ativo em Relação ao Ativo Total (DAAT) e Eficiência Internacional (EFICINT). O fator 2 (F2) contempla indicador de Solvência (SOLV) e Liquidez Geral (LIQGERAL) e é denominado de Capacidade de Financiamento do Ativo, pois relaciona-se com solvibilidade imediata de caixa. O fator 3 (F3) é nomeado de Empréstimos, pois envolve os indicadores relacionados com os dois indicadores que se ligam diretamente com as operações de crédito: Retorno Operacional sobre as Operações de Crédito (R_OP_OC) e Nível de Operações de Crédito (NOC).

O Quadro 6 contém as dimensões dos fatores ($F_1...F_n$), suas denominações e os indicadores contábeis componentes de cada fator por setor estudado.

Quadro 6 – Denominação e Variáveis dos Fatores.

Privados Nacionais		Estrangeiros	
F1	Lucratividade	F1	Lucratividade
	Retorno Operacional s/ Ativo		Retorno Operacional s/ Ativo
	Margem Operacional		Margem Operacional
	Retorno Operacional s/ Patrimônio Líquido		Retorno Operacional s/ Patrimônio Líquido
	Eficiência Operacional		Eficiência Operacional
			Despesa do Ativo em Relação ao Ativo Total
			Eficiência Internacional
F2	Capacidade de Financiamento do Ativo	F2	Capacidade de Financiamento do Ativo
	Solvência		Solvência
	Liquidez Geral		Liquidez Geral
	Nível de Operações de Crédito		
F3	Eficiência		
	Eficiência Internacional		
	Despesa do Ativo em Relação ao Ativo Total		
F4	Empréstimos	F3	Empréstimos
	Retorno Operacional s/ Operações de Crédito		Retorno Operacional s/ Operações de Crédito
			Nível de Operações de Crédito

Elaboração própria.

4.6 Contribuição

Por meio da Análise Fatorial, constata-se que o número de fatores e as variáveis dos fatores que compõem os indicadores contábeis dos bancos privados nacionais são diferentes dos bancos estrangeiros no país durante o período estudado do Plano Real.

Portanto, foi possível validar a hipótese substantiva deste estudo e comprovar, de forma empírica, que existem diferenças entre as variáveis dos fatores que compõem os indicadores contábeis de desempenho — rentabilidade, solvência e liquidez, nível de operações de crédito e eficiência —, dos bancos privados nacionais em relação aos estrangeiros no país durante o período estudado.

A diferença constatada no número de fatores e no número de variáveis, que compõe cada fator dos bancos privados nacionais em relação aos bancos estrangeiros, revela que a avaliação de desempenho dos bancos privados nacionais não possui os mesmos indicadores de desempenho dos bancos estrangeiros, pois cada setor possui comportamentos diferentes de desempenhos.

Por exemplo, o fator Lucratividade dos bancos privados nacionais significa, principalmente, resultado operacional, enquanto que, para os estrangeiros, significa resultado operacional mais eficiência.

Do mesmo modo, a Capacidade de Financiamento do Ativo dos bancos estrangeiros é evidenciada pela solvibilidade e, para os bancos privados nacionais, acrescenta-se o nível de empréstimos. Já o fator Empréstimos dos bancos privados nacionais contempla a rentabilidade, ao passo que, para os bancos estrangeiros, converge-se em nível e rentabilidade.

De um lado, a eficiência dos bancos privados nacionais é mostrada com clareza em um único fator ($F3_{\text{PRIVADOS NACIONAIS}}$), que compõe as variáveis de desempenho de eficiência operacional e internacional.

Por outro lado, os três indicadores de eficiência dos bancos estrangeiros estão fortemente correlacionados com o fator de Lucratividade ($F1_{\text{ESTRANGEIROS}}$).

5 CONCLUSÕES

A questão do estudo reside na comparação entre o desempenho dos bancos privados nacionais em relação aos estrangeiros e na existência da diferença ou não entre as variáveis dos fatores que compõem os indicadores contábeis durante o período entre 30/06/1994 e 31/12/2002.

Para verificar o problema, foi assumido o pressuposto de que as demonstrações contábeis representam a situação econômico-financeira dos bancos, além de que a atividade típica de um banco é a captação de depósitos e sua aplicação em empréstimos aos clientes.

Por meio da análise multivariada, especificamente da técnica de Análise Fatorial, foi testada a hipótese substancial do estudo de que existe diferença entre as variáveis dos fatores que compõem os indicadores contábeis — rentabilidade, solvência e liquidez, nível de operações de crédito e eficiência —, dos bancos privados nacionais e dos bancos estrangeiros no país durante o período entre 30/06/1994 e 31/12/2002.

Constatou-se que existem diferenças entre as variáveis dos fatores que compõem os indicadores contábeis de rentabilidade, solvência e liquidez, nível de operações de crédito e eficiência dos bancos privados nacionais e dos bancos estrangeiros.

A primeira diferença consiste no número de fatores. Identificaram-se quatro fatores que explicam o desempenho dos bancos privados nacionais, ao passo que, para os estrangeiros, três fatores foram identificados.

A segunda e principal diferença reside nas variáveis de desempenho que compõem cada fator.

O primeiro fator (Lucratividade) contempla três indicadores de rentabilidade e um de eficiência para o conjunto dos bancos privados nacionais (BPN); para o conjunto de bancos estrangeiros (BE), este fator contempla seis indicadores, sendo que metade diz respeito à rentabilidade, e a outra metade, à eficiência.

O segundo fator (Capacidade de Financiamento do Ativo BPN) considera três indicadores — dois de solvibilidade e um de operações de crédito —, e é diferente do segundo fator Capacidade de Financiamento do Ativo BE, pois possui somente os dois indicadores de solvibilidade.

O terceiro fator Eficiência é designado apenas para os bancos privados nacionais com dois indicadores.

O último fator (F4 Empréstimos_{BPN}) reflete apenas o indicador de rentabilidade das operações de crédito enquanto que o fator F3 Empréstimos_{BE} reflete o nível e a rentabilidade dessas operações.

Os resultados desta pesquisa, expressados em fatores, indicam que uma adequada análise de desempenho dos bancos deve levar em conta o setor ao qual o banco pertence.

Caso o banco seja privado nacional, a lucratividade tem o sentido de retorno operacional. Se o banco for controlado pelo capital estrangeiro, lucratividade denota, de forma simultânea, retorno operacional e eficiência.

Na hipótese de o banco ser estrangeiro, Capacidade de Financiamento do Ativo diz respeito exclusivamente à aptidão imediata de caixa, na hipótese de privado nacional, relaciona-se com a aptidão imediata de caixa e com as operações de crédito.

A eficiência é um fator específico dos bancos privados nacionais. Isso indica que o setor privado nacional atribui um terceiro fator, em ordem de importância, restrito à qualidade de eficiência.

Na ocorrência de o banco ser privado nacional, empréstimos têm relação com a rentabilidade das operações de crédito e, no caso dos bancos estrangeiros, inclui-se o nível de tais transações.

Apesar dos fatores um, dois e quatro possuírem a mesma denominação, eles têm sentidos diferentes quando se compara o desempenho entre os dois setores, pois suas variáveis e os coeficientes fatoriais são diferentes.

Portanto, os resultados revelados neste estudo indicam que torna-se necessário considerar o setor bancário para uma adequada análise de desempenho de determinado banco.

Dessa forma, o objetivo principal do estudo foi atingido e revelou as principais diferenças entre os fatores que compõem as variáveis contábeis de desempenho.

Diante da importância do setor bancário no cenário atual do Sistema Financeiro Nacional, os objetivos complementares também foram alcançados.

Assim, este estudo representa apenas uma primeira etapa de uma série de pesquisas relacionadas ao desempenho dos bancos privados nacionais e dos bancos estrangeiros durante o período estudado do Plano Real. Por meio da validação da hipótese desta pesquisa exploratória, vários estudos podem ser elaborados, tais como:

- a) utilização dos dados desta pesquisa para realizar uma análise fatorial confirmatória por meio da Análise dos Fatores Comuns (AFC), que se preocupa apenas com a variância compartilhada por todas as variáveis dos bancos privados nacionais ou dos bancos estrangeiros ou de ambos;
- b) seleção de outros indicadores (substitutos) de rentabilidade, solvência, operações de crédito e eficiência ou escolha de outras variáveis substitutas (como por exemplo porte dos bancos, número de funcionários, número de agências, número de postos de atendimento bancário etc.) durante o mesmo período estudado do Plano Real, a fim de revelar se os fatores substitutos são os mesmos ou se existe ou não o mesmo comportamento dos bancos privados e estrangeiros;
- c) comparação dos escores fatoriais dos bancos por meio de técnicas de dependência, por exemplo, regressão múltipla, para interpretar a possível relação existente entre um único fator dependente e suas variáveis independentes, sendo que os fatores são mensurados de forma quantitativa por meio dos escores fatoriais, revelados nesta pesquisa;
- d) realização de técnicas de interdependência, por exemplo, análise de agrupamentos (*cluster analysis*), entre os fatores dos bancos privados nacionais e os fatores dos bancos estrangeiros para buscar grupos de comportamentos ou fatores que possam ser julgados como semelhantes;
- e) comparação dos escores fatoriais ou exploração de outros fatores dos bancos privados nacionais e dos estrangeiros não selecionados para conhecer são ou não diferentes; ou
- f) criação de escalas resumidas dos fatores obtidos para verificar se expressam o mesmo comportamento.

Essas sugestões podem ser realizadas no sentido de assessorar os gestores de bancos e atender às necessidades de analistas, estudiosos e profissionais na análise de desempenho contábil dos bancos no país.

BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, L.S. Concorrência bancária, custos de agência e o canal de crédito da política monetária. 132 f. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), São Paulo, 2002.

ALVES, V.R. *Responsabilidade civil dos estabelecimentos bancários: doutrina, jurisprudência, legislação, prática*. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Bookseller, 1999, 4 v.

ALVES, S.D.S. Acordo da Basiléia II vai acelerar a internacionalização de normas e princípios no sistema financeiro. *Resenha BM&F*, São Paulo, Bolsa de Mercados & Futuros, n. 159, jan./mar. 2004a, p. 7-16.

_____. Controles internos e auditoria interna & auditoria externa e comitê de auditoria & arcabouço regulamentar vigente. *Palestra*, proferida pelo Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro (DINOR/BACEN) para o Curso de Pós Graduação (MBA) em Auditoria Interna, São Paulo, FIECAFI/FEA/USP, 30 abr. 2004b.

ALVES, S.D.S.; SOARES, M. Democratização do crédito no Brasil: atuação do Banco Central. *Série Banco Central do Brasil*, Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?REVFSFN200212>>. Acesso em: 8 nov. 2003.

ANDREZO, A.F.; LIMA, I.S. *Mercado financeiro: aspectos históricos e conceituais*. São Paulo: 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

ASSAF NETO, A. *Mercado financeiro*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. *Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. *Finanças corporativas e valor*. São Paulo: Atlas, 2003.

BADER, M. *Rendas de prestação de serviços bancários: um estudo exploratório*. 200 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), São Paulo, 1991.

BANCO DO BRASIL. *História*. Disponível em: <<http://www.bb.com.br>>. Acesso em: 10 mar. 2003.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Evolução da estrutura do sistema financeiro nacional. *Seriado DECAD/DEORF*. Brasília, 1988 e 1989.

_____. Indicadores financeiros/Departamento Econômico. *Seriado DEPEC*. Brasília, 1988 e 1989.

_____. Relatório do Banco Central do Brasil. *Boletim do Banco Central do Brasil*. Brasília, vol. 31, 1994a.

_____. Resolução n. 1.088: Instituições Habilitadas. *Dados*. Brasília, 30 jun. 1994b.

_____. Bancos Estrangeiros com Representação no Brasil. *Dados*. Brasília, 30 jun. 1994c.

_____. Semana de Contabilidade do Banco Central. *Anais*. Banco Central do Brasil, 1996, 1997, 1998, 1999 e 2000.

_____. Evolução do sistema financeiro nacional Dez/1998. *Relatório*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/Deorf/r1998>>. Acesso em: 22 nov. 2001.

_____. Relatório anual 2002. *Boletim do Banco Central do Brasil*, Brasília, 2002a.

_____. *Legislação e Normas*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?NORMASBC>>. Acesso em: 16 jan. 2002b.

_____. Bancos Jurisdição: Nacional. *Dados* do Departamento de Gestão do Sistema Financeiro Nacional sobre cadastro dos bancos em 2002. Brasília, 24 maio 2002c.

_____. Relatório de estabilidade financeira. *Relatório*. Brasília, v. 1, n. 1, nov. 2002d.

_____. Bancos Brasileiros após a Resolução 1524, de 21.09.88. *Relatório*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/mPag.asp?perfil=1&cod=170&codP=991&idioma=P>>. Acesso em: 27 nov. 2002e.

_____. Evolução do sistema financeiro nacional. *Relatórios* de: Dez/1999; Jan. a Dez/2000; Jan. a Dez/2001, divulgados via internet em 3 mar. 2003. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SFNCOMPEV>>. Acesso em: 5 abr. 2003a.

_____. O sistema financeiro nacional e o Plano Real. *Relatório*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/deorf/r199812/texto.htm>>. Acesso em: 9 abr. 2003b.

_____. banco de dados sobre informações cadastrais e contábeis de instituições financeiras. *Dados*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?IF>>. Acesso em: 5 maio 2003c.

_____. Relatório de estabilidade financeira. *Relatório*. Brasília, v. 2, n. 1, maio 2003d.

_____. Padrões Monetários Brasileiros. *Dados* sobre a moeda brasileira. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?PADMONET>>. Acesso em: 26 out. 2003e.

_____. banco de dados sobre liquidação extrajudicial, intervenção e RAET. *Dados*. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/lid/Liquidacao/preal/planorealt2.asp>>. Acesso em: 26 dez. 2003f.

_____. Programa estimula a reestruturação de bancos. *Publicação eletrônica*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?PROER>>. Acesso em: 11 fev. 2004a.

_____. Plano contábil das instituições do sistema financeiro nacional – COSIF. *Manual*. Brasília, jun. 2004b.

_____. Evolução do Sistema Financeiro de Janeiro a Dezembro de 2002. *Relatório*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/Deorf/r200212/quadro1.asp?idpai=REVSFN200212>>. Acesso em: 11 nov. 2004c.

_____. Adequação às Normas Internacionais de Contabilidade. *Relatório*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?ADEQUACAO>>. Acesso em: 26 out. 2004d.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Programa nacional de desestatização*. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 25 jan. 2003.

BARBOSA, D.R.R. Análise de dados com apoio de softwares estatísticos. *Apostila análise multivariada – SPSS*, apresentada aos professores da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo participantes do curso. São Paulo, (FEA/PUC-SP), 2002.

BARROS, J.R.M.; LOYOLA, G.J.L.; BOGDANSKI, J. Reestruturação do setor financeiro. *Série Banco Central do Brasil*, Brasília, 1998.

BIASOLTTI, M.M.D.L.R. *Pesquisa da informação e elaboração do trabalho intelectual*. Porto Alegre: Mecanografia Sudesul, 1969.

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO. *Análise de instituições financeiras: bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedade de crédito, financeira e investimento*. São Paulo: BOVESPA, [199-?].

BORGES, O. *Estrutura e demonstrações contábeis das instituições financeiras, bancos comerciais e múltiplos: um estudo sobre a falta de transparência*. 166 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP). São Paulo, 1999.

BRAGA, M.B. Os bancos brasileiros e a crise mundial. *Informações FIPE*, São Paulo, nº 26, p. 15-16, set. 1998.

BRAGA, R. *Fundamentos e técnicas de administração financeira*. São Paulo: Atlas, 1994.

BRASIL. *Lei 4.595*, de 31 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Brasília, DF, 1964.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 1988.

_____. Ministério da Fazenda. *Exposição de Motivos n. 89; n. 311*, de 7 de março de 1995 e 23 de agosto de 1995, respectivamente. Brasília, 1995.

_____. Congresso Nacional. *Audiência pública n. 0417/99 de 27/05/99*. Comissão Especial – Sistema Financeiro Nacional. Debate acerca da regulamentação do sistema financeiro nacional. Departamento de taquigrafia, revisão e redação, núcleo de revisão de comissões, texto com redação final. Brasília, 27 maio 1999a.

_____. Secretaria da Receita Federal. *Instrução normativa n. 11*, de 10 de fevereiro de 1999. Dispõe sobre o registro e a amortização de ágio ou deságio nas hipóteses de incorporação, fusão e cisão. Brasília, 10 fev. 1999b.

_____. Ministério da Fazenda. Audiência pública do Comitê de Coordenação Gerencial das Instituições Financeiras Públicas Federais. *Audiência pública*. Disponível em: <[http://www.fazenda.gov.br/Audiência Pública](http://www.fazenda.gov.br/Audiência%20Pública)>. Acesso em: 25 set. 2000a.

_____. Ministério do Planejamento. *Plano Plurianual 2000-2003*. Lei de periodicidade quadrienal, de hierarquia especial e sujeita a prazos e ritos peculiares de tramitação, instituída pela Constituição Federal de 1988, como instrumento normatizador do planejamento de médio prazo e de definição das macro-orientações do Governo Federal para a ação nacional em cada período de quatro anos. Brasília, DF, 2000b.

_____. Congresso. Senado. *Legislação*. PRODASEN – Subsecretaria de Informações do Senado Federal. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/sf/legislacao/legisla/>>. Acesso em: 15 abr. 2003.

_____. Congresso. Senado. Notícias sobre o PROER. *Publicação eletrônica*. Notícias sobre o Senado Federal e Senadores na Mídia. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/sf/noticia/senamidia/historico/1999/4/zn042511.htm>>. Acesso em: 6 nov. 2004a.

_____. Congresso. Senado. Notícias sobre CPI do sistema financeiro. *Publicação eletrônica*. Notícias sobre o Senado Federal e Senadores na Mídia. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/sf/noticia/senamidia/historico/1999/11/zn112638.htm>>. Acesso em: 6 nov. 2004b.

_____. Câmara dos Deputados. Estado de São Paulo. *Plano Plurianual do Governo do Estado de São Paulo 2004-2007*. Instrumento normatizador do planejamento de médio prazo e de definição das macro-orientações do Governo do Estado de São Paulo. São Paulo, 2004c.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. *História e Missão*. Disponível em: <<http://www.cef.gov.br>>. Acesso em: 13 jan. 2003.

CAMPOS, M.B. Análise da evolução recente dos bancos/financeiras. *Nota Técnica DEPEC-97/08*. Banco Central do Brasil, Brasília, 1997.

CAMPOS, R.O. *A lanterna na popa: memórias*. 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001, 2 v.

CARDOSO, E.A. *Economia brasileira ao alcance de todos*. 14. ed. atual. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CARVALHO, C.E. Bancos e inflação no Brasil: comentários depois do Plano Real. *Mimeo*, São Paulo, 1995.

CASTRO, H.O.P. *Introdução ao mercado de capitais*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1979.

_____. *As causas econômicas da concentração bancária*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1981.

CAVALHEIRO, N. *Bancos comerciais no Brasil – 1964/1976*. 196 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo (FEA/USP), São Paulo, 1982.

CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A. *Metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COMPTON, E.N. *Princípios das atividades bancárias*. São Paulo: IBCB, 1990.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO. *World International Report* – 1998; 2000; 2002. Disponível em: <<http://www.unctad.org>>. Acesso em: 11 mar. 2003.

CONJUNTURA ECONÔMICA. Bancos. *Revista* mensal editada pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, vol. 58, n. 5, maio 2004, p. 26-48.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Curso de auditoria em instituições financeiras*. IBRACON (Col.). São Paulo: Atlas, 1990.

_____. *Os princípios fundamentais de contabilidade, as normas brasileiras de contabilidade e o código de ética profissional do contabilista*. 32. ed. São Paulo: CRC SP, 2003.

CORRAR, L.J. *Indicadores de desempenho de empresas de saneamento básico*. 248 p. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo (FEA/USP), São Paulo, 1981.

CRUZ, N.H. Imposto inflacionário come US\$ 3 bilhões. *Jornal Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 dez. 2002, p. B 1.

DIAS, S.C. A programação monetária no Brasil. *Estudos Econômicos*. Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE/FEA/USP). São Paulo, vol. 18, nº 2, maio/ago. 1988.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. 13. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

EL HAJJ, Z.S. "*Business combination*" e consolidação: uma abordagem comparativa entre os pronunciamentos e normas dos US-GAAP, IASC e Brasil. 207 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo (FEA/USP), São Paulo, 1999.

ELLINGER, E.P.; LOMNICKA, E.; HOOLEY, R.J.A. *Modern banking law*. 3. ed. New York: University Press Inc., 2002.

ESTRELA ALFA. *História das instituições financeiras e sua contribuição ao progresso econômico dos povos*. São Paulo: Estrela Alfa Editora, 1972.

EXAME. *A incrível aventura dos negócios*. São Paulo: Abril, ano 36, n. 10, 15 maio 2002. Edição especial.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Livre para crescer*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1990.

FONTENLA, V.P. *História dos bancos no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: GB, 1975.

FORTUNA, E. *Mercado financeiro: produtos e serviços*. 5. ed. atual. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1994.

FRANCO, G.H.B. *O Plano Real e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

_____ A sinuca do artigo 192. *Revista Veja*, São Paulo, ano 33, nº 31, 2 out. 2000.

_____ Nove anos do real. *Revista Veja*, São Paulo, ano 36, nº 27, 9 jul. 2003.

FREITAS, C.E. Recent developments in the brazilian supervisory framework. *Apresentação* realizada em mar. 2001, Washington, DC. Disponível em: <<http://www.iib.org/defreitas.ppt>>. Acesso em: 21 jul. 2004.

FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO. Transformações institucionais do sistema financeiro brasileiro após o Plano Real e o desafio do financiamento de longo prazo. relatório: diagnósticos e questões. *Relatório*. São Paulo, FUNDAP, out. 1999.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS. *Estrutura e análise de balanços*. IUDÍCIBUS, S. (Org.). 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. *Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades*. IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E.R. (Org.). 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000a.

_____. *Retorno de Investimento*. KASSAI, J.R; KASSAI, S.; SANTOS, A.; ASSAF NETO (Org.). 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000b.

_____. *Avaliação de empresas: da mensuração contábil à econômica*. MARTINS, E. (Org.). São Paulo: Atlas, 2001.

_____. banco de dados dos laboratórios de pós-graduação do EAC/FEA/USP. *Dados*. Disponível em: <<http://www.fipecafi.com.br/lab.asp>>. Acesso em: 18 abr. 2002.

_____. *Fundos de investimentos: aspectos operacionais e contábeis*. LIMA, I.S. (Org.). São Paulo: Atlas, 2004.

FUNDAÇÃO E INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. Sistema financeiro nacional. *Relatório*. São Paulo: FIPE, 1992.

GABRIEL, F. *O impacto do fim da correção monetária na rentabilidade e adequação de capital dos bancos no Brasil*. 126 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), São Paulo, 2004.

GOLDFAJN, I.; HENNINGS, K.; MORI, H. Brazil's financial system: resilience to shocks, no currency substitution, but struggling to promote growth. *Artigo n. 170*. Center for Research on Economic Development, Stanford, jun. 2003. Disponível em: <credpr.stanford.edu/pdf/credpr170.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2004.

HAIR JR., J.F. et al. *Multivariate data analysis*. 5. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice Hall, 1998.

HALFELD, M. *Impacto da variação das taxas de juros na rentabilidade dos bancos no Brasil*. 317 f. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), São Paulo, 1996.

HEMPEL, G.H.; SIMONSEN, D.G. *Bank management: text and cases*. 5. ed. USA: Wiley, 1999.

HENDRIKSEN, E.S.; BREDA, M.F. Van. *Accounting theory*. 5. ed. USA: Irwin, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIA BANCÁRIA. *Bancos em cenário de estabilidade econômica*. São Paulo: IBCB, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2000. *Dados*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: mar. 2003.

INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL. *Princípios contábeis*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

IUDÍCIBUS, S. *Teoria da contabilidade*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

IUDÍCIBUS, S.; LOPES, A.B. *Teoria avançada da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2004.

KERLINGER, F.N. *Foundations of behavioral research*. 2. ed. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1973.

KEYNES, J.M. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1982.

KIESO, D.E.; WEYGANDT, J.J.; WARFIELD, T.D. *Fundamentals of intermediate accounting*. USA: John Wiley & Sons, 2003.

KPMG. *Banking and finance in Brazil*. 2. ed. São Paulo: Bandeirante, maio 1989.

KRUGMAN, P. What happened to Asia?. *Artigo publicado em jan. 1998*. Disponível em: <<http://web.mit.edu/krugman/www/DISINTER.html>>. Acesso em: mar. 2004.

LACERDA, E.R. *Bancos múltiplos: uma avaliação do aspecto institucional*. 42 f. Monografia (curso de formação plena). Banco Central do Brasil e UNB, Brasília, 1993.

LAMY, R. *Custos de produtos e serviços bancários*. São Paulo: IBCB, 1987.

LATIF, Z.A. *Regime de política econômica e a vulnerabilidade a ataques especulativos: os casos de Brasil, Argentina e Chile*. 228 f. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), São Paulo, 2000.

LEES, F.A. *Banking and financial deepening in Brazil*. Houndmills: Macmillan, 1990.

LIMA, G.T. Evolução recente da regulação bancária no Brasil. *Temas de Economia Internacional 03*, Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Brasília, dez. 2003.

LOYOLA, G. FGC teve papel fundamental no fortalecimento do sistema financeiro nacional. *Mimeo*. São Paulo, 2004.

LUNDBERG, E. Rede de proteção e saneamento do sistema bancário; Saneamento do sistema financeiro: a experiência brasileira dos últimos 25 anos. In: SADDI, J. (Org.). *Intervenção e liquidação extrajudicial do sistema financeiro nacional: 25 anos da Lei 6.024/74*. São Paulo: Textonovo, 1999.

MARQUES, N.F.S. *A concentração bancária brasileira no período pós 64*. 157 f. Dissertação (Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1982.

MARTINS, E. Entendendo um pouco do resultado real de um banco (parte 1). *IOB – Boletim Temática Contábil e Balanços*, São Paulo, v. 26, nº 20, p. 170-163, 1992a.

_____ Entendendo um pouco do resultado real de um banco (parte 2). *IOB – Boletim Temática Contábil e Balanços*, São Paulo, v. 26, nº 21, p. 179-172, 1992b.

_____ Demonstração do valor adicionado de bancos. *IOB – Boletim Temática Contábil e Balanços*, São Paulo, v. 27, nº 15, p. 133-128, 1993.

MARTINS, G.A. *Manual para elaboração de monografias e dissertações*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MEIRELES, H. Unctad Roundtable 'Restoring investor confidence through corporate transparency'. In: CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO, 11, *Anais...* São Paulo, Bolsa de Valores de São Paulo, 14 jun. 2004.

MISHKIN, F.S. *Moedas, bancos e mercados financeiros*. Tradução: Christine Pinto Ferreira Studart. 5. ed. Rio de Janeiro: LCT, 2000.

MOREIRA, J.C. Evolução do sistema financeiro nacional. *Equilibrista*, São Paulo, v. 1, n. 2, p.13-5, 1993.

MUCILLO NETO, J. Avaliação de desempenho de instituições financeiras. *Revista de Administração FEA/USP*, São Paulo, v. 28, p. 13-21, 1993.

_____ *Contribuição à análise de problemas de utilização de modelos de avaliação de desempenho e de resultados em instituições financeiras*. 305 p. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), São Paulo, 1989.

NAKANE, M.I. A test of competition in brazilian banking. *Working Paper Series*, Banco Central do Brasil, Brasília, n. 12, mar. 2001.

OLIVEIRA, A.L. "Disclosure" de bancos e instituições assemelhadas: sugestões de aprimoramento. In: Semana de Contabilidade do Banco Central, 6, 1997, Porto Alegre. *Anais*. Porto Alegre: Banco Central do Brasil, 1997.

PAIXÃO, R.F.; SILVEIRA, J.A.G. A emergência dos bancos de varejista e o novo panorama da concorrência bancária no ponto de venda. In: Seminários em Administração (SEMEAD), 6, 2003, São Paulo. *Anais*. São Paulo: SEMEAD, USP, 2003.

PANZIERI FILHO, A. *"Universal banks" como intervenientes em transações de fusões e aquisições no Brasil: um estudo exploratório*. 126 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), São Paulo, 1996.

PASSOS, C.R.M.; NOGAMI, O. *Princípios de economia*. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

PAULANI, L.M. A internacionalização financeira: uma breve análise e conseqüências. *Carta Internacional*, São Paulo, nº 80, out. 1999, p.4.

PAULANI, L.M.; BRAGA, M.B. *A nova contabilidade social*. São Paulo: Saraiva, 2000.

PINHEIRO, A.C.; CABRAL, C. Mercado de crédito no Brasil: o papel do judiciário e de outras instituições. *Ensaio BNDES*, Rio de Janeiro, v. 9, dez. 1998.

PIZZOFERRATO, T.A. *Uma análise do processo de concentração bancária brasileiro entre os anos de 1988 e 1998*. 161 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio do Sul, Porto Alegre, 1999.

POMPEO, J.N. *Brasil e o Consenso de Washington nos primeiro e segundo mandatos de FHC*. 270 f. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (FEA/PUC-SP), São Paulo, 2003.

PUGA, F.P. Sistema financeiro brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial. In: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

REED, E.W.; GILL, E.K. *Bancos comerciais e múltiplos*. São Paulo: Makron Books, 1994.

ROCHA, F.A.S. Evolução da concentração bancária no Brasil (1994-2000). *Notas Técnicas*, Banco Central do Brasil, Brasília, nº 11, nov. 2001, p. 1-40.

ROSE, P.S. *Commercial bank management*. 4. ed. Singapore: Mc Graw Hill, 1999.

ROSSETTI, J.P. *Economia brasileira*. 3. ed. Petrópolis: Atlas, 1984.

RUDGE, L.F.; CAVALCANTE, F. *Mercado de capitais*. Belo Horizonte: CNBV, 1993.

RUDIO, F.V. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

SADDI, J. (Org.). *Intervenção e liquidação extrajudicial no sistema financeiro nacional: 25 anos da Lei 6.024/76*. São Paulo: Textonovo, 1999.

SANTOS, A. *Demonstração do valor adicionado: como elaborar e analisar DVA*. São Paulo: Atlas, 2003.

SANTOS, A.; BARBIERI, G. Patrimônio dos bancos limitados. *Jornal Diário do Comércio e Indústria*. São Paulo, p. 12, 4 abr. 1991.

_____. Análise de alguns aspectos dos balanços dos bancos. *IOB – Boletim Temática Contábil e Balanços*, São Paulo, v. 16, nº 46, p. 623, jun. 1992.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE REGULAÇÃO E DEFESA DA CONCORRÊNCIA NO SETOR BANCÁRIO. *Anais*. Brasília: Ministério da Justiça/CADE/ASBACE, 1999.

SILVA, D.P. *Vocabulário jurídico*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987, 4 v.

SIMONSEN, M.H. *Ensaio sobre economia e política econômica*. Rio de Janeiro: APEC, 1971.

SIMONSEN, M.H.; CYSNE, R.P. *Macroeconomia*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1989.

SINGER, P. *Curso de introdução à economia política*. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

SOUZA, A.A. *Bancos públicos estaduais*. 42 f. Monografia (curso de formação plena). Banco Central do Brasil e FIA/USP, São Paulo, 1994.

STEVENSON, W.J. *Estatística aplicada à administração*. São Paulo: Harbra, 1986.

TAVARES, M.C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TONETO JUNIOR, R. *Estado, bancos e acumulação financeira no Brasil: 1964-84*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), São Paulo, 1992.

TROSTER, R.L. *Overbanking no Brasil*. São Paulo: Makron Books, 1997.

VASCONCELOS, M.A.S.; TROSTER, R.L. *Economia básica*. São Paulo: Atlas, 1993.

VELÁSQUEZ, J. Bancos vão acelerar ações contra depósito compulsório. *Jornal Diário do Comércio e Indústria*, São Paulo, 3 jan. 2005. Disponível em: <http://www.crcsp.org.br/comunicacao/crc_virtual/not_virtual28/not_021.htm>. Acesso em: 03/01/2005.

VIRGILLITO, S.B. *Estatística aplicada: técnicas básicas e avançadas para todas as áreas do conhecimento*. 2. ed. rev. São Paulo: Alfa-Omega, 2004.

WHITE, L.H. *Competition and currency: essays on free banking and money*. New York: New York University, 1989.

ZINI JUNIOR. A.A. *Uma avaliação do setor financeiro no Brasil: reforma de 1964/65 à crise dos anos oitenta*. 374p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo, 1982.

APÊNDICE – RELAÇÃO DE BANCOS

	Sigla (A)	30/06/1994			31/12/2002			Balan- cete (D)	Alter- ção (E)
		Denominação	Setor (B)	Esfera (C)	Denominação	Setor (B)	Esfera (C)		
1	A. OLIVEIRA	Banco Adolpho Oliveira & Associados S.A.	2	4	-	-	-	1	13
2	ABC BRASIL	Banco ABC-Roma S.A.	2	5	Banco ABC Brasil S.A.	3	7	35	28 e 39
3	ABN AMRO	Banco ABN Amro S.A.	3	7	Banco ABN Amro Real S.A.	3	7	35	-
4	AGF [1]	Banco Braseg S.A.	2	5	Banco AGF S.A.	3	7	22	28
5	AGRIMISA	Banco Agrimisa S.A.	2	4	-	-	-	4	12
6	ALFA	-	-	-	Banco Alfa S.A.	2	4	12	30
7	ALVORADA [2]	Excel Banco S.A.	2	4	Banco Bilbao Vizcaya Argentina Brasil S.A.	3	7	35	32 e 39
8	AMERICAN EXPRESS	American Express Bank LTD.	3	7	Banco American Express S.A.	3	7	35	24
9	APLICAP	Banco Aplicap S.A.	2	4	-	-	-	19	12
10	ARAUCARIA	Banco Araucária S.A.	2	4	-	-	-	27	8
11	ARBI	Banco Arbi S.A.	2	4	Banco Arbi S.A.	2	4	35	25
12	ASB	Banco ASB S.A.	2	4	-	-	-	1	16
13	ATLANTIS	Banco Atlantis S.A.	2	4	-	-	-	1	13
14	BAMERINDUS	Banco Bamerindus S.A.	2	4	-	-	-	19	12 e 31
15	BANACRE	Banco do Estado do Acre S.A.	1	2	-	-	-	23	20
16	BANAP	Banco do Estado do Amapá S.A.	1	2	-	-	-	17	13
17	BANCAP	Banco Capital S.A.	2	4	Banco Capital S.A.	2	4	35	-
18	BANCESA	Banco Comercial Bancesa S.A.	2	4	-	-	-	3	8
19	BANCNACION	Banco de La Nacion Argentina	3	6	Banco de La Nacion Argentina	3	6	35	-
20	BANCO ABB	Banco ABB S.A.	2	4	-	-	-	8	20 e 30
21	BANCO AXIAL	Banco Augusta Industrial e Comercial S.A. - Incobanco	2	4	-	-	-	26	34
22	BANCO BBM	Banco BBM S.A.	2	4	Banco BBM S.A.	2	4	35	-
23	BANCO1.NET	-	-	-	Banco Banco1.Net S.A.	2	5	9	30 e 42
24	BANCOCIDADE	Banco Cidade S.A.	2	5	-	-	-	32	5
25	BANCOERJ	Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A.	1	2	-	-	-	12	10
26	BANCOOB	-	-	-	Banco Cooperativo do Brasil S.A.	2	3	18	30 e 46
27	BANCOPAR	Banco Comercial Paraguayo S.A.	3	6	-	-	-	7	3

28	BANCORP	Bancorp - Banco Comercial e de Investimentos S.A.	2	4	-	-	-	1	13
29	BANCRED [3]	Banco Bancred S.A.	2	4	-	-	-	18	16
30	BANDEIRANTES [4]	Banco Bandeirantes S.A.	2	4	Banco Bandeirantes S.A.	2	5	35	-
31	BANDEPE	Banco do Estado de Pernambuco S.A.	1	2	Banco de Pernambuco S.A. - Bandepe	3	7	35	22
32	BANEB	Banco do Estado da Bahia S.A.	1	2	Banco Baneb S.A.	2	5	35	23
33	BANER	Banco do Estado de Roraima S.A.	1	2	-	-	-	23	1
34	BANERJ	BANERJ S.A. DTVM	-	-	Banco Banerj S.A.	2	5	22	23 e 36
35	BANESE	Banco do Estado de Sergipe S.A.	1	2	Banco do Estado de Sergipe S.A.	1	2	35	-
36	BANESPA	Banco do Estado de São Paulo S.A.	1	2	Banco do Estado de São Paulo S.A.	3	7	34	9 e 37
37	BANESTADO	Banco do Estado do Paraná S.A.	1	2	Banco Banestado S.A.	2	5	35	23
38	BANESTES	Banestes S.A. Banco do Estado do Espírito Santo S.A.	1	2	Banestes S.A. Banco do Estado do Espírito Santo S.A.	1	2	35	-
39	BANFORT	Banfort - Banco Fortaleza S.A.	2	4	-	-	-	16	12
40	BANIF PRIMUS	Banco Primus S.A.	2	4	Banco Banif Primus S.A.	3	7	35	27 e 39
41	BANK OF AMERICA	Banco Liberal S.A.	2	4	-	-	-	31	6
42	BANKBOSTON	BankBoston S.A.	3	7	BankBoston Banco Múltiplo S.A.	3	7	35	-
43	BANORTE	Banco Banorte S.A.	2	4	-	-	-	13	12 e 31
44	BANPARA	Banco do Estado de Pará S.A.	1	2	Banco do Estado de Pará S.A.	1	2	35	-
45	BANRISUL	Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	1	2	Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	1	2	35	-
46	BANSANDER	Banco de Santander S.A.	2	4	Banco Santander de Negócios S.A.	-	-	29	4
47	BANSICREDI	-	-	-	Banco Cooperativo Sicredi S.A. - Bansicredi	2	3	26	30 e 46
48	BARCLAYS	-	-	-	Banco Barclays S.A.	3	7	31	30 e 41
49	BASA	Banco da Amazônia S.A.	1	1	Banco da Amazônia S.A.	1	1	35	-
50	BB	Banco do Brasil S.A.	1	1	Banco do Brasil S.A.	1	1	35	21
51	BBC	Banco Brasileiro Comercial S.A. - BBC	2	4	-	-	-	20	13
52	BCN	Banco de Crédito Nacional S.A.	2	4	Banco BCN S.A.	2	5	35	26
53	BCO JOHN DEERE	Banco Agroinvest S.A.	2	5	Banco John Deere S.A.	3	7	35	28 e 39

54	BCO TOYOTA	-	-	-	Banco Toyota do Brasil S.A.	3	7	12	30
55	BCOMURUGUAI	-	-	-	Banco Comercial Uruguai S.A.	3	7	19	30
56	BCR	BCR Banco de Crédito Real S.A.	2	4	-	-	-	27	5
57	BEA	Banco do Estado do Amazonas S.A.	1	1	Banco BEA S.A.	2	4	35	23
58	BEC	Banco do Estado do Ceará S.A.	1	2	Banco do Estado do Ceará S.A.	1	1	35	35
59	BEG	Banco do Estado de Goiás S.A.	1	2	Banco BEG S.A.	2	4	35	23
60	BEM	Banco do Estado do Maranhão S.A.	1	2	Banco do Estado do Maranhão S.A.	1	1	35	35
61	BEMAT	Banco do Estado do Mato Grosso S.A.	1	2	-	-	-	19	13
62	BEMGE	Banco do Estado de Minas Gerais S.A.	1	2	Banco Bemge S.A.	2	4	35	23
63	BEPI	Banco do Estado do Piauí S.A.	1	2	Banco do Estado do Piauí S.A.	1	1	34	35
64	BERON	Banco do Estado de Rondônia S.A. - Beron	1	2	-	-	-	20	11
65	BESC	Banco do Estado de Santa Catarina S.A.	1	2	Banco do Estado de Santa Catarina S.A.	1	1	35	35
66	BFC	BFC Banco S.A.	2	4	-	-	-	6	13
67	BFI	Banco de Financiamento Internacional S.A.	2	5	-	-	-	7	13
68	BGM PREST [5]	Banco General Motors S.A.	3	7	Banco General Motors S.A.	3	7	35	-
69	BGN	-	-	-	Banco BGN S.A.	2	4	31	30
70	BHU	Banco Holandês Unido S.A.	3	6	-	-	-	1	3
71	BIC	Banco Industrial e Comercial S.A.	2	4	Banco Industrial e Comercial S.A.	2	4	35	-
72	BIG	BIG S.A. - Banco Irmão Guimarães	2	4	-	-	-	5	12
73	BISA	Banco Itamarati S.A.	2	4	-	-	-	18	20
74	BMB	Banco Mercantil do Brasil S.A.	2	4	Banco Mercantil do Brasil S.A.	2	4	35	-
75	BMC	Banco BMC S.A.	2	4	Banco BMC S.A.	2	4	35	40
76	BMD	Banco BMD S.A.	2	4	-	-	-	20	12
77	BMG	Banco BMG S.A.	2	4	Banco BMG S.A.	2	4	35	-
78	BNB	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	1	1	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	1	1	35	-
79	BNL	Banco BNL do Brasil S.A.	3	7	Banco BNL do Brasil S.A.	3	7	35	-
80	BNP PARIBAS	-	-	-	Banco BNP Paribas S.A.	3	7	22	30
81	BOAVISTA	Banco Boavista S.A.	2	4	Banco Boavista InterAtlântico S.A.	2	5	35	38
82	BOFA [6]	Multi Banco S.A.	3	7	Banco of America Brasil S.A. (Banco Múltiplo)	3	7	35	-

83	BONSUCESSO	-	-	-	Banco Bonsucesso S.A.	2	4	16	30 e 42
84	BOREAL	Banco Boreal S.A.	2	4	-	-	-	31	19
85	BOSTON N.A.	The First National Bank of Boston	3	6	BankBoston N.A.	3	6	35	-
86	BR [7]	-	-	-	BR Banco Mercantil S.A.	2	4	26	30 e 43
87	BRADESCO	Banco Bradesco S.A.	2	4	Banco Bradesco S.A.	2	5	35	26
88	BRASCAN	Banco Brascan S.A.	2	5	Banco Brascan S.A.	3	7	35	28 e 39
89	BRASIRAQ	Banco Brasileiro-Iraqiano S.A.	3	6	-	-	-	27	1
90	BRB	BRB - Banco de Brasília S.A.	1	2	BRB - Banco de Brasília S.A.	1	2	34	-
91	BRJ	Banco BRJ S.A.	2	4	Banco BRJ S.A.	2	4	35	-
92	BVA	Banco Ponto 3 S.A.	2	4	Banco BVA S.A.	2	4	35	34
93	CACIQUE	Banco Cacique S.A.	2	4	Banco Cacique S.A.	2	4	35	-
94	CAMBIAL	Banco Cambial S.A.	2	4	-	-	-	19	20
95	CARGILL	-	-	-	Banco Cargil S.A.	3	7	12	30
96	CEDULA	Banco Cédula S.A.	2	4	Banco Cédula S.A.	2	4	35	-
97	CEF	Caixa Econômica Federal	1	3	Caixa Econômica Federal	1	3	35	-
98	CHASEFLEMING [8]	Banco Graphus S.A.	2	4	-	-	-	29	15 e 39
99	CINDAM	Banco Cindam S.A.	2	4	-	-	-	11	5
100	CITIBANK	Banco CitiBank S.A.	3	7	Banco CitiBank S.A.	3	7	35	-
101	CITIBANK N.A.	CitiBank N.A.	3	6	CitiBank N.A.	3	6	35	-
102	CLASSICO	Banco Clássico S.A.	2	4	Banco Clássico S.A.	2	4	35	-
103	CNH CAPITAL	-	-	-	Banco CNH Capital S.A.	3	7	12	30
104	COMERCIAL SP	Banco Comercial de São Paulo S/A.	2	4	-	-	-	11	13
105	CREDIBANCO	Banco Credibanco S.A.	2	5	Banco Credibanco S.A.	2	5	35	38
106	CREDIBEL	Banco Credibel S.A.	2	4	Banco Credibel S.A.	2	4	35	-
107	CREDINVEST [9]	Banco Crédito Metropolitano S.A.	2	5	-	-	-	19	16
108	CREDIPLAN	Banco Crediplan S.A.	2	4	-	-	-	9	7
109	CREDIREAL	Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A.	1	2	Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A.	2	5	35	23
110	CREDIT LYONNAIS	Banco BHM S.A.	2	5	Banco Credit Lyonnais Brasil S.A.	3	7	35	38 e 39
111	CREDIT SUISSE	Banco Garantia S.A.	2	5	Banco Credit Suisse First Boston S.A.	3	7	35	27 e 39
112	CREFISUL	Banco Antônio Queiroz S.A.	2	4	-	-	-	23	13

113	CRITERIUMBANK	Banco Criterium S.A.	2	4	-	-	-	18	19
114	CRUZEIRO	Banco Cruzeiro do Sul S.A.	2	4	Banco Cruzeiro do Sul S.A.	2	4	35	34
115	DAIMLERCHRYSLER	-	-	-	Banco DaimlerChrysler S.A.	3	7	14	30
116	DAYCOVAL	Banco Daycoval S.A.	2	4	Banco Daycoval S.A.	2	4	35	-
117	DBB BM [10]	Banco Grande Rio S.A.	2	4	-	-	-	22	12 e 39
118	DESTAK	Banco Destak S.A.	2	4	-	-	-	23	20
119	DEUTSCHE [11]	Deutsche Bank S.A. Banco Alemão	3	6	Deutsche Bank S.A. Banco Alemão	3	7	35	24
120	DIBENS	Banco Dibens S.A.	2	4	Banco Dibens S.A.	2	4	35	38
121	DIGIBANCO	Banco Digibanco S.A.	2	4	-	-	-	16	5
122	DIMENSAO	Banco Dimensão S.A.	2	4	-	-	-	18	20
123	DRACMA	Banco Dracma S.A.	2	4	-	-	-	7	8
124	DRESDNER	Dresdner Bank Lateinamerika Aktiengesellschaft S.A.	3	6	Dresdner Bank Lateinamerika Aktiengesellschaft S.A.	3	7	35	24
125	ECONOMICO	Banco Econômico S.A.	2	4	-	-	-	11	12 e 31
126	EMBLEMA	Banco Emblema S.A.	-	-	-	2	4	30	30 e 43
127	EMPRESARIAL	Banco Empresarial S.A.	2	4	-	-	-	16	13
128	EQUATORIAL	-	-	-	-	-	-	20	30 e 20
129	EQUITY	Banco Prime S.A.	2	4	-	-	-	13	41
130	EUROINVEST	Banco Euroinvest S.A. Eurobanco	2	5	-	-	-	31	20
131	EXPRINTER LOSAN	Banco Exprinter S.A.	2	5	-	-	-	23	16
132	FATOR	Banco Fator S.A.	2	4	Banco Fator S.A.	2	4	35	-
133	FENICIA	Banco Fenícia S.A.	2	4	-	-	-	23	20
134	FIAT	Banco Fiat S.A.	3	7	-	-	-	1	3
135	FIBRA	Banco Fibra S.A.	2	4	Banco Fibra S.A.	2	4	35	-
136	FICRISA CFI	Banco Ficrisa Axelrud S.A.	2	4	-	-	-	34	16
137	FICSA	Banco Ficsa S.A.	2	4	Banco Ficsa S.A.	2	4	35	-
138	FIDIS	Banco Fiat S.A.	3	7	Banco Fidis S.A.	3	7	35	-
139	FINANCIAL [12]	Banco Financial Português S.A.	3	6	-	-	-	32	8
140	FINANSINOS SCFI	Banco Finasinos S.A.	2	4	-	-	-	32	16
141	FINASA	Continental Banco S.A.	2	5	Banco Finasa S.A.	2	5	35	38
142	FININVEST	Banco Finninvest S.A.	2	5	Banco Finninvest S.A.	2	5	35	38
143	FITAL	Banco Fital S.A.	2	4	-	-	-	22	20
144	FONTE CINDAM	Banco Fonte S.A.	2	4	-	-	-	26	20
145	FORD	-	-	-	Banco Ford S.A.	3	7	26	33 e 40
146	FRANCES INTER [13]	Banesto Banco Uruguay S.A.	3	6	-	-	-	6	1 e 2

147	FRANCES URUGUAY	Banco Francês Uruguay S.A.	3	6	-	-	-	23	3
148	GARAVELO	Banco Garavelo S.A.	2	5	-	-	-	1	13
149	GE CAPITAL	Banco Mappin S.A.	2	4	Banco GE Capital S.A.	3	7	35	27 e 39
150	GERDAU	-	-	-	Banco Gerdau S.A.	2	4	34	30
151	GNPP [14]	-	-	-	-	-	-	4	13 e 42
152	GOLDMAN SACHS	-	-	-	Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.	3	7	8	30
153	GUANABARA	Banco Guanabara S.A.	2	4	Banco Guanabara S.A.	2	4	35	-
154	GULFINVEST	Banco Gulfinvest S.A.	2	5	-	-	-	18	20
155	HEXABANCO	Banco Hexabanco S.A.	2	5	-	-	-	25	12
156	HNF	Banco BM&S S.A.	2	4	-	-	-	23	20
157	HONDA	-	-	-	Banco Honda S.A.	3	7	12	30
158	HSBC BANK	-	-	-	HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo	3	7	20	30 e 33
159	HSBC INVEST BI [15]	Banco CCF do Brasil S.A.	3	7	-	-	-	31	15
160	HSBC REPUBLIC [16]	The HongKong and Shanghai Banking Corporation LTD.	3	6	-	-	-	19	1
161	IBIBANK [17]	-	-	-	IbiBank S.A. - Banco Múltiplo	3	7	9	30
162	ICATU	Banco Icatu S.A.	2	4	-	-	-	30	20
163	INDUSCRED	Banco Induscred S.A.	2	4	-	-	-	32	15
164	INDUSTRIAL	Banco Industrial do Brasil S.A.	2	5	Banco Industrial do Brasil S.A.	2	5	35	34
165	INDUSVAL	Banco Indusval S.A.	2	4	Banco Indusval S.A.	2	4	35	-
166	ING BANK	Internationale Nederlanden Bank N.V.	3	6	ING Bank N.V.	3	6	35	-
167	INTER AMEX	Banco SRL S.A.	2	5	Banco Inter American Express S.A.	2	5	35	28 e 39
168	INTER-ATLANTICO	Banco Inter-Atlântico S.A.	2	5	-	-	-	19	20
169	INTERCAP	Banco Intericap S.A.	2	4	Banco Intericap S.A.	2	4	35	40
170	INTERFINANCE [18]	-	-	-	-	-	-	16	13
171	INTERIOR	Banco Interior de São Paulo S.A.	2	4	-	-	-	27	12
172	INTERPACIFICO	Banco Interpacifico S.A.	2	4	-	-	-	4	7
173	INTERPART	Banco Interpart S.A.	2	4	-	-	-	23	13
174	INTERUNION	Banco Interunion S.A.	2	4	-	-	-	13	13
175	INVESTCORP	Banco Investcorp S.A.	2	4	-	-	-	6	13

176	INVESTCRED [19]	Banco Investcred S.A.	2	4	Banco Investcred S.A.	2	5	35	39
177	INVESTOR	Banco Investor S.A.	2	4	-	-	-	5	15
178	IOCHPE	Banco Iochpe S.A.	2	4	-	-	-	19	20
179	ITABANCO [20]	Banco Crefisul S.A.	2	5	-	-	-	23	5 e 38
180	ITAU	Banco Itaú S.A.	2	4	Banco Itaú S.A.	2	5	35	26 e 34
181	ITAU HOLDING [21]	Banco Francês e Brasileiro S.A.	3	7	Banco Francês e Brasileiro S.A.	2	5	35	38
182	ITAU-BBA [22]	Banco BBA-Creditanstalt S.A.	2	5	Banco BBA-Creditanstalt S.A.	2	5	35	-
183	J.P.MORGAN	Banco JPM S.A.	3	7	-	-	-	30	47
184	JP MORGAN	Banco Chase Manhattan S.A.	3	7	Banco J. P. Morgan S.A.	3	7	35	6 e 47
185	JSAFRA	-	2	4	Banco J. Safra S.A.	2	4	12	38 e 41
186	KEB	-	-	-	Banco KEB do Brasil S.A.	3	7	17	30
187	LA PROVINCIA	Banco de La Provincia de Buenos Aires	3	6	Banco de La Provincia de Buenos Aires	3	6	35	-
188	LA REPUBLICA	Banco de La Republica Oriental Del Uruguay S.A.	3	6	Banco de La Republica Oriental Del Uruguay S.A.	3	6	35	-
189	LAGE LANDEN	-	-	-	Banco de Lage Landen Financial Services do Brasil S.A.	3	7	3	30
190	LAVRA	Banco Lavra S.A.	2	4	-	-	-	24	12
191	LEMON BANK [23]	-	-	-	Lemon Bank Banco Múltiplo S.A.	3	7	6	39 e 46
192	LLOYDS 1	Banco Lloyds TSB S.A.	2	5	Banco Lloyds TSB S.A.	3	7	35	-
193	LLOYDS 2	Lloyds Bank PLC	3	6	Lloyds TSB Bank PLC	3	6	35	-
194	LUSO BRASILEIRO	Banco Luso Brasileiro S.A.	2	4	Banco Luso Brasileiro S.A.	2	4	35	-
195	MALCON SCFI [24]	-	-	-	-	-	-	28	16
196	MARKA	Banco Marka S.A.	2	4	-	-	-	23	1
197	MARTINELLI	Banco Martinelli S.A.	2	4	-	-	-	23	13
198	MATONE	Banco Matone S.A.	2	4	Banco Matone S.A.	2	4	35	-
199	MATRIX	Banco Matrix S.A.	2	5	-	-	-	26	20
200	MÁXIMA [25]	Banco Stock S.A.	2	4	Banco Multistock S.A.	2	4	35	
201	MAXINVEST	Banco Maxinvest S.A.	2	4	Banco Maxinvest S.A.	2	4	35	34
202	MERCANTIL	Banco Mercantil S.A.	2	4	-	-	-	11	12
203	MERCANTIL SP	Banco Mercantil de São Paulo S.A.	2	4	Banco Mercantil de São Paulo S.A.	2	4	35	38
204	MERIDIONAL	Banco Meridional do Brasil S.A.	1	1	Banco Santander Meridional S.A.	3	7	35	37
205	MERRILL LYNCH	-	-	-	Banco Merrill Lynch S.A.	3	7	17	15 e 44
206	MIL	MilBanco S.A.	2	4	-	-	-	19	13

207	MINAS [26]	Banco Premier S.A.	2	4	-	-	-	26	20
208	MISASI	Banco Misasi S.A.	2	4	-	-	-	11	15
209	MODAL	-	-	-	Banco Modal S.A.	2	4	28	44
210	MORADA	-	2	4	Banco Morada S.A.	-	-	32	44
211	MORGAN	Morgan Guaranty Trust Company of New York	3	6	JPMorgan Chase Bank	3	6	35	47
212	MORGAN STANLEY	-	-	-	Banco Morgan Stanley Dean Witter S.A.	3	7	5	30
213	MULTIPLIC	Banco Multiplic S.A.	2	5	-	-	-	21	20
214	NACIONAL	Banco Nacional S.A.	2	4	-	-	-	13	12 e 31
215	NACOES [27]	Banco das Nações S.A.	2	5	-	-	-	31	5
216	NORCHEM	Banco Norchem S.A.	2	5	-	-	-	17	20
217	NOROESTE	Banco Noroeste S.A.	2	4	-	-	-	23	6
218	NOSSA CAIXA	Nossa Caixa - Nosso Banco S.A.	1	2	Banco Nossa Caixa S.A.	1	2	35	-
219	OK	Banco OK S.A.	2	4	-	-	-	11	15
220	OPEN	Banco Open S.A.	2	4	-	-	-	3	13
221	OPPORTUNITY	-	-	-	Banco Opportunity S.A.	2	4	30	44
222	OURINVEST	Banco Ourinvest S.A.	2	4	Banco Ourinvest S.A.	2	4	35	40
223	PACTUAL 1	Banco Pactual S.A.	2	4	Banco Pactual S.A.	2	5	35	26 e 34
224	PACTUAL 2 [28]	Banco Sistema S.A.	2	4	-	2	5	34	38
225	PANAMERICANO	Banco Panamericano S.A.	2	4	Banco Panamericano S.A.	2	4	35	-
226	PARAIBAN	Paraiban - Banco do Estado da Paraíba S.A.	1	2	Paraiban - Banco da Paraíba S.A.	3	7	31	37
227	PARANA	Paraná Banco S.A.	2	4	Paraná Banco S.A.	2	4	35	-
228	PATENTE	Banco Patente S.A.	2	4	-	-	-	23	20
229	PAULISTA	Banco Paulista S.A.	2	4	Banco Paulista S.A.	2	4	35	25 e 34
230	PEBB	Banco PEBB S.A.	2	4	Banco PEBB S.A.	2	4	35	34
231	PECUNIA	Banco Pecúnia S.A.	2	4	Banco Pecúnia S.A.	2	4	35	34
232	PERFORMANCE	Banco Performance S.A.	2	4	-	-	-	13	15
233	PINE	Banco Segmento S.A.	2	4	Banco Pine S.A.	2	4	35	34
234	PLANIBANC	Banco Planibanc S.A.	2	4	-	-	-	23	19
235	PONTUAL	Banco Pontual S.A.	2	4	-	-	-	23	12
236	PORTO REAL	Banco Porto Real S.A.	2	4	-	-	-	29	15
237	PORTO SEGURO	Banco Porto Seguro S.A.	2	4	-	-	-	27	8
238	POTTENCIAL	-	-	-	Banco Pottencial S.A.	2	4	34	30

272	TOKYO	Banco de Tokyo S.A.	3	7	-	-	-	9	6 e 47
273	TOKYOMITSUBISHI	Banco Mitsubshi Brasileiro S.A.	3	7	Banco Tokyo-Mitsubshi Brasil S.A.	3	7	35	47
274	TOTAL	Banco Total S.A.	2	4	-	-	-	11	19
275	TRIANGULO	Banco Triângulo S.A.	2	4	Banco Triângulo S.A.	2	4	35	-
276	TRICURY	Banco Tricury S.A.	2	4	Banco Tricury S.A.	2	4	35	-
277	UBS WARBURG	Banco Omega S.A.	2	4	Banco UBS Warburg S.A.	3	7	35	27 e 39
278	UNIBANCO	Unibanco - União de Bancos Brasileiro S.A.	2	4	Unibanco - União de Bancos Brasileiro S.A.	2	5	35	26
279	UNION	Banco Union, S.A. C.A.	3	7	Banco Union-Brasil S.A.	3	7	35	23
280	UNITED [31]	-	-	-	-	-	-	5	5 e 44
281	UNIVERSAL	Banco Universal S.A.	2	4	-	-	-	9	13
282	UNO - E	Banco Exterior de Spaña S.A.	3	6	Banco Uno-E Brasil S.A.	3	7	35	23
283	VARIG	Banco Varig S.A.	2	4	-	-	-	7	20
284	VEGA	Banco Vega S.A.	2	4	-	-	-	16	12
285	VETOR	Banco Vetor S.A.	2	4	-	-	-	15	13
286	VOLKSWAGEN	Banco Volkswagen S.A.	3	7	Banco Volkswagen S.A.	3	7	35	-
287	VOLVO	-	-	-	Banco Volvo Brasil S.A.	3	7	12	41
288	VOTORANTIM	Banco Votorantin S.A.	2	4	Banco Votorantin S.A.	2	4	35	-
289	VR	Banco VR S.A.	2	4	Banco VR S.A.	2	4	35	-
290	WACHOVIA [32]	Banco Português do Atlântico-Brasil S.A.	3	7	-	-	-	32	20 e 39
291	WESTLB	Banco Europeu para a América Latina (BEAL) S.A.	3	6	Banco Westlb do Brasil S.A.	3	6	35	24
292	ZOGBI	Banco de Crédito de São Paulo S.A.	2	4	Banco Zogbi S.A.	2	4	35	-
293	BRASBANCO	Brasbanco Banco Comercial S.A.	2	4	-	-	-	0	13 e 51
294	CEE-RS	Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul	1	3	-	-	-	0	4 e 51
295	FAMA	Banco Fama S.A.	2	4	-	-	-	0	19 e 51
296	HERCULES	Banco Hércules S.A.	2	4	-	-	-	0	12 e 51
297	HKB	Banco HKB S.A.	2	4	-	-	-	0	5 e 51
298	SIBISA [33]	Banco Sibisa S.A. COM.INV.CRED. CONS.CRED.IMOB.	2	4	-	-	-	0	1 e 51

Dados da pesquisa descritiva dos bancos.

(A) Em 2004.

(B) De acordo com : (1) Público, (2) Privado Nacional e (3) Controle Estrangeiro.

(C) Conforme: (1) Federal, (2) Estadual, (3) Outros: Caixa Econômica ou Banco Cooperativo, (4) Privado Nacional, (5) Privado Nacional com Participação Estrangeira, (6) Filial de Banco Estrangeiro e (7) Controle Estrangeiro.

(D) Número de Balancetes Trimestrais durante o período entre 30/06/1994 e 31/12/2002.

(E) Entre 01/07/1994 a 31/12/2002:

- 1) Cancelamento;
- 2) Cancelamento de Filial Estrangeira mediante transformação em Banco Comercial;
- 3) Cancelamento de Filial Estrangeira no País;
- 4) Cancelamento mediante Decreto;
- 5) Incorporação por Banco de Esfera Nacional;
- 6) Incorporação por Banco de Esfera Estrangeira;
- 7) Incorporação por Instituição Não Financeira;
- 8) Regime Especial;
- 9) Regime Especial / Intervenção;
- 10) Regime Especial / Administração Especial Temporária;
- 11) Regime Especial / Administração Especial Temporária e Encerramento;
- 12) Regime Especial / Liquidação Extrajudicial;
- 13) Regime Especial / Liquidação Extrajudicial e Encerramento;
- 14) Regime Especial / Liquidação Extrajudicial e Encerramento em Banco com Início das Atividades Após 30/06/1994;
- 15) Alteração de Banco para Banco de Investimento;
- 16) Alteração de Banco para Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento;
- 17) Alteração de Banco para Sociedade de Arrendamento Mercantil;
- 18) Alteração de Banco para Sociedade Corretora de Títulos e Valores Mobiliários;
- 19) Alteração de Banco para Sociedade Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários;
- 20) Alteração de Banco para Instituição Não Financeira;
- 21) Alteração de Banco Comercial Público Federal para Banco Múltiplo Público Federal;
- 22) Alteração de Banco Comercial Privado Nacional para Banco Múltiplo Privado Nacional;
- 23) Alteração de Banco Comercial Estrangeiro/Filial para Banco Comercial Privado Nacional com Controle Estrangeiro;
- 24) Alteração de Banco Comercial Estrangeiro/Filial para Banco Múltiplo Nacional com Controle Estrangeiro;
- 25) Alteração de Banco Múltiplo Privado Nacional para Banco Comercial Privado Nacional;
- 26) Alteração de Banco Múltiplo Privado Nacional para Banco Múltiplo Nacional com Participação Estrangeira;
- 27) Alteração de Banco Múltiplo Privado Nacional para Banco Múltiplo Nacional com Controle Estrangeiro;
- 28) Alteração de Banco Múltiplo Nacional com Participação Estrangeira para Banco Múltiplo Nacional com Controle Estrangeiro;
- 29) Alteração de Banco Múltiplo Nacional com Controle Estrangeiro para Banco Múltiplo Privado Nacional;
- 30) Banco em Funcionamento com Início das Atividades Após 30/06/1994;
- 31) Venda de Ativos de Bancos com Recursos do PROER (Banco Vendedor);
- 32) Compra de Ativos de Bancos com Recursos do PROER (Banco Comprador de Esfera Nacional);
- 33) Compra de Ativos de Bancos com Recursos do PROER (Banco Comprador de Esfera Estrangeira);
- 34) Alteração de Sócios – Entrada de Novos Sócios; Transferência de Controle para Novo Sócio, Redefinição Interna dos Sócios, Sucessão por Herança, Saída de Sócio Controlador com Entrada de Novo Sócio ou Acordo de Acionistas;
- 35) Transferência de Controle de Banco Estadual para o Governo Federal;
- 36) Privatização com Transferência de Controle para Banco de Esfera Nacional;
- 37) Privatização com Transferência de Controle para Banco de Esfera Estrangeira;
- 38) Transferência de Controle para Banco de Esfera Nacional;
- 39) Transferência de Controle para Banco de Esfera Estrangeira;
- 40) Transferência de Controle para Instituição Não Financeira;
- 41) Alteração de Banco de Investimento para Banco;
- 42) Alteração de Sociedade de Crédito Financiamento e Investimento para Banco;
- 43) Alteração de Sociedade Corretora de Títulos e Valores Mobiliários para Banco;
- 44) Alteração de Sociedade Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários para Banco;
- 45) Alteração de Sociedade de Arrendamento Mercantil para Banco;
- 46) Alteração de Instituição Não Financeira para Banco;
- 47) Fusão Efetivada no Exterior;
- 48) Transferência de Controle Efetivada no Exterior;
- 49) Reestruturação Societária Efetivada no Exterior;
- 50) Incorporação Efetivada no Exterior; e
- 51) Sem Demonstrações Contábeis.

- [1] Banco AGF Braseg S.A. transferido para o Credit Lyonnais Global em 26/11/2001.
- [2] Banco Alvorada S.A. em 2003.
- [3] Banco Bancred S.A. passou para Bancred CFI no 1º trimestre de 1998 e para Cruzeiro do Sul S/A DTVM em 2002.
- [4] Unicard Banco Múltiplo S.A. em 2003.
- [5] BGM Prestadora de Serviços S.A. em 2003.
- [6] Bank of America - Brasil S.A. (Banco de Investimento) em 2003.
- [7] Banco Simples S.A. em 2003.
- [8] Chase Fleming Banco de Investimento S.A. em 2002.
- [9] Credinvest Crédito, Financiamento e Investimento S.A. em 2002.
- [10] Banco Grande Rio S.A. em Liquidação Extrajudicial em 30/06/1994 e transferência de controle para Dresdner Bank Brasil S.A. Banco Múltiplo em 1996.
- [11] Dresdner Bank S.A. em 2003.
- [12] Em Liquidação Ordinária em 2002.
- [13] Banco Francês Internacional (Brasil) S.A., cancelado em 28/09/2001.
- [14] CFI para Banco GNPP S.A. em 21/10/1994.
- [15] HSBC Investment Bank Brasil S.A. - Banco de Investimento em 06/03/2002.
- [16] HSBC Republic Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo, encerrado em 28/12/2001.
- [17] Banco IBI S.A. - Banco Múltiplo em 2003.
- [18] DTVM para Banco Interfinance S.A. em 26/08/1994.
- [19] Banco Investcred Unibanco em 2003.
- [20] Transferência de controle para o Banco Itabanco S.A. e incorporado pelo Credireal em 27/10/2000.
- [21] Banco Itaú Holding S.A. em 2003.
- [22] Banco Itaú-BBA S.A. em 2003.
- [23] Banco Patagon S.A. em 1994.
- [24] CFI para Banco Malcon S.A. no 3º trimestre de 1994 e voltou para CFI em 2002.
- [25] Banco Máxima S.A. em 2003.
- [26] Banco Minas S.A., encerrado em 20/09/2000.
- [27] DTVM para Banco das Nações S.A. em 13/10/1994 e incorporado pelo Banco BCN S.A. em 30/10/2002.
- [28] Pactual CTVM S.A. em 2003.
- [29] Banco Rural Mais S.A. em 2003.
- [30] CTVM para Banco Theca S.A. em 23/01/1995 e Banco Theca de Investimento S.A. em 05/07/2001.
- [31] DTVM para Banco United S.A. no 3º trimestre de 1994 e incorporado no 1º trimestre de 1996.
- [32] Banco Wachovia S.A., cancelado em 19/04/2002.
- [33] Cancelado/Encerrado em 23/06/1995.

ANEXO I – EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS 311

E.M. nº 311/MF

Em 23 de agosto de 1995.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência proposta contendo diretrizes para melhor disciplinamento dos pleitos relativos ao aporte de capitais externos, necessários ao desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional.

2. O ambiente de estabilidade econômica atualmente vivido pelo País torna imperiosa a necessidade de serem criadas condições para que as instituições financeiras a ele se adaptem, possibilitando-lhes, concomitantemente, que atinjam a melhoria e a ampliação de seus serviços e o processo permanente de atualização tecnológica, o que lhes assegurará acesso a níveis de competitividade internacional.

3. Como é do conhecimento de Vossa Excelência, o longo período em que o processo inflacionário grassou em nosso País permitiu que o ganhos proporcionados pelos recursos em trânsito gerassem receitas que, naquele contexto, compensavam despesas realizadas pelas instituições financeiras, ainda que tais instituições se mostrassem ineficientes administrativamente.

4. O novo cenário econômico tornou, contudo, transparente a escassez de capitais nacionais para substituírem os ganhos inflacionários do passado, interrompendo, em consequência, o necessário, e contínuo processo de atualização tecnológica, típico das instituições financeiras competitivas, que lhes assegura melhor remuneração ao poupador e menor custo ao tomador de crédito, mediante a redução da margem de intermediação.

5. Diante da nova conjuntura de estabilidade econômica que ora se faz presente e verificada a incapacidade das instituições financeiras nacionais em arcar com os encargos dos respectivos processos de atualização tecnológica e de crescimento, como suporte exclusivo da poupança interna, imprescindível se torna o reforço de suas estruturas de capital, via participação de recursos do exterior.

6. O capital externo já está presente no sistema financeiro nacional por intermédio de agências ou sucursais de bancos estrangeiros com participação direta ou indireta em instituições financeiras nacionais, ou através de escritório de representação.

7. A experiência tem demonstrado que a presença de bancos estrangeiros no Brasil e a participação acionária do capital externo em instituições financeiras brasileiras em nada tem prejudicado o funcionamento normal do sistema financeiro nacional, em especial porque os serviços bancários que prestam ao público têm sido classificados com elevados índices de qualidade.

8. Impõe-se registrar que a entrada de capital externo, seja através da constituição de novas instituições, seja para reforço de capital das já existentes, tem contribuído decisivamente para preencher uma importante lacuna da economia brasileira, na medida em que se apresenta como complemento da disponibilidade interna necessária ao desenvolvimento do País.

9. Outrossim, a presença de capitais externos no sistema financeiro nacional justifica-se pela colaboração que apresenta ao processo de abertura da economia brasileira, corroborando diretriz do Governo de Vossa Excelência no sentido da maior integração do País à economia mundial, com a consequente redução do chamado "risco Brasil", e maior globalização do setor financeiro.

10. Acrescenta-se que a perspectiva de entrada de capitais externos na economia nacional, especialmente no setor bancário, não somente resultará em reforço financeiro para o País, representado pela captação de poupança externa e acréscimo nas reservas internacionais, mas, sobretudo, em ganhos econômicos decorrentes da introdução de novas tecnologias de gerenciamento de recursos e inovações de produtos e serviços, possibilitando maior eficiência alocativa da economia brasileira.

11. Finalmente, o ingresso de capitais externos no Sistema Financeiro Nacional justifica-se, ainda, pela eficiência operacional e capacidade financeira por eles detidas que, certamente, trarão maior concorrência dentro desse mesmo Sistema, com reflexos substancialmente positivos nos preços dos serviços e nos custos dos recursos oferecidos à sociedade brasileira.

12. Por todo o exposto, proponho a Vossa Excelência o uso da prerrogativa que lhe confere o parágrafo único do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para reconhecer como de interesse do Governo brasileiro a participação ou o aumento do percentual de participação de pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliadas no exterior, no capital das instituições financeiras nacionais.

13. Para permitir o exame criterioso e individualizado dos casos em que esteja presente o interesse de aporte de capitais externos, cada instituição financeira apresentará sua proposta ao Banco Central do Brasil que, após exame, a submeterá à deliberação do Conselho Monetário Nacional, como requisito prévio a decisão final de Vossa Excelência.

Respeitosamente,
PEDRO SAMPAIO MALAN
Ministro de Estado da Fazenda

ANEXO II – PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO

— Privatização*

Os programas de privatização constituem uma das mais significativas reformas em curso no Brasil. Englobam a outorga de concessões ao setor privado, a venda de indústrias e de empresas de serviço público pertencentes aos governos federal, estadual e municipal. Fazem parte de uma profunda transformação institucional que visa a redução do déficit público, a criação de novas oportunidades de investimento, o incentivo à competição e o fortalecimento do mercado acionário. Nessa nova dimensão o papel do Estado não é mais o de produtor de bens e serviços e sim o de regulador das concessões de serviços públicos, através das novas agências reguladoras.

No Brasil, as primeiras privatizações ocorreram a partir de 1987, quando o BNDES realizou a privatização de 16 empresas controladas e outrora inadimplentes com o banco. O sucesso das primeiras privatizações no âmbito do BNDES estimulou o governo federal a instituir o Programa Nacional de Desestatização (PND), estendendo a privatização para o âmbito federal. Desde 1990, por delegação do governo federal, o BNDES é o gestor do Fundo Nacional de Desestatização (FND), depositário legal das ações das empresas incluídas no PND.

As privatizações estaduais começaram a ocorrer a partir de 1996. Quando solicitado, o BNDES fornece assistência técnica na condução dos processos de privatização estaduais.

O BNDES foi designado gestor do FND em 1990 e tem as seguintes atribuições:

- licitar e contratar os prestadores de serviços que irão atuar no PND, ou seja, consultores e auditores encarregados de realizar as avaliações econômico-financeiras, proposta de modelo de venda e auditoria do processo de venda de cada empresa, bem como as empresas encarregadas da divulgação das informações relativas ao programa;
- supervisionar, acompanhar e coordenar os trabalhos dos consultores e auditores até as operações finais de venda;
- recomendar ao Conselho Nacional de Desestatização (CND) as condições gerais de venda e os ajustes prévios à desestatização das empresas, se necessários;
- executar as decisões do CND;
- divulgar ao público todas as etapas e os resultados do processo;
- administrar o FND, onde são depositadas as ações das empresas incluídas no PND.

Nas privatizações estaduais o papel do BNDES é o de estimular as privatizações estaduais objetivando a reestruturação financeira dos Estados.

— BANCOS ESTADUAIS PRIVATIZADOS**

- Banco Meridional do Brasil S.A.
 - Data do Leilão: 04/12/1997.
 - Patrimônio Líquido na data do Leilão: R\$ 337,20 milhões (abril/1997).
 - Participação Vendida: 75,60% do Capital Social.
 - Preço Mínimo do Leilão: R\$ 172,96 milhões.
 - Preço de Venda Obtido no Leilão: R\$ 265,60 milhões.
 - Oferta aos Empregados: R\$ 1,53 milhão.
 - Sobras: não houve.
 - Preço Total: R\$ 311,00 milhões.
 - Relação Preço Mínimo/PL: 1,71.
 - Total de Ativos: R\$ 2.649,3 milhões (junho/1997).
 - Crédito tributário: não disponível.
 - Nº de funcionário na data do leilão: 7.154.
 - Nº de agências: 222.
 - Média de funcionários/agência: 32.
 - Adquirente: Banco Bozano Simonsen.
 - Local: BVRJ.

* Fonte: BNDES.

** Fonte: Banco Central do Brasil.

- Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A.
 - Data do Leilão: 26/06/1997.
 - Patrimônio Líquido na data do Leilão: R\$ 181,00 milhões (junho/1997)
 - Participação Vendida: 99,97% do Capital Social.
 - Preço Mínimo do Leilão: R\$ 310,00 milhões.
 - Preço de Venda Obtido no Leilão: R\$ 311,00 milhões.
 - Oferta aos Empregados: não houve.
 - Sobras: não houve.
 - Preço Total: R\$ 311,00 milhões.
 - Relação Preço Mínimo/PL: 1,71.
 - Total de Ativos: R\$ 2.841 milhões (junho/1997).
 - Crédito tributário: não disponível.
 - Nº de funcionários na data do leilão: não disponível.
 - Nº de agências: 190.
 - Média de funcionários/agência: não disponível.
 - Adquirente: Itaú.
 - Local: BVRJ.

- Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A.
 - Data do Leilão: 07/08/1997.
 - Patrimônio Líquido na data do Leilão: R\$ 98 milhões (maio/1997).
 - Participação Vendida: 99,941% do Capital Social.
 - Preço Mínimo do Leilão: R\$ 121,00 milhões.
 - Preço de Venda Obtido no Leilão: R\$ 127,30 milhões.
 - Oferta aos Empregados: R\$ 4,69 milhões.
 - Sobras: R\$ 2,21 milhões.
 - Preço Total: R\$ 134,20 milhões.
 - Relação Preço Mínimo/PL: 1,23.
 - Total de Ativos: R\$ 1.014 milhões (maio/1997).
 - Crédito tributário: R\$ 115 milhões.
 - Nº de funcionários na data do leilão: 2.413.
 - Nº de agências: 86.
 - Média de funcionários/agência: 28.
 - Adquirente : BCN/Bradesco.
 - Local: BOVMESB.

- Banco do Estado de Minas Gerais S.A.
 - Data do Leilão: 14/09/1998.
 - Patrimônio Líquido na data do Leilão: R\$ 296,33 milhões.
 - Participação Vendida: 89,05% do capital total.
 - Preço Mínimo do Leilão: R\$ 314,00 milhões.
 - Preço de Venda Obtido no Leilão: R\$ 583,00 milhões.
 - Oferta aos Empregados: R\$ 13,41 milhões.
 - Sobras: R\$ 6,65 milhões.
 - Preço Total: R\$ 603,06 milhões.
 - Relação Preço Mínimo/PL: 1,32.
 - Total de Ativos: R\$ 3.235 milhões (junho/1998).
 - Crédito tributário: R\$ 210 milhões.
 - Nº de funcionários na data do leilão: 7.104.
 - Nº de agências: 472.
 - Média de funcionários/agência: 15.
 - Adquirente : Itaú.
 - Local: BOVMESB.

- Banco do Estado de Pernambuco S.A.
 - Data do Leilão: 17/11/1998.
 - Patrimônio Líquido na data do Leilão: R\$ 150,14 milhões.
 - Participação Vendida: 99,97% do Capital Social.
 - Preço Mínimo do Leilão: R\$ 183,00 milhões.
 - Preço de Venda Obtido no Leilão: R\$ 183,00 milhões.
 - Oferta aos Empregados: não houve.
 - Sobras: não houve.
 - Preço Total: R\$ 183,00 milhões.
 - Relação Preço Mínimo/PL: 1,06.
 - Total de Ativos: R\$ 737 milhões (junho/1998).
 - Crédito tributário: R\$ 166 milhões.
 - Nº de funcionários na data do leilão: 1.641.
 - Nº de agências: 52.
 - Média de funcionários/agência: 31,5.
 - Adquirente: ABN Amro Bank.
 - Local: BVRJ.

Comentários: no caso de venda do BANDEPE, parte do crédito tributário estava explicitado nas demonstrações financeiras (Patrimônio Líquido), fato que demandou enorme esforço para a consecução da venda daquele banco ao ABN, único interessado na aquisição.

- Banco do Estado da Bahia S.A.
 - Data do Leilão: 22/06/1999.
 - Patrimônio Líquido na data do Leilão: R\$ 145,38 milhões (dezembro/1998).
 - Participação Vendida: 93,95% do Capital Social.
 - Preço Mínimo do Leilão: R\$ 252,00 milhões.
 - Preço de Venda Obtido no Leilão: R\$ 260,00 milhões.
 - Oferta aos Empregados: R\$ 7,80 milhões.
 - Sobras: não houve.
 - Preço Total: R\$ 267,80 milhões.
 - Relação Preço Mínimo/PL: 1,84.
 - Total de Ativos: R\$ 2.001 milhões (dezembro/1998).
 - Crédito tributário: R\$ 300 milhões.
 - Nº de funcionários na data do leilão: 2.825.
 - Nº de agências: 170.
 - Média de funcionários/agência: 16,6.
 - Adquirente: Bradesco.
 - Local: BVRJ.

Comentários: o preço mínimo de leilão, situado em quase duas vezes o valor do patrimônio líquido dificultou sobremaneira a venda do BANEB, e que, a exemplo do BANDEPE, demandou substancial esforço para que houvesse interessado, sendo vendido quase no seu preço mínimo, com ágio irrelevante.

- Banco do Estado do Paraná S.A.
 - Data do Leilão: 17/10/2000.
 - Patrimônio Líquido na data do Leilão: R\$ 472,30 milhões.
 - Participação Vendida: 94,42% do Capital Total.
 - Preço Mínimo do Leilão: R\$ 403,00 milhões.
 - Preço de Venda Obtido no Leilão: R\$ 1.625,00 milhões.
 - Oferta aos Empregados: R\$ 146,56 milhões.
 - Sobras: R\$ 27,70 milhões.
 - Preço Total: R\$ 1.799,26 milhões.
 - Relação Preço Mínimo/PL: 0,76.
 - Total de Ativos: R\$ 7.129 milhões (junho/2000).
 - Crédito tributário: R\$ 1.447 milhões.
 - Nº de funcionários na data do leilão: 7.683.
 - Nº de agências: 376.
 - Média de funcionários/agência: 20,4.
 - Adquirente: Itaú.
 - Local: BVPR.

- Banco do Estado São Paulo S.A.
 - Data do Leilão: 20/11/2000.
 - Patrimônio Líquido na data do Leilão: R\$ 2.008,32 milhões.
 - Participação da União no Capital Social: 30% capital total/60% capital votante.
 - Preço Mínimo do Leilão: R\$ 1.850,00 milhões.
 - Preço de Venda Obtido no Leilão: R\$ 7.050,00 milhões.
 - Oferta aos Empregados: R\$ 95,46 milhões.
 - Sobras: R\$ 15,46 milhões.
 - Preço Total: R\$ 7.160,92 milhões.
 - Relação Preço Mínimo/PL: 3,07.
 - Total de Ativos: R\$ 28,23 bilhões.
 - Crédito tributário: R\$ 1.411 milhões.
 - Nº de funcionários na data do leilão: 20.098.
 - Nº de agências: 578.
 - Nº de PABs: 752.
 - Média de funcionários/ponto de atendimento: 15,11.
 - Adquirente: Santander.
 - Local: BVRJ.

- Banco do Estado da Paraíba S.A.
 - Data do Leilão: 08/11/2001.
 - Patrimônio Líquido na data do Leilão: R\$ 45,19 milhões.
 - Participação Vendida: 89,70% do Capital Social.
 - Preço Mínimo do Leilão: R\$ 50,18 milhões.
 - Preço de Venda Obtido no Leilão: R\$ 76,50 milhões.
 - Oferta aos Empregados: R\$ 2,64 milhões.
 - Sobras: não houve.
 - Preço Total: R\$ 79,14 milhões.
 - Relação Preço Mínimo/PL: 1,18.
 - Total de Ativos: R\$ 384,83 milhões.
 - Crédito tributário: não disponível.
 - Nº de funcionários na data do leilão: 390.
 - Nº de agências: 8.
 - Nº de PABs: 8.
 - Média de funcionários/ponto de atendimento: 50,13.
 - Adquirente: ABN Amro Bank Real.
 - Local: BVRJ.

- Banco do Estado de Goiás S.A.
 - Data do Leilão: 04/12/2001.
 - Patrimônio Líquido na data do Leilão: R\$ 153,95 milhões.
 - Participação da União no Capital Social: 84,46%.
 - Preço Mínimo do Leilão: R\$ 300,72 milhões.
 - Preço de Venda obtido n Leilão: R\$ 665,00 milhões.
 - Oferta aos Empregados: R\$ 15,83 milhões.
 - Sobras: R\$ 0,02 milhões.
 - Preço Total: R\$ 680,85 milhões.
 - Relação Preço Mínimo/PL: 1,55.
 - Total de Ativos: R\$ 1.297 milhões.
 - Crédito Tributário: não disponível.
 - Nº de funcionários/ponto de atendimento: 7,12.
 - Adquirente: Itaú.
 - Local: BVRJ.

- Banco do Estado do Amazonas S.A.
 - Data do Leilão: 24/01/2002.
 - Patrimônio Líquido na data do Leilão: R\$ 137,07 milhões.
 - Participação da União no Capital Social: 88,68%.
 - Preço Mínimo do Leilão: R\$ 182,91 milhões.
 - Preço de Venda obtido no Leilão: R\$ 182,91 milhões.
 - Oferta aos Empregados: R\$ 9,63 milhões.
 - Sobras: não houve.
 - Preço Total: R\$ 192,54 milhões.
 - Relação Preço Mínimo/PL: 1,32.
 - Total de Ativos: R\$ 622,12 milhões.
 - Crédito Tributário: Não Disponível.
 - N.º de funcionários/ponto de atendimento: 7,99.
 - Adquirente: Bradesco.
 - Local: BVRJ.

- Banco do Estado do Maranhão S.A.
 - Data do Leilão: 10/02/2004.
 - Patrimônio Líquido na data do Leilão: R\$ 65,424 milhões.
 - Participação da União no Capital Social: 99,95%.
 - Preço Mínimo do Leilão: R\$ 77,172 milhões.
 - Preço de Venda obtido no Leilão: R\$ 78 milhões.
 - Oferta aos Empregados: R\$ 3,9 milhões.
 - Sobras: valor insignificante.
 - Preço Total: R\$ 82,061 milhões.
 - Relação Preço Mínimo/PL: 1,19.
 - Total de Ativos: R\$ 895,754 milhões.
 - Crédito Tributário: Não Disponível.
 - N.º de funcionários/ponto de atendimento: 2,60.
 - Adquirente: Bradesco.
 - Local: BOVESPA.

ANEXO III – REGIMES ESPECIAIS EM BANCOS

	Data de Decretação	Tipo de Regime Especial	Nome	Data de Convolução em Liquidação Extrajudicial	Data do Encerramento
1	20/07/1994	Liquidação Extrajudicial	Banco Garavelo S.A.		27/12/1996
2	28/07/1994	Liquidação Extrajudicial	Banco Hércules S.A.		13/05/2004
3	16/09/1994	Liquidação Extrajudicial	Brasbanco S.A. Banco Comercial		23/01/1996
4	14/11/1994	Liquidação Extrajudicial	Banco Adolpho Oliveira & Associados S.A.		09/07/1996
5	18/11/1994	Liquidação Extrajudicial	Banco Seller S.A.		20/11/1996
6	21/11/1994	Liquidação Extrajudicial	Banco Atlantis S.A.		18/09/1997
7	22/11/1994	Liquidação Extrajudicial	Banco Bancorp S.A.		23/01/1997
8	30/12/1994	Administração Especial Temporária	Banco do Estado de São Paulo S.A.		26/12/1997
9	30/12/1994	Liquidação Extrajudicial	Banco Desenvolvimento Rio Grande do Norte S.A.		20/01/2000
10	30/12/1994	Administração Especial Temporária	Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A.	30/12/1996	06/02/2002
11	23/01/1995	Administração Especial Temporária	Banco do Estado de Alagoas S.A.	22/07/1997	30/12/2002
12	23/01/1995	Liquidação Extrajudicial	Banco Open S.A.		21/06/2001
13	02/02/1995	Administração Especial Temporária	Banco do Estado do Mato Grosso S.A. Bemat	28/01/1998	02/06/1999
14	13/02/1995	Liquidação Extrajudicial	Banco Comercial Bancesa S.A.		05/03/2003
15	20/02/1995	Administração Especial Temporária	Banco do Estado de Rondônia S.A. – Beron		14/08/1998
16	01/03/1995	Liquidação Extrajudicial	Banco São Jorge S.A.		
17	03/03/1995	Liquidação Extrajudicial	Banco Rosa S.A.		27/08/1997
18	12/04/1995	Liquidação Extrajudicial	Banco Agrimisa S.A.		18/03/2004
19	07/06/1995	Administração Especial Temporária	Banco Banerj S.A. (Ex-Banerj DTVM S.A.)		14/07/1997
20	11/08/1995	Intervenção	Banco Comercial de São Paulo S.A.	09/08/1996	20/01/1997
21	11/08/1995	Intervenção	Banco Mercantil S.A.	09/08/1996	
22	11/08/1995	Intervenção	Banco Econômico S.A.	09/08/1996	
23	25/08/1995	Liquidação Extrajudicial	BIG S.A. – Banco Irmãos Guimarães		18/03/2004
24	18/11/1995	Administração Especial Temporária	Banco Nacional S.A.	13/11/1996	
25	18/11/1995	Administração Especial Temporária	Banco Nacional de Investimentos S.A.	18/11/1997	
26	04/12/1995	Liquidação Extrajudicial	BFC Banco S.A.		28/07/1999

27	05/12/1995	Liquidação Extrajudicial	Banco GNPP S.A.		27/11/2003
28	05/12/1995	Liquidação Extrajudicial	Banco Investcorp S.A.		03/09/1998
29	21/03/1996	Liquidação Extrajudicial	Banco Dracma S.A.		03/06/1998
30	17/04/1996	Liquidação Extrajudicial	BFI – Banco de Financiamento Internacional		15/07/1997
31	24/05/1996	Intervenção	Banco Banorte S.A.	19/12/1996	
32	20/06/1996	Liquidação Extrajudicial	Banco Universal S.A.		08/07/1998
33	30/12/1996	Liquidação Extrajudicial	Banco Interunion S.A.		25/10/2001
34	21/02/1997	Liquidação Extrajudicial	Banco do Progresso S.A.		18/11/1999
35	21/02/1997	Liquidação Extrajudicial	Banco Vetor S.A.		15/07/1998
36	21/02/1997	Liquidação Extrajudicial	Banco Sheck S.A.		28/11/1997
37	26/03/1997	Intervenção	Banco Bamerindus do Brasil S.A.	26/03/1998	
38	15/05/1997	Liquidação Extrajudicial	Banco Empresarial S.A.		09/07/2002
39	15/05/1997	Liquidação Extrajudicial	Banfort – Banco Fortaleza S.A.		05/03/2003
40	15/05/1997	Liquidação Extrajudicial	Banco Vega S.A.		
41	11/08/1997	Liquidação Extrajudicial	Banco Interfinance S.A.		28/11/1997
42	11/08/1997	Liquidação Extrajudicial	Banco Porto Seguro S.A.		
43	03/09/1997	Liquidação Extrajudicial	Banco do Estado do Amapá S.A.		28/07/1999
44	16/02/1998	Liquidação Extrajudicial	Milbanco S.A.		10/10/2000
45	16/02/1998	Liquidação Extrajudicial	Banco Aplicap S.A.		
46	15/05/1998	Liquidação Extrajudicial	Banco BMD S.A.		
47	15/05/1998	Liquidação Extrajudicial	Banco Brasileiro Comercial S.A.		03/07/2003
48	30/10/1998	Intervenção	Banco Pontual S.A.	29/10/1999	
49	30/10/1998	Intervenção	Banco Martinelli S.A.	29/10/1999	09/07/2002
50	23/03/1999	Liquidação Extrajudicial	Banco Crefisul S.A.		24/10/2002
51	13/04/2000	Liquidação Extrajudicial	Banco Lavra S.A.		05/03/2003
52	13/07/2000	Liquidação Extrajudicial	Banco Hexabanco S.A.		11/06/2003
53	07/02/2001	Liquidação Extrajudicial	Banco Interior de São Paulo S.A.		
54	27/03/2001	Liquidação Extrajudicial	Banco Araucária S.A.		05/03/2003
55	28/03/2001	Liquidação Extrajudicial	Banco Interpart S.A.		24/10/2002
56	01/08/2001	Liquidação Extrajudicial	Banco Santos Neves S.A.		
57	13/03/2002	Liquidação Extrajudicial	Banco Interunion S.A.		

Fonte: Banco Central do Brasil.

ANEXO IV – DECRETOS DE INTERESSE DO GOVERNO BRASILEIRO

Decretos conforme o Artigo 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — Constituição da República Federativa do Brasil

Decreto	Nº	Data	Descrição*
1	s/nº	08/08/1995	Dispõe sobre o Ingresso do Robobank Nederland (Holanda) no sistema financeiro nacional (a fim de constituir uma instituição financeira com 100% de participação estrangeira da Cooperative Centrale Raiffeisen-Boerenleen Bank S.A., Holanda).
2	s/nº	05/10/1995	Autoriza o Banco de Boston S.A., a constituir uma Companhia Hipotecária (com 100% de participação estrangeira).
3	s/nº	05/10/1995	Dispõe sobre o ingresso do Banco Comercial S.A. – Uruguai, no sistema financeiro nacional (com 100% de participação estrangeira).
4	s/nº	01/11/1995	Aumento da participação estrangeira (do Midland Bank PLC, Londres) no capital social do Banco Bamerindus do Brasil S.A. (até o limite de 100%, com reflexo nas controladas Bamerindus Leasing AM, DTVM E CCVM).
5	s/nº	07/03/1996	Eventual aumento da participação estrangeira no capital do Banco Meridional do Brasil S.A.
6	s/nº	10/04/1996	Aumento da participação estrangeira (de 99% para 100%) no capital do Banco Mitsubishi Brasileiro S.A.
7	nº 1.868	17/04/1996	Participação estrangeira (do Union Bancaire Privée, Genebra, Suíça, até o limite de 49%) no capital do Excel Banco S.A. (como também nas controladas Excel CFI, DTVM e Leasing Econômico CCVM e DTVM).
8	s/nº	20/05/1996	Participação estrangeira no capital de Companhia Hipotecária a ser constituída pelo Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.
9	s/nº	21/05/1996	Participação estrangeira no capital de Companhia Hipotecária a ser constituída pelo Grupo Citibank (até o limite de 99,99% do capital).
10	s/nº	21/05/1996	Participação estrangeira em Banco Múltiplo a ser constituído pelo Banque Nationale de Paris – BNP (de até 100% e abrir até 10 agências).
11	s/nº	24/06/1996	Participação estrangeira (de até 100%) no capital de Banco Múltiplo (Banco Grande Rio S.A.) e de Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (sua controlada Grande Rio S.A.) a serem adquiridos pelo Deutsch-Sudamerikanische Bank A.G. (bem como abrir até 5 agências do banco adquirido).
12	s/nº	01/10/1996	Aumento da participação estrangeira no capital de instituições pertencentes ao conglomerado financeiro controlado pelo Estado do Rio de Janeiro, no processo de privatização a ser eventualmente implementado. ^[1]
13	s/nº	04/11/1996	Aumento da participação estrangeira no capital do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. e suas controladas Credireal S.A. Corretora de Câmbio e Valores e Credireal Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, no processo de privatização a ser eventualmente implementado.
14	s/nº	13/01/1997	Participação estrangeira na constituição de Banco Múltiplo pelo Credit Suisse First Bank. (Revogado por Decreto s/nº de 10/09/1997).
15	s/nº	13/01/1997	Participação estrangeira (de até 100%) na constituição de Sociedade Corretora de Títulos e Valores Mobiliários pelo Deutsche Bank S.A. Banco Alemão.

16	s/nº	05/02/1997	Aumento da participação estrangeira (de 50% para 100% pelo Banque Société Générale, Paris, França) no Banco Sogeral S.A. e (com reflexo nas) suas controladas (Sogeral CCTVM e Norchem Leasing AM).
17	s/nº	05/02/1997	Aumento da participa��o estrangeira (do Banco Santander S.A., Madri, Espanha, até o limite de 50%) no Banco Geral do Comércio S.A. e suas controladas.
18	s/nº	26/03/1997	Participa��o estrangeira (até 100%) no capital de institui��o financeira (Banco Múltiplo) a ser constituída pelo HSBC Holdings PLC e suas subsidiárias HSBC Holdings B.V. e HSBC Investment Bank Holding B.V. (até o limite de 100% no capital de SAM, DTVM e CTVM).
19	s/nº	15/04/1997	Aumento da participa��o estrangeira no capital do Banco do Estado de Mato Grosso S.A. – sob administra��o especial temporária, no processo de privatiza��o a ser eventualmente implementado.
20	s/nº	06/05/1997	Aumento do percentual de participa��o estrangeira (de 55,66% para 75%) no capital social do Banco Sudameris Brasil S.A. (com reflexo no Banco Financeiro e Industrial de Investimento, Sudameris CCVM, DTVM e AM).
21	s/nº	12/05/1997	Instala��o de filial do Banco de La Provincia de Buenos Aires, Argentina.
22	s/nº	17/06/1997	Aumento do percentual de participa��o estrangeira (de 49,99% para 100%) no capital social do Banco ABC-Roma S.A. (Arab Banking Corporation, Manama, Bahrein) e da ABC-Roma Corretora de Valores Mobiliários S.A.
23	s/nº	03/07/1997	Ingresso do Korea Exchange Bank (Seul, Coréia) e constituir um Banco Múltiplo com participa��o estrangeira de até 100%.
24	s/nº	03/09//1997	Amplia��o da participa��o societária estrangeira (até o limite de 70%) no Banco Boavista S.A. e suas controladas (Boavista CCVM, DTVM e AM, Inter-Atlântico DTVM e AM como reflexo da participa��o estrangeira existente no Banco Inter-Atlântico S.A. e expandir a rede de agências do Banco Boavista até o limite de 100 novas agências).
25	s/nº	17/09/1997	Participa��o estrangeira de até 100% em Sociedade de Arrendamento Mercantil a ser constituída pela Hewlett-Packard Finance Company.
26	s/nº	13/10/1997	Amplia��o da participa��o societária estrangeira no Banco BCN Barclays S.A. (até o limite de 72,71%) e na ITA DTVM S.A. (pelo Banco de Galicia Y Buenos Aires S.A., até o limite de 72,42%).
27	s/nº	29/10/1997	Aumento da participa��o estrangeira (de 50% para 100%) no capital do Transbanco Banco de Investimento S.A. e da Transbanco Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (Grupo Transbanco – Volvo do Brasil Veículos Ltda.).
28	s/nº	12/11/1997	Amplia��o da participa��o societária estrangeira (até o limite de 100% pelo Banco Santander, Espanha) no Banco Noroeste S.A. (com conseqüente reflexo no capital das suas controladas).
29	s/nº	13/11/1997	Participa��o estrangeira de até 100% no capital do Banco Meridional do Brasil S.A. e em suas controladas (Meridional Leasing – AM e CVMC).
30	s/nº	26/11/1997	Amplia��o da participa��o societária estrangeira (de 48,5% para 80% do Mellon Bank Corporation, Pittsburg, EUA) no Banco Brascan S.A. (com conseqüente reflexo no capital da Brascan S.A. CTVM).
31	s/nº	30/12/1997	Participa��o estrangeira (de até 100%) em Sociedades de Arrendamento Mercantil e de Crédito, Financiamento e Investimento a serem constituídas pela Caterpillar Financial Services Corporation – CFSC (Illinois, EUA).
32	s/nº	30/12/1997	Participa��o societária estrangeira (de até 100% do Nations Bank Corporation, Carolina do Norte, EUA) no Banco Liberal S.A. (com conseqüente reflexo na Liberal S.A. CCVM).

33	s/nº	30/12/1997	Participação estrangeira (de até 100%) em uma Sociedade Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, a ser constituída no país pelo Grupo Morgan Stanley, Dean Witter, Discover & CO.
34	s/nº	30/12/1997	Participação estrangeira no capital social de um Banco Múltiplo a ser constituído pelo Credit Suisse First Boston. (Revogado por Decreto s/nº de 27/07/1998).
35	s/nº	30/12/1997	Ampliação da participação societária estrangeira (de 50% para 100%) no Banco AGF Braseg S.A. e na AGF Braseg Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
36	s/nº	30/12/1997	Participação estrangeira (de até 100%) em uma Sociedade Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e uma Sociedade Corretora de Câmbio, a serem criadas pela CM Capital Markets Latin America (Espanha).
37	s/nº	13/01/1998	Participação societária estrangeira no Banco de Crédito Nacional S.A. e no Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. (com conseqüente reflexo nas suas controladas, em decorrência da aquisição de seus controles pelo Banco Bradesco, que conta com participação estrangeira de 1,81%).
38	s/nº	13/01/1998	Participação societária estrangeira no Banco Graphus S.A. (por parte do Robert Fleming Holdings Limited, Inglaterra, em até 100%, com conseqüente reflexo na Graphus CCVM).
39	s/nº	21/01/1998	Participação societária estrangeira no Banco Sistema S.A. (com reflexo na Sistema CCVM e Leasing, em decorrência da aquisição de seu controle pelo Banco Pactual, que conta com participação estrangeira de 16,72%).
40	s/nº	21/01/1998	Ampliação da participação societária estrangeira (em até 100%) no Banco Omega S.A. e na Corretora Omega de Valores Mobiliários e Câmbio S.A. (Swiss Bank Corporation, Suíça).
41	s/nº	12/02/1998	Participação societária estrangeira (até o limite de 100% da Caixa Geral de Depósitos S.A., Portugal) no Banco Bandeirantes S.A. e de suas controladas.
42	s/nº	06/03/1998	Participação societária estrangeira (de até 100%) em Banco Múltiplo a ser constituído no país pela Mercedes-Benz do Brasil S.A. e ampliação da participação estrangeira (até 100%) no capital da Mercedes-Benz Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
43	s/nº	11/03/1998	Participação societária estrangeira no capital (em até 100%) do Banco do Estado de Minas Gerais S.A. e em suas controladas Financeira Bemge S.A. Crédito, Financiamento e Investimento e Bemge Distribuidora S.A. – Títulos e Valores Mobiliários (no processo de privatização).
44	s/nº	20/03/1998	Participação estrangeira no capital social (de até 100%) de um Banco Múltiplo e de uma Sociedade de Arrendamento Mercantil, a serem constituídos pela Toyota Motor Corporation, com sede no Japão.
45	s/nº	02/04/1998	Participação estrangeira minoritária indireta no capital de uma Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento e de uma Sociedade Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, a serem constituídas pelo Unibanco.
46	s/nº	06/04/1998	Participação estrangeira (de até 100%) em Banco Múltiplo e Sociedade de Arrendamento Mercantil a serem constituídos pelo Grupo PSA Peugeot Citroen.
47	s/nº	23/04/1998	Aumento da participação societária estrangeira no Banco Bozano Simonsen S.A. (com o conseqüente reflexo no capital de suas participadas, em decorrência de reorganização societária em que o Banco Meridional do Brasil S.A., que pode ter até 100% de capital estrangeiro, passou a controlá-lo).
48	s/nº	27/04/1998	Participação societária estrangeira (minoritária em decorrência da existência de participação estrangeira no capital do Banco) na Sociedade de Arrendamento Mercantil a ser constituída pelo Banco Fininvest S.A.

49	s/nº	27/04/1998	Participação societária estrangeira (minoritária) no Banco Dibens S.A. (com conseqüente reflexo na DTVM e na <i>Leasing</i> , como reflexo da participação estrangeira do Unibanco).
50	s/nº	27/04/1998	Participação estrangeira em Sociedade Corretora de Títulos e Valores Mobiliários a ser constituída pelo Banco Merrill Lynch S.A. (com 2 agências e participação estrangeira de até 100%).
51	s/nº	28/04/1998	Participação societária estrangeira (em até 50,001%) no capital da Leasecorp Arrendamento Mercantil S.A. (pelo El Camino Resources Int. Inc., Califórnia, EUA).
52	s/nº	01/06/1998	Participação societária estrangeira (em até 100%) no capital do Banco Mappin S.A. e da Financiadora Mesbla S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (pelo Grupo General Eletric, EUA).
53	s/nº	16/06/1998	Aumento da participação societária estrangeira (de 50% para 100%) no capital do Banco Santander Brasil S.A. com conseqüente reflexo em suas controladas: Santander CCVM, DTVM e AM, Banco Noroeste, Noroeste CCTVM, DTVM e Leasing, e Norchem Leasing – AM (por transferência de controle do Banco Geral do Comércio S.A.).
54	s/nº	16/06/1998	Participação societária estrangeira no BCR – Banco de Crédito Real S.A. e na BCR Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (em decorrência da aquisição do controle pelo Banco Bradesco S.A., que conta com a participação estrangeira de 1,81%).
55	s/nº	13/07/1998	Aumento da participação societária estrangeira no Banco Sudameris Brasil S.A., com o conseqüente reflexo nos capitais sociais do Banco Financeiro e Industrial de Investimento S.A., Sudameris DTVM, AM e CCTVM, bem como a expansão da rede de agências do Banco Sudameris Brasil S.A., até o limite de 186 agências.
56	s/nº	13/07/1998	Aumento da participação societária estrangeira, até cem por cento, no capital social do Banco América do Sul S.A., com o conseqüente reflexo nos capitais sociais da América do Sul DTVM., Leasing AM e CCTVM, bem como a expansão da rede de agências do Banco América do Sul S.A., até o limite de 314 agências (em decorrência da transferência de seu controle para o Banco Sudameris Brasil S.A.).
57	s/nº	27/07/1998	Participação societária estrangeira de 100% no capital do Banco de Investimentos Garantia S.A. e em suas controladas (em decorrência da transferência de seu controle para o Credit Suiss First Boston, Suíça). (Revogado por Decreto s/nº de 23/12/1998).
58	s/nº	27/07/1998	Participação societária estrangeira de até 100% no capital de Banco Múltiplo e Sociedade de Arrendamento Mercantil a serem constituídos pela New Holland N.V.
59	s/nº	10/08/1998	Aumento da participação societária estrangeira no Banco Excel Econômico S.A. (de até 100% no banco e suas controladas, em decorrência da transferência de seu controle para o Banco Bilbao Vizcaya S.A., Espanha).
60	s/nº	10/08/1998	Participação estrangeira em Sociedade Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários a ser constituída pelo Banco Brascan S.A e pela Mellon International Investment Company.
61	s/nº	13/08/1998	Participação societária estrangeira (de até 100%) no capital do Banco do Estado de Pernambuco S.A. – Bandepe – e de sua controlada Bandepe DTVM S.A. (no processo de privatização).
62	s/nº	13/08/1998	Participação estrangeira (de até 40% com direito a voto, e 100%, sem direito a voto, em decorrência da aquisição pelo ABN Amro Bank, Holanda) no capital social do Banco Real S.A. e de sociedades coligadas – Cia. Real CI e Cia. Real de Valores DTVM. (Revogado por Decreto s/nº de 23/12/1998).

63	s/nº	09/09/1998	Aumento da participação societária estrangeira (do ING Bank N.V., Holanda) no capital da ING-Guilder Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e da ING-Guilder Corretora de Câmbio e Títulos S.A.
64	s/nº	13/10/1998	Participação societária estrangeira (de até 100%) no capital de Companhia Hipotecária a ser constituída pela Brascan Imobiliária S.A.
65	s/nº	21/12/1998	Participação estrangeira em instituição financeira bancária a ser constituída pelo Banco Francês Uruguay S.A.
66	s/nº	23/12/1998	Participação estrangeira (até 100%) no capital social do Banco Real S.A. e de sociedades coligadas: Cia. Real CI e Cia. Real de Valores DTVM. (Revogou Decreto de 13/08/1998).
67	s/nº	01/01/1999	Aumento da participação societária estrangeira (de 98,78 % para 100%) no capital da CM Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (em decorrência da aquisição pela BMW).
68	s/nº	08/02/1999	Participação societária estrangeira (de até 100%) no capital de Sociedade de Arrendamento Mercantil e de Banco Múltiplo (com até 10 agências) a serem constituídos pela Honda Motor do Brasil Ltda., subsidiária integral da Honda Motor Co., Ltd., sediada no Japão.
69	s/nº	26/02/1999	Participação societária estrangeira no capital social de Banco Múltiplo a ser constituído pelo Grupo Cargill (Cargill Incorporated, EUA).
70	s/nº	16/03/1999	Aumento da participação societária estrangeira (até 100%) no capital da ING-Baring Corretora de Valores Mobiliários S.A. (em decorrência da transferência de seu controle para o Banco ABN Amro S.A.).
71	s/nº	12/05/1999	Participação societária estrangeira (de até 100%) no capital social do Banco do Estado da Bahia S.A. e de suas controladas Bibahia-Baneb Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e Baneb Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil (no processo de privatização).
72	s/nº	19/05/1999	Participação estrangeira (de até 100%) no capital social de Sociedade Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, a ser constituída pela Vera Cruz Vida e Previdência S.A., empresa pertencente ao Grupo Mapfre, da Espanha.
73	s/nº	07/07/1999	Aumento da participação societária estrangeira (de até 100%) no capital do Banco Primus S.A. e da Primus Corretora de Valores e Câmbio S.A. (em decorrência da transferência de controle para o Banif – Banco Internacional do Funchal, Portugal).
74	s/nº	10/08/1999	Aumento da participação societária estrangeira (de até 100%) no capital do Banco Liberal S.A. e Liberal S.A. Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários (pelo Bank of America).
75	s/nº	23/08/1999	Aumento da participação estrangeira no capital do Banco Boavista Inter-Atlântico S.A. e suas subsidiárias (até o limite de 100% pela Inter-Atlântico S.A.).
76	s/nº	13/09/1999	Aumento da participação societária estrangeira no capital do Banco Agroinvest S/A e da SLC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (até o limite de 100% pelo Grupo John Deere).
77	s/nº	13/09/1999	Aumento da participação societária estrangeira no capital da Citibank Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (até o limite de 100% pelo Conglomerado Citibank).
78	s/nº	23/09/1999	Participação societária estrangeira no capital da Icatu Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (até o limite de 48% por BBA Creditanstalt S.A.).

79	s/nº	19/10/1999	Participação societária estrangeira(de até 100%) no capital de Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (limite de 10 agências) a ser constituída no país (pela Cetelem S.A., França, Grupo BNP).
80	s/nº	21/10/1999	Aumento da participação societária estrangeira (até 100%) no capital da BT Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (pelo Deutsche Bank AG).
81	s/nº	21/10/1999	Aumento da participação societária estrangeira (até 100%) no capital social da Leasecorp El Camino Arrendamento Mercantil S.A. (por El Camino Resources de America Latina INC).
82	s/nº	04/11/1999	Participação societária estrangeira (de até 100%) no capital social de Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (limite de até 10 agências), a ser constituída pela BMW Holding B.V. (Grupo BMW, por interesse de BMW Financial Service NA. INC).
83	s/nº	04/11/1999	Aumento da participação societária estrangeira (até 100%) no capital da Credit Lyonnais Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento e a participação societária estrangeira (de 50%) no capital da Corretora BCN S.A. Valores Mobiliários (por Crédit Lyonnais).
84	s/nº	08/12/1999	Participação societária estrangeira (de até 100%) no capital social de Sociedade Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, a ser constituída pelo Banco Fleming Graphus S. A.
85	s/nº	10/12/1999	Participação societária estrangeira (de até 100%) no capital social de Banco Múltiplo e Sociedade de Arrendamento Mercantil, a serem constituídos pela ABB Asea Brown Boveri LTD.
86	s/nº	23/12/1999	Participação societária estrangeira (de até 100%) no capital social do Banco do Estado de São Paulo S.A. (Banespa) e de suas controladas Banescor-Banespa S.A. Corretora de Câmbio e Títulos e Banespa Leasing – Banespa S.A. Arrendamento Mercantil (no processo de privatização).
87	s/nº	31/12/1999	Aumento da participação societária estrangeira (até 100%) no capital social do Banco Credibanco S.A e da Credibanco S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (pelo Bank of New York, por parte interessada do BNY International Financing Corporation).
88	s/nº	04/01/2000	Aumento da participação societária estrangeira (de 70% para 100%) no capital social da Volkswagen Leasing S.A. Arrendamento Mercantil.
89			Participação societária estrangeira no capital de Sociedade Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (constituir com 100% de participação estrangeira por interesse de Latinstocks Corporation, Grand Cayman).
90	s/nº	13/03/2000	Participação societária estrangeira (até 100%) no capital da Procap Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (por Patagon.Com International Ltd.).
91	s/nº	20/04/2000	Participação societária estrangeira (até 100%) (da Merrill Lynch, Pierce & Smith) no capital do Banco Merrill Lynch S.A. (autorização para transformar a participação temporária em permanente).
92	s/nº	20/04/2000	Participação societária estrangeira (com 100%) no capital de Banco Múltiplo (com carteira comercial e de investimento, a ser constituído pelo Goldman Sachs Group Inc., EUA).
93	s/nº	24/04/2000	Participação solidária estrangeira (com 100%) no capital de Banco de Investimento (constituição por Hewlett Packard Corporation).
94	s/nº	24/04/2000	Participação societária estrangeira (com 100%) no capital na constituição de Sociedade Corretora de Títulos e Valores Mobiliários pelo BankBoston – Banco Múltiplo S.A.

95	s/nº	24/04/2000	Participação estrangeira (até 100%) no processo de privatização do Banco do Estado do Maranhão S.A – BEM e de sua controlada BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA.
96	s/nº	15/05/2000	Participação estrangeira (até 100%) em instituição financeira bancária a ser constituída pelo Banco Unión, C.A., Venezuela. (A partir da data de início de atividades, fica cancelada a autorização para funcionamento da filial do Banco Unión, C.A. e revogado o Decreto nº 82.601, de 08/11/1978).
97	s/nº	10/07/2000	Participação estrangeira, até 100%, no capital social do Banco Múltiplo (carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento), a ser constituído pela C&A Modas Ltda. (Ibibank).
98	s/nº	10/07/2000	Participação estrangeira no processo de privatização do Banco do Estado do Paraná S.A. (Banestado) e de suas controladas: Banestado S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários e Banestado Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil.
99	s/nº	25/07/2000	Participação societária estrangeira no capital de Sociedade de Arrendamento Mercantil a ser constituída por Lease Plan Brasil Ltda.
100	s/nº	27/07/2000	Participação estrangeira (até 100%) em instituição financeira bancária a ser constituída pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A.
101	s/nº	01/08/2000	Participação societária estrangeira (até 50%) no capital de Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (a ser constituída pelo Banco Inter American Express S.A.).
102	s/nº	01/08/2000	Aumento da participação societária estrangeira até 100% no capital do Banco Barclays e Galicia S.A. e, em decorrência, de sua controlada BBG Distribuidora de Títulos e Valores S.A.
103	s/nº	01/09/2000	Participação (constituição) de Sociedade Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários pelo Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, com 100% de participação estrangeira.
104	s/nº	14/09/2000	Participação societária estrangeira (de até 4%) no capital da Icatu Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA. e da Icatu IMS Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (pelo Banco BBA Creditanstalt S.A.).
105	s/nº	14/09/2000	Participação societária estrangeira (de até 1,81%) no capital do Banco das Nações S.A. (de forma indireta, por intermédio do Banco Bradesco S.A.).
106	s/nº	14/09/2000	Participação societária estrangeira (de até 49%) no capital de Banco Múltiplo decorrente da transformação (da financeira) Unibanco S.A. CFI.
107	s/nº	29/09/2000	Aumento da participação estrangeira (até 8,69%) no capital do Banco Bradesco S.A. e do conseqüente reflexo em suas controladas (decorrência da aquisição do controle societário do Banco Boavista Interatlântico S.A. e permuta de ações da Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil).
108	s/nº	29/09/2000	Participação societária estrangeira (até 100%) no capital de Banco Múltiplo (decorrente da transformação da Morgan Stanley Dean Witter DTVM) e em Sociedade Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (a ser constituída).
109	s/nº	02/10/2000	Participação societária estrangeira (de até 100%) no capital do Multi Banco S.A. (transformação, de temporária em definitiva).
110	s/nº	02/10/2000	Participação societária estrangeira (de até 50%) no capital da Bitencourt S.A. Corretora de Títulos, Valores e Câmbio (por Phoenix Home Life Insurance Company).
111	s/nº	13/10/2000	Participação societária estrangeira (minoritária) no capital da FMX S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (de forma indireta, por intermédio do Banco Fininvest S.A.).

112	s/nº	11/12/2000	Aumento de participação estrangeira (de até 26%) no capital do Unibanco e o conseqüente reflexo em suas controladas (nos capitais sociais do Banco Dibens S.A., Dibens Leasing S.A. AM, Dibens S.A. DTVM, Banco Credibanco S.A., Credibanco S.A. DTVM, Banco1.Net S.A., Unibanco Asset Management BI S.A., Unibanco CVM S.A., Unibanco DTVM Ltda., Unibanco Leasing S.A. AM e Unibanco Companhia Hipotecária).
113	s/nº	16/01/2001	Participação societária estrangeira (de até 100%) no capital da Schroder Monteiro Aranha Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
114	s/nº	16/01/2001	Participação societária estrangeira (até 100%) no capital de Companhia Hipotecária a ser constituída pela General Motors Corporation.
115	s/nº	16/01/2001	Participação societária estrangeira (até 100%) no capital da Gerdau Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (e transformação em Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento pelo Transamerica Commercial Finance Corporation – TCFC, Grupo Aegon, Holanda).
116	s/nº	12/04/2001	Participação societária estrangeira no capital de Sociedade Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. (a ser constituída pelo Dresdner Bank Brasil S.A. Banco Múltiplo, com 100% de participação estrangeira).
117	s/nº	20/06/2001	Participação societária estrangeira, até 100%, no capital social de Sociedade Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, a ser constituída pelo Standard Bank Group.
118	s/nº	10/07/2001	Aumento da participação societária estrangeira (até o limite de 100%) no capital do Banco J.P. Morgan S.A.
119	s/nº	19/09/2001	Participação estrangeira, até 74,5%, no capital da PBM – Pichioni Belgo-Mineira Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
120	s/nº	21/09/2001	Participação societária estrangeira no capital social dos: Banco do Estado do Amazonas S.A. – BEA, Banco do Estado do Ceará S.A. – BEC, Banco do Estado de Goiás S.A. – BEG, Banco do Estado do Maranhão S.A. – BEM, Banco do Estado do Piauí S.A. – BEP, Banco do Estado de Santa Catarina S.A. – Besc, Banco do Estado da Paraíba S.A. – Paraiban, inclusive no de suas respectivas coligadas e controladas.
121	s/nº	18/12/2001	Participação estrangeira, até 26%, de forma indireta, no capital da MicroInvest S.A. – Sociedade de Crédito ao Microempreendedor.
122	s/nº	31/01/2002	Participação societária estrangeira (pelo De Lage Landen International B.V., com até 100%) no capital de Banco Múltiplo (a ser constituído).
123	s/nº	04/02/2002	Participação estrangeira indireta no capital social de Sociedade Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários a ser constituída pela Cibrasec – Companhia Brasileira de Securitização.
124	s/nº	07/02/2002	Participação societária estrangeira até 100% no capital social do Banco BNL do Brasil S.A e da BNL Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
125	s/nº	12/03/2002	Participação societária estrangeira (minoritária) no capital do Banco Mercantil de São Paulo S.A., do Banco Finasa de Investimento S.A., da Finasa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., da Finasa S.A. Crédito Financiamento e Investimento, da Finasa Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e da Finasa Leasing Arrendamento Mercantil S.A. (de forma indireta, por intermédio do conglomerado Banco Bradesco S.A.).
126	s/nº	16/05/2002	Participação estrangeira (indireta até 49%) no capital social de Sociedade de Crédito ao Microempreendedor, a ser constituída por empresas mineiras, representadas pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG (representando empresas federadas).

127	s/nº	10/06/2002	Aumento de participação estrangeira até 100% no capital do (Conglomerado Inter Amex:) Banco Inter American Express S.A. e da American Express Arrendamento Mercantil S.A.
128	s/nº	13/06/2002	Participação societária estrangeira até 100% no capital social (do Conglomerado Ourinvest:) Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária.
129	s/nº	09/07/2002	Participação societária estrangeira (até 100%) no capital do (Conglomerado Brascan:) Banco Brascan S.A.(e sua controlada Brascan S.A. CTV).
130	s/nº	07/08/2002	Participação estrangeira, até 29%, no capital de Sociedade Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, a ser constituída pela Invixx-Investimentos e Participações S.A.
131	s/nº	07/08/2002	Participação estrangeira, até 100%, no capital de Sociedade Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, a ser constituída pelo Multi Commercial Bank.
132	s/nº	17/09/2002	Participação estrangeira, até 100%, no capital de instituição financeira bancária, a ser constituída pelo Banque Européenne pour l'Amérique Latine S.A., com sede na Bélgica, sociedade sob controle do Westdeutsche Landesbank Girozentrale, instituição financeira com sede na Alemanha.
133	s/nº	29/10/2002	Participação societária estrangeira (até 100%) no capital social do Besc S.A. Crédito Imobiliário – Bescr.
134	s/nº	30/10/2002	Participação societária estrangeira (até 100%) no capital social do Banestes S.A. – Banco do Estado do Espírito Santo e de suas controladas (Banestes Leasing S.A. AM e Banestes DTVM S.A.).
135	s/nº	05/11/2002	Participação estrangeira, até 100%, no capital de Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, a ser constituída pelo (Conglomerado Lloyds) Lloyds Bank Subsidiaries Ltd., sediado em Londres, Inglaterra.
136	s/nº	23/12/2002	Participação societária estrangeira (até 100%) no capital do Itauvest Banco de Investimento S.A. (Conglomerado Itaú).
137	s/nº	23/04/2003	Aumento da participação estrangeira no capital do Banco Bradesco S.A., com o conseqüente reflexo em suas controladas.
138	s/nº	14/10/2003	Participação estrangeira no capital de Banco Múltiplo, a ser constituído mediante a transformação da Credicard Administradora de Cartões de Crédito S.A.

Fontes: PRODASEN e Banco Central do Brasil, descrito entre parênteses.

* Com adaptações para este estudo.